

TRIBUNA INTERNACIONAL

Palestina

Declaração da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)"

O sistema implementado pela constituição do Estado de Israel, em 1948, baseou-se na espoliação e na violência contra o povo palestino — que foi expropriado, forçado ao exílio.

Pouco a pouco, sob a direção de Begin-Sharon, o Estado de Israel chegou a realizar uma verdadeira guerra de genocídio, utilizando os mais aperfeiçoados e terríveis meios de exterminação.

Em nome da solidariedade de todos os povos, a conferência mundial da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" denuncia os planos criminosos de Sharon-Begin, através dos quais pretendem subjugar os palestinos. O povo palestino tem o direito de contar com a solidariedade de todos os povos, de todos aqueles que, no mundo inteiro, se reivindicam da democracia, da liberdade e, mais particularmente, da libertação da classe operária da exploração e da opressão.

A "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" defende incondicionalmente a exigência contida na carta de princípios da OLP: constituição de um Estado nacional palestino laico e democrático, onde os habitantes de origem árabe e judaica, sem distinção, com igualdade de direitos, possam viver livremente, numa Palestina onde os privilégios serão abolidos.

A "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" saúda a heroica luta do povo libano-palestino, de resistência contra as funestas tentativas de exterminação perpetradas por Begin-Sharon as quais já se chocam com a condenação de setores importantes do povo judeu.

A conferência mundial da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", que acaba de encerrar seus trabalhos, dedicou uma parte importante de suas discussões à questão palestina. A conferência mundial afirma que "o curso positivo da história só pode se dar com o combate pelo reconhecimento da nação palestina incluindo seus dois componentes, árabes e judeus, (com o respeito mútuo aos direitos, línguas e culturas) no território da Palestina. Nação palestina que só pode ser constituída com base no desparecimento dos Estados contra-revolucionários de Israel e da Jordânia, através do caminho para a constituição de uma Federação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio".

- Fora as tropas israelenses do Líbano!
 - Boicote internacional ao Estado imperialista de Israel!
 - Ruptura de relações diplomáticas com Israel!
 - Todo apoio à resistência do povo palestino!
 - Apoio incondicional à OLP!
 - Por uma Constituinte Palestina!
 - Direito para o povo palestino à nação palestina, contendo seus dois componentes, árabe, judeu, com igualdade de direitos!
 - Pela Federação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.
- A "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" chama as suas seções a impulsionar e a participar de todas as manifestações e ações organizadas:
- Contra a guerra genocida!
 - Pela retirada imediata das tropas israelenses do Líbano!

"IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)"

3 de agosto de 1982

LIBERDADE PARA WALESA, BALUKA, KURON E TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!



Walesa



Baluka



Kuron

IV INTERNACIONAL
Centro internacional de reconstrução

**AMÉRICA
CENTRAL**

**Solidariedade
internacional com
a revolução
centro-americana!**

CONFERÊNCIA MUNDIAL ABERTA



- *Situação mundial*
- *Polônia*
- *França*
- *Palestina*
- *Carta Aberta aos militantes do PST(a)*
- *Estatutos*

Nº 7 — Setembro de 1982. Preço: Cr\$ 300,00

Um passo à frente

Este número de "Tribuna Internacional" é quase que inteiramente dedicado aos trabalhos da Conferência Mundial aberta das organizações que constituíram a "IV Internacional (Comitê Internacional)" em 1980.

A conferência mundial ocorreu de 24 a 31 de julho de 1982, reunindo delegados de 31 partidos, organizações ou grupos de 29 países. No final desta conferência, todos os delegados e observadores presentes decidiram reunir-se no seio da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" para prosseguir no combate pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista e pela construção de partidos revolucionários em cada país.

Mensagens de adesão chegaram de grupos e militantes do Burundi, Chipre, Equador, ausentes da conferência mas juntando-se à "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)"; outras mensagens foram enviadas por militantes excluídos do PST peruano, assim como pelo PST uruguaio.

Um verdadeiro avanço da discussão

Esta conferência permitiu um verdadeiro avanço na reconstrução da IV Internacional. E isso por diversos motivos. O primeiro é a presença de vários grupos da ex-FB que recusaram o curso seguido por N. Moreno e que, ao término da Conferência Mundial, decidiram todos aderir à "IV Internacional (CIR)".

O segundo motivo são as profundas discussões sobre todos os assuntos da ordem do dia, com di-

vergências que foram expressas livremente e que não recompõem as antigas correntes.

Em terceiro lugar, a respeito das principais questões, foram adotadas resoluções que traduzem um verdadeiro avanço da discussão em si, em particular a resolução sobre a frente popular e a política do PCI, que, após discussão e emendas, foi adotada pela Conferência por unanimidade, sem abstenções.

A discussão sobre o desenvolvimento da revolução política na Polônia e na Europa do Leste revestiu-se de uma importância muito grande, devido precisamente ao fato de a revolução polonesa ser a expressão da revolução proletária internacional nos países onde o capital foi expropriado. Ela está na vanguarda da classe operária internacional, e conseqüentemente levanta à vanguarda os principais problemas a resolver. Era natural que a conferência mundial discutisse em profundidade as tarefas que temos a cumprir, o balanço do período que passou e as condições desse combate.

O primeiro significado e a aquisição dessa conferência neste terreno, diz respeito às palavras de ordem a serem levantadas no quadro dessa revolução, onde divergências haviam surgido na época do Comitê Internacional em torno da questão da Assembléia Constituinte, do papel desta palavra-de-ordem democrática no quadro do desenvolvimento da revolução polonesa.

À luz da experiência viva da revolução polonesa, aquilo que era um prognóstico decorrente da

análise que fazíamos enquanto marxistas do lugar que ocupavam as palavras-de-ordem democráticas (em particular a palavra-de-ordem democrática da Constituinte) na luta contra a burocracia e o monopólio do POUP expressou-se, como observamos por ocasião do congresso do Solidariedade, de forma concreta: o apelo lançado pelos delegados do Solidariedade à constituição de sindicatos livres na União Soviética e na Europa do Leste, e a resolução desse congresso chamando a realização de eleições livres — resoluções que vão de encontro ao combate ao qual demos expressão através da palavra-de-ordem da Assembléia Constituinte.

Ora, essa conferência mundial fez o balanço do caráter correto dessa palavra-de-ordem, do vínculo entre essa palavra de ordem e a luta contra o monopólio do POUP, para a construção de um partido independente da burocracia. Ela constatou que as divergências que haviam surgido por ocasião do conselho geral de maio de 1981 haviam desaparecido em favor de um acordo geral entre todos os delegados sobre a importância dessa palavra-de-ordem — inclusive para países como a Alemanha, onde, no combate pela unidade da Alemanha, contra a divisão, pela unidade do proletariado alemão, tal palavra-de-ordem permite estabelecer precisamente o terreno dessa unificação.

A esta discussão soma-se a decisão de redobrar esforços para ampliar a campanha internacional pela libertação de Walesa, Baluka, Kuron e todos os presos e internados pela burocracia polonesa e em defesa das organizações sindicais e políticas independentes, entre as quais o Partido Socialista Polonês do Trabalho (PSPP).

Delegados presentes das seções da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" e observadores de países do Leste puderam intervir a respeito de sua própria experiência na construção das organizações, e sobre os problemas específicos de cada país. Uma discussão particular pôde ser travada sobre a situação na Tchecoslováquia; o mesmo ocorrendo sobre a situação na União Soviética e as discussões que se travam no interior da organização trotskista que se reivindica da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" na própria União Soviética.

O desenvolvimento em curso na Nicarágua

A revolução na América Central esteve no centro dos trabalhos e das discussões da conferência, assim como do quadro de comissões constituídas para redigir os projetos de resolução. Sobre a América Central, e mais particularmente sobre a revolução nicaraguense, chegamos a uma resolução que modifica certas posições políticas que havíamos adotado a respeito de seu desenvolvimento no último período. A avaliação que fazíamos foi plenamente confirmada, indo inclusive além de uma série de previsões.

A primeira questão que havíamos assinalado desde a própria queda de Somoza, é que esta queda abria a re-

volução proletária na Nicarágua, pois ela havia sido o fruto da greve geral insurrecional do movimento das massas, do desmantelamento das instituições somozistas que se confundiam com o Estado burguês.

Na Nicarágua, a constituição de milícias e de comitês pela classe operária e o campesinato, e o combate militar dirigido pela FSLN, que tinha como eixo acabar com a ditadura somozista, tiveram como resultado a abertura da revolução proletária. Nós havíamos assinalado na época que esta revolução proletária começando na Nicarágua, desmantelando o Estado burguês, havia abalado o conjunto dos países da região e aberto uma situação de instabilidade generalizada na América Central.

Em seguida, precisávamos que os desenvolvimentos em curso em El Salvador inicialmente, na Guatemala em seguida e hoje mesmo em Honduras, eram a manifestação de uma tendência à generalização de uma situação revolucionária no conjunto do istmo. Contudo, não havíamos avaliado corretamente em seu desenvolvimento o curso que havia tomado a revolução nicaraguense.

Se, no momento da saída dos representantes da burguesia, Chamorro e Robelo, do governo de reconstrução nacional, havíamos assinalado que se tratava de uma vitória dos operários e camponeses, não havíamos tirado as conclusões que se impunham sobre o significado desta ruptura por parte da burguesia com o governo de reconstrução nacional, e do curso que esta ruptura havia imposto ao governo da FSLN.

Deveríamos ter dito, e não o fizemos, que se tratava de um governo da FSLN, isto é, que se concretizara de forma particular uma das palavras-de-ordem que estava no centro da atividade que desenvolvíamos na Nicarágua, quando opusemos à política de capitulação do Secretariado Unificado frente ao governo de coalizão com a burguesia a linha de um governo da FSLN sem representantes da burguesia.

Baseada no conjunto de suas discussões, a conferência chegou à caracterização do governo da FSLN como sendo um governo operário e camponês, tal como o caracteriza a III Internacional. A conferência adotou uma resolução sobre o conjunto dos desenvolvidos na América Central que se baseia nesta caracterização. Por outro lado, no ponto "A revolução mundial e a IV Internacional", essa questão foi abordada sob um ângulo mais teórico, mais geral, no sentido de reafirmar o conjunto de nossas organizações.

Publicamos uma declaração sobre a Palestina e adotamos também uma resolução de conjunto sobre a luta de classes na Palestina. Ela estabelece os eixos programáticos do combate dos trotskistas na situação que se desenvolve no Oriente Médio, na linha da destruição do Estado de Israel como instrumento privilegiado do imperialismo na região, como um abcesso imposto contra a luta nacional do povo

palestino, e abrindo a via da unidade do proletariado judeu com as massas palestinas na linha da Constituinte palestina.

Um passo na via do restabelecimento do centralismo democrático

Por fim, adotamos normas estatutárias da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)". A conferência elegeu as instâncias de direção desta organização.

Não se trata, contudo, do restabelecimento do centralismo democrático. E isso por três motivos.

O primeiro, é que para nós, o restabelecimento pleno e total do centralismo democrático equivale à reconstrução da IV Internacional, sobre suas próprias bases, como o partido mundial da revolução socialista. O centralismo democrático não são apenas medidas organizativas que visam apenas a melhor forma de estruturar a vida da Internacional, mas sim a expressão da existência de uma direção internacional reconhecida pelo conjunto dos militantes e das seções que compõem a Internacional, capaz de dirigir o combate da IV Internacional. Tal direção não se autoproclama; ela só pode ser o produto de uma seleção ligada precisamente ao combate pela sua reconstrução.

O segundo, é que essa reconstrução se identifica também com o combate necessário para eliminar as conseqüências do pablismo, e o próprio pablismo das fileiras daqueles que se reivindicam da IV Internacional.

E o terceiro motivo é que, nas condições do período de iminência da revolução e no desenvolvimento da luta de classes tal como a analisou a Conferência Mundial, é evidente que essa reconstrução da IV Internacional intervém dentro de um processo muito mais amplo, englobando as organizações que se reivindicam do programa da IV Internacional, integrado no próprio processo de reagrupamento da classe operária em escala internacional, independente do stalinismo e da social democracia, do nacionalismo burguês ou pequeno burguês. Para nós, a reconstrução da IV Internacional identifica-se amplamente com esta reconstrução do movimento operário em escala internacional. Assim, chegamos à adoção de normas estatutárias que são um passo na via do restabelecimento do centralismo democrático, na medida em que precisamente, avançamos em direção a essa homogeneidade. E isto pôde realizar-se através da conferência, nas resoluções adotadas, que permitem exatamente progredir neste sentido.

O conselho geral foi eleito por unanimidade de todos os delegados, constatando-se nos fatos que, repetimos, todos os participantes da Conferência Mundial decidiram integrar a "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", o que representa, de longe, uma das aquisições mais importantes dessa Conferência Mundial.

Luis Favre

Organizações presentes à Conferência Mundial aberta

Alemanha: Internationales Sozialistisches Arbeiterorganisation (ISA)
 Inglaterra: Socialist Labour Group (SLG)
 Bélgica: Organization Socialiste Internationaliste (OSI)
 Dinamarca: Internationale Kommunisters Gruppe (IKG)
 Espanha: Partido Obrero Socialista Internacionalista (POSI)
 França: Parti Communiste Internationaliste (PCI)
 Grécia: Política Operária (PO)
 Portugal: Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)
 Turquia: Liga Operária Socialista
 Suécia: Internationella Socialister (IS)
 Suíça: Groupe Trotskiste de Suisse (GTS)
 Irlanda: League for a Workers Republic (LWR)
 Argélia: Organization Socialiste des Travailleurs (OST)
 Costa do Marfim: Organização Socialista dos Trabalhadores
 Marrocos: Organization Socialiste Internationaliste (OSI)
 Senegal: Ligue Communiste des Travailleurs (LCT)
 Antilhas: Grupo Trotskista das Antilhas
 Argentina: Militantes Socialistas (MS)
 Brasil: Organização Socialista Internacionalista (OSI)
 Brasil: Fração Pública da Convergência Socialista
 Canadá: Grupo Socialista dos Trabalhadores (GST)
 Colômbia: Convergência Socialista (CS)
 México: Liga Obrera Marxista (LOM)
 México: Liga Socialista (LS)
 Nicarágua: Liga Socialista de Los Trabajadores (LST)
 Perú: Partido Obrero Marxista Revolucionário (POMR)
 Venezuela: Fracción Pública del Partido Socialista de los Trabajadores
 Oriente Médio: militantes trotskistas
 Países do Leste europeu: militantes trotskistas de dois países
 Chile: militantes trotskistas

Resolução geral

I) A Conferência Mundial das organizações e partidos que constituíram a "IV Internacional (Comitê Internacional)" reuniu-se de 24 de julho a 1º de agosto: 31 organizações, 29 países, observadores de organizações filiadas e não filiadas à IV Internacional, países do Leste, além de observadores da Palestina, participaram dos trabalhos desta Conferência Mundial.

A discussão desenvolveu-se sobre os pontos da seguinte ordem do dia:

1. Informe sobre a situação da Internacional.
2. Informe sobre a Revolução Mundial e a IV Internacional.
3. Informe sobre a Revolução Política.
4. Informe sobre a Frente Popular na França e a política do PCI.
5. Informe sobre a Frente Única Antiimperialista.
6. Informe sobre momento atual da situação mundial.

A conferência reservou um ponto importante de sua ordem do dia para o desenvolvimento da campanha de solidariedade em defesa da revolução política na Polônia e a libertação de todos os internados e presos políticos.

II) Foram constituídas comissões, que apresentaram resoluções sobre:

1. Continuação da discussão sobre o texto da Revolução Mundial e a IV Internacional.
2. Os desenvolvimentos da Revolução Política e o combate pela libertação de todos os internados e presos políticos.
3. A Frente Popular e a política do PCI.
4. O momento da situação mundial.
5. Argentina.
6. América Central.
7. Defesa da revolução palestina contra a agressão imperialista de Israel.
8. África.

III) Todos os acontecimentos da política mundial confirmam a enorme capacidade de mobilização das massas exploradas e oprimidas. Durante seus debates, a Conferência Mundial concluiu: a mobilização revolucionária internacional que exerce uma influência decisiva sobre a política mundial destaca questões centrais a serem resolvidas para que se realizem as tarefas de reconstrução da IV Internacional, tarefa indispensável para assegurar a marcha mais rápida possível rumo à construção de partidos da IV Internacional com influência de massa em todos os países.

Para conduzir de modo satisfatório suas tarefas, os trabalhos da Conferência Mundial confirmaram a necessidade de que sejam claramente reafirmados os princípios e o método do programa de transição.

As razões pelas quais Moreno recusou a discussão

IV) Na vida da IV Internacional (CI), ocorreram neste último ano acontecimentos dos quais a Conferência Mundial considera que várias lições devem ser tiradas.

A recusa de Moreno em participar da discussão sobre a Frente Popular e a política do PCI visou colocar a IV Internacional (Comitê Internacional) sem condições de funcionar. Bastaram poucos meses para se compreender que Moreno recusou-se a levar adiante a discussão sobre a Frente Popular ou qualquer outra questão.

Ao aprovar uma carta aberta dirigida aos militantes do PST(A), a

Conferência Mundial colocou claramente as razões pelas quais Moreno recusou-se a discutir.

Por outro lado, para Moreno tornava-se intolerável que as discussões — em particular aquelas realizadas por ocasião da Conferência centro-americana (julho de 1981) convocada pelo CEI da IV Internacional (CI), e no Brasil — pudessem, em função de seus resultados, questionar a onipotência daquilo que se convencionou chamar de "a delegação do PST(A) no exterior".

As atitudes de Moreno, desde o início, levaram a uma situação de verdadeira desagregação, por exemplo, para a "Convergência Socialista" do Brasil, o "POS" no México, o "PST" da Colômbia e na América Central.

Com esta recusa em aceitar a discussão e graças à sabotagem dos organismos eleitos pela Conferência Mundial que constituiu a IV Internacional (CI), Moreno pretendia criar uma situação na qual seria impossível encontrar uma saída "legal" de acordo com os estatutos da Internacional. Moreno fracassou. A demonstração disso aí está: A ampla, profunda e fraternal discussão desenvolvida na Conferência Mundial, em particular sobre a questão da Frente Popular, é uma testemunha viva disso.

Nós repetimos.

Se não tivesse decidido organizar uma cisão sem princípios, Moreno teria a possibilidade de atenuar a crise que provocou, compartilhando para defender, confrontar suas "posições" nos organismos de direção da Internacional dos quais era membro.

O objetivo de Moreno era claro: destruir a IV Internacional (CI). Consequentemente, a luta contra as práticas de Moreno constitui uma luta para se encontrar uma saída positiva para a crise por ele fomentada.

O desenrolar da discussão

A Conferência Mundial afirma igualmente que a luta contra as práticas de Moreno, encarnadas na constituição da LIT, identifica-se à luta pela reconstrução da IV Internacional.

5) A Conferência mundial felicitou-se pelo desenvolvimento da discussão política, que se deu livremente, sem entraves, sem perturbações, sobre todas as questões principais destacadas na política mundial.

V) A Conferência mundial felicitou-se pela confirmação do quadro da unificação das três componentes que constituíram a IV Internacional (CI) com base nas teses de princípios estabelecendo um primeiro balanço honesto do combate pela VI Internacional desde sua fundação em 1938.

Estas teses possuem certamente pontos fracos, mas representam uma mesma vontade de aplicar aos problemas de nossa época os princípios do Programa de Transição. Aí reside sua importância capital, que foi possível de se constatar, na discussão realizada na Conferência Mundial, na progressão dos militantes e das organizações com origem no ex-CORQI, ex-FB e ex-TLT e que constituíram no ano passado a IV Internacional (CI).

Neste sentido, os trabalhos e as discussões sobre as questões colocadas na ordem do dia — repetimos — infligiram o mais vivo desmenti-

do àqueles que, com boas ou más intenções, especulavam o contrário.

Os contornos reais das questões da ordem do dia puderam ser estabelecidos sem serem complicados pelas filiações anteriores ou por ataques pessoais.

Não escondemos que houve diferenças nas apreciações colocadas, em particular sobre a política do PCI com relação à Frente Popular. Mas estas diferenças não recompuseram as fronteiras das antigas frações. Também não há dúvida de que temos ainda outros desacordos. Os problemas e as tarefas políticas que continuam por resolver trarão infalivelmente divergências de pontos de vista. Neste ponto da resolução, como conclusão, a Conferência Mundial reafirma:

1. É através do debate, da confrontação de diferentes pontos de vista que avançaremos rumo a um pensamento e a uma ação mais homogêneos, com a condição de permanecermos inabalavelmente fiéis aos princípios.

2. A verificação política das divergências, das diferenças de opinião a partir do marxismo será sempre o método mais eficaz.



A raiz das dificuldades

VI) Por mais importante que ela seja, as raízes das dificuldades atuais não residem na crise de dispersão — que é o resultado — mas sim na recusa constante de ser abrir, entre as organizações que se reivindicam da IV Internacional, verdadeiras discussões sobre as questões políticas essenciais.

A Conferência Mundial considera que a crise de dispersão da IV Internacional, iniciada em 1950-53, não foi desfeita em 1982. Isto não pode ser explicado, evidentemente, por questões subalternas, pessoais ou psicológicas. Os fundamentos da crise de dispersão devem ser buscados no fato de que trotskismo e revisionismo são incompatíveis, com o SU recusando-se a abrir uma discussão real.

A Conferência Mundial lembra: 1. A seção francesa do PCI foi expulsa pela maioria bolquista porque reivindicava o direito reconhecido pelos estatutos, de constituir uma tendência internacional.

2. A reunificação sem princípios de 1963, realizada sem discussão, preparou o terreno para novas e profundas crises que aprofundaram o revisionismo (desvios foquistas, "unidade dos revolucionários", "teorias" de novas vanguardas, etc).

3. O CORQI, desde 1973, propunha a abertura de uma discussão sem condições entre as organizações que se reivindicavam da IV Internacional. Depois que o SU engajou-se — após ter tergiversado durante anos — uma discussão de tipo diplomático, ocorre a expulsão da FB, sem que fosse precedida por uma discussão sobre a atividade da Brigada Simon Bolívar, o que leva a uma nova cisão do SU em 1979.

Estes fatos demonstram que, recusando a discussão democrática no campo dos princípios do Programa de Transição, aos quais se refere formalmente, o SU procura, com todas as forças, manter e aprofundar a crise de dispersão da IV Internacional.

VII) O reagrupamento teórico e orgânico que se desenvolveu na Conferência Mundial está, evidentemente, longe de ter-se esgotado. Apesar da riqueza e da profundidade da discussão que se desenvolveu, apesar dos passos à frente estabelecidos com a constituição da IV Internacional (CI), a Conferên-

cia Mundial considera que seus trabalhos, embora tenham permitido um avanço à frente, situam-se ainda no período preparatório da solução da crise de dispersão, do qual os trabalhos da Conferência Mundial constituíram uma etapa. Este período que dura jamais de trinta anos, permitiu uma comprovação da validade do programa da IV Internacional e constitui uma fonte única de experiência que possibilitou, repetimos, à Conferência Mundial, examinar questões das mais essenciais da política mundial.

Nós sabemos: no caminho de sua reconstrução, IV Internacional verá surgir novas dificuldades, que se somarão às antigas ainda não superadas de forma definitiva.

Consideramos que, sem dúvida, toda a situação mundial abre uma fase de desenvolvimento para as seções e grupos com base numa intervenção ativa na luta de classes baseada na aplicação dos princípios de organização do bolchevismo.

Os princípios do bolchevismo

A Conferência Mundial afirma: as discussões iniciadas na IV Internacional (CI) e que prosseguiram na Conferência mundial das organizações que constituíram hoje a VI Internacional (Centro Internacional de Reconstrução) irão continuar. Os princípios de organização e os estatutos (que Moreno

violou) adotados pela IV Internacional (CI) permanecem na base da IV Internacional (CIR).

Estes princípios são totalmente contrários à prática fracional que marca todas as discussões no interior do SU, práticas que levam a que os desacordos e divergências sejam resolvidos pela adoção de resoluções a mais insípidas, e isto para escamotear divergências inconciliáveis.

Os princípios de organização do bolchevismo são totalmente contrários à constituição do "aparelho" pleatório construído por Moreno e que tem como única missão fazer com que militantes e organizações obedeçam cegamente a um centro pessoal denominado LIT (1).

Sufocando toda elaboração coletiva, estas práticas são levadas adiante para forçar as seções a operarem viradas a partir de uma ordem, sem discussão.

Estas práticas possuem um único objetivo: reduzir dirigentes a meros executantes, direções a simples engrenagens do aparelho pleatório e seu centro onipotente (LIT) — com os dirigentes sendo deslocados independentemente das necessidades políticas de construção das seções. Estas práticas, que tem por objetivo erguer obstáculos à seleção de direções, chocaram-se no entanto com a resistência de vários militantes e dirigentes, alguns dos quais presentes à Conferência Mundial. A qual convida todos os militantes e todas as organizações que constituíram no ano passado a IV Internacional (CI) — em particular o PST (argentino) — a combaterem para retomar o quadro comum que constitui a IV Internacional (CIR), para avançar no cumprimento das tarefas de reconstrução da IV Internacional.

VIII) A Conferência Mundial reafirma que "Tribuna Internacional" (editada em francês, português e espanhol todos os meses, e em inglês e alemão em versão resumida) é o órgão da IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução). Ela chama todos os militantes a ampliarem a venda de "Tribuna Internacional" como um meio de reforçar a IV Internacional em cada país.

IX) A Conferência Mundial elegeu um Conselho Geral da "IV Internacional (CIR)" como direção da organização, o qual nomeará um Secretariado Internacional para centralizar o combate pela reconstrução da IV Internacional.

Aprovada por unanimidade de todos os delegados e observadores (sem abstenções)

(1) LIT: Liga Internacional dos Trabalhadores — agrupamento internacional formado por Moreno depois dele ter cindido a "IV Internacional (Comitê Internacional)".

A reconstrução da IV Internacional — Informe de Luis Favre

“Camaradas, esta Conferência Mundial das organizações que constituíram a IV Internacional (Comitê Internacional), convocada pela IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução), inicia seus trabalhos num momento particular do desenvolvimento da luta de classes a escala internacional, caracterizado por uma tendência à generalização de situações de explosões revolucionárias, de enfrentamento entre a revolução e a contra-revolução, de mudanças bruscas do desenvolvimento da situação a nível internacional. Esta conferência se desenvolve num momento em que fica patente o fracasso do golpe da burocracia polonesa a serviço da burocracia de Moscou contra os trabalhadores poloneses. Esta conferência se desenvolve num momento em que as massas da América Central, apesar da terrível repressão que se abate sobre os operários e os camponeses de El Salvador, Guatemala, Honduras, desferem graves golpes na burguesia compradora local, desferem graves golpes no imperialismo mundial, particularmente no imperialismo norte-americano.”

Pelo mundo todo, podemos assistir ao desenvolvimento acelerado da luta de classes, a uma generalização dos conflitos entre as massas exploradas, o imperialismo e a burocracia. Isto, tanto no Oriente Médio onde a resistência do povo palestino, seu combate por seus direitos nacionais, assim como o prosseguimento da revolução iraniana sacodem a ordem imperialista; como na Europa, na Espanha, na França, na América do Sul, onde presenciamos a crise política da burguesia argentina e o desenvolvimento do movimento de massas no Brasil como produto da do reagrupamento do movimento operário num eixo independente através da construção do PT.

Porém, em contradição com o fato de que todos esses acontecimentos demonstram as enormes possibilidades que existem para a reconstrução da IV Internacional no desenvolvimento do período que temos caracterizado como sendo de iminência da revolução — onde a iniciativa a nível internacional está com as massas e o proletariado — nós presenciamos o prosseguimento da crise da IV Internacional. Crise que começou em 1951-1953 com o surgimento do revisionismo na direção da IV Internacional e que levou à sua desagregação, crise que prosseguiu nos últimos 30 anos. Isto significa que a crise conjunta do imperialismo e da burocracia, a iniciativa estando com o movimento operário internacional, a crise dos aparatos contra-revolucionários abrindo possibilidades extraordinárias para a construção de Partidos Revolucionários e para o combate da IV Internacional, encontram paradoxalmente uma situação agravada dessa crise da IV Internacional como produto da permanência do revisionismo nas fileiras daqueles que se reivindicam da IV Internacional.

Esta Conferência precisa também discutir a fundo o atual momento do combate pela reconstrução da IV

Internacional, combate que temos levado desde que o revisionismo fincou pé nas fileiras da IV Internacional, combate que prosseguiu através do Comitê Internacional de 1953 a 1963 e que se desenvolveu apesar da reunificação de 1963. Essa reunificação não permitia que fosse superada a crise da IV Internacional, porque ela significava um fortalecimento do revisionismo e era fruto de um acordo sem princípios, sem discussão, do qual participaram organizações que pertenciam ao Comitê Internacional e que tinham resistido à ofensiva pablista.

E devemos dizer que essa crise, apesar da intensificação do combate pela reconstrução da IV Internacional, prosseguiu nas fileiras de todos aqueles que se reivindicam da IV Internacional.

Deste ponto de vista, a fragmentação do Comitê Internacional também é uma manifestação dessa crise. E o objetivo desse informe é de fazer um balanço daquilo que foi o Comitê Internacional, das causas da cisão provocada por Moreno e quais são os elementos que hoje permitem o prosseguimento do combate pela reconstrução da IV Internacional em ligação estreita com a construção de partidos revolucionários em cada país.

O Secretariado Unificado frente aos recentes desenvolvimentos da luta de classes

Essa crise à qual eu me referia se manifesta de modo evidente no seio do Secretariado Unificado, pretensamente IV Internacional, por um aprofundamento da atividade do revisionismo nas suas fileiras face a cada evento crucial da luta de classes, particularmente no último período.

No que se refere à revolução polonesa, que é, de vários pontos de vista, a vanguarda do processo revolucionário internacional, podemos observar, frente ao golpe de Jaruzelsky, uma das principais seções do Secretariado Unificado, o SWP, condenando as ações de defesa da revolução polonesa efetivadas nos próprios Estados Unidos. Nós vimos como o SWP se furtou de todo combate de Frente Única em defesa da revolução polonesa dentro dos Estados Unidos e recusou-se a caracterizar nitidamente o papel do governo de Castro ao lado da burocracia moscovita contra as massas polonesas.

Com relação à Nicarágua, nós vimos, nos três anos que se seguiram à queda de Somoza, como o Secretariado Unificado identificou-se com a FSLN, com o conjunto da sua política, caracterizando a FSLN como uma direção revolucionária.

Apoiando num primeiro momento o governo de coalizão da FSLN com Chamorro e Robelo — hoje os principais inimigos da revolução nicaraguense —, apoiando em seguida a unidade da FSLN e por essa via a presença, em suas fileiras, de forças que revelam abertamente sua vontade de conter a revolução nicaraguense, de fazê-la refluir. Um dos representantes dessa força, Pastora, que era membro do governo de reconstrução nacional apoiado pelo Secretariado Unificado e responsável pelo Exército Sandinista, apoiado pelo Secretariado Unificado, é hoje, com Robelo e Chamorro, com o imperialismo, a ponta de lança da tentativa contra-revolucionária contra as massas nicaraguenses.

Nós vimos como, em nome da revolução centro-americana e a partir de um alinhamento com as posições do governo de Castro, tanto o SWP como o Secretariado Unificado se recusaram a combater pela construção de seções da IV Internacional na América Central, em particular na Nicarágua, adaptando-se à política hesitante, oscilante, da direção da FSLN e à toda sua política diplomática.

Neste último período, vimos o Secretariado Unificado e várias de suas seções subscreverem no decorrer do Fórum do México os documentos constitutivos da Frente Mundial de Solidariedade — cujo objetivo, segundo sua própria plataforma, é, entre outros, sustentar não apenas toda a política diplomática da FSLN e do governo nicaraguense mas também todas as propostas defendidas pelo governo italiano, pelo movimento dos países “não alinhados”, pelo governo mexicano e o governo de Frente Popular francês, propostas que, em particular a última, visam conter, destruir o desenvolvimento da revolução centro-americana. Independentemente do fato de que a direção da guerrilha de El Salvador ou a direção da FSLN devem se utilizar das contradições inter-imperialistas, aqueles que se reivindicam da IV Internacional não podem dar qualquer sustentação a qualquer plano do imperialismo, sustentação que só o Secretariado Unificado garantiu.

A recusa da discussão

Porém, o mais sério e o mais importante dentre os problemas que estão no centro da crise da IV Internacional não é o curso seguido pelo Secretariado Unificado e as posições por ele assumidas frente a



este ou aquele desenvolvimento da revolução.

O mais importante para todos aqueles que se reivindicam da IV Internacional é que, para a compreensão e a clarificação da crise — que todo militante pode constatar — da IV Internacional, expressa na existência de diversos agrupamentos que se reivindicam da IV Internacional, de sua legitimidade e de sua continuidade, para isso deveria ser lógico de todos aqueles que querem se manter fiéis à IV Internacional, percebendo a existência dessa crise, deveriam afirmar que o meio de superá-la é abrir uma discussão política profunda sobre o conjunto dos problemas e tentar, de fato, resolver essa crise da IV Internacional.

Porém, a recusa da discussão por parte do Secretariado Unificado, como também a recusa da discussão por parte do agrupamento de Moreno — não estamos falando de um fingimento de discussão e sim de uma verdadeira discussão política sobre os problemas que se devem à crise da IV Internacional, sobre os problemas levantados na luta de classes e pela intervenção do conjunto das organizações na luta de classes —, o fato de que o Secretariado Unificado, que se proclama a IV Internacional, nega ou pretende negar, através da sua recusa em fazer a discussão, a existência dessa crise prova que ele não pode pretender com seriedade desenvolver, utilizar o método do programa da IV Internacional para lançar-se na via da solução dos problemas políticos que surgem na construção de partidos revolucionários.

Uma unidade de fachada

É por isso que, ligado à recusa da discussão internacional com as forças que se reivindicam da IV Internacional e de sua continuidade, presenciamos no Secretariado Unificado um permanente escamoteamento, uma tentativa incessante de abafar as divergências políticas, de recusar nas suas próprias fileiras o debate sobre o conjunto dos problemas políticos.

Assim, presenciamos uma unidade de fachada que visa esconder a profundidade da crise do Secretariado Unificado, que é uma expressão da crise geral da IV Internacional. E nós ouvimos o Secretariado Unificado repetir que a sua organização se baseia no centralismo democrático. Ouvimos eles repetirem incansavelmente que uma das soluções para a resolução da crise seria a aceitação desse pretenso centralismo democrático, que de fato não passa de uma caricatura, que de centralismo só tem o nome — já que a respeito das tarefas as mais elementares em defesa da revolução polonesa ele é incapaz de exercê-lo — e cujo caráter democrático parte do pressuposto de que os verdadeiros problemas políticos devem ser escamoteados e que, portanto, a verdadeira discussão democrática deve ser banida das fileiras do Secretariado Unificado, porque ela deve ser banida das fileiras daqueles que se reivindicam da IV Internacional.

Paralelamente a isso, nós vimos, por parte de Moreno e daqueles que o seguiram, uma postura semelhante à do Secretariado Unificado. Sobre essa questão crucial, a necessidade da verdadeira discussão política sobre a crise da IV Internacional, Moreno solucionou o problema proclamando ele também que a LIT se baseia no centralismo democrático e que a LIT é a única organização da IV Internacional.

No que diz respeito à discussão, vejamos o que diz Moreno num boletim interno da LIT: "Nossa orientação deve ser de golpear corretamente para liquidar de uma vez por todas toda a discussão. O objetivo de nosso partido não é a discussão, com a QCI ou qualquer outra corrente, é a intervenção na luta de classes (...). Nós não

reconhecemos que Rubens Rivera tenha o direito de discutir ou de apresentar críticas."

Prosseguindo essa lógica, Moreno, desde a cisão da "IV Internacional (Comitê Internacional)", procedeu à aplicação nas suas próprias fileiras de sua orientação, recusando, assim como no Comitê Internacional, a discussão dos problemas políticos e excluindo de todas as suas organizações, militantes, grupos e hoje organizações inteiras que naquele momento, respeitando o quadro do Comitê Internacional e hoje o próprio quadro da LIT, pretendiam simplesmente discutir divergências políticas.

É assim que se generalizaram as exclusões no México, na Nicarágua, na Colômbia, no Brasil, no Chile, na Argentina e hoje presenciados, devido à recusa da discussão, uma crise profunda entre Moreno e a LSR italiana.

As raízes do método de Moreno se localizam naquilo que se tornou uma contradição insuportável para ele: as bases de princípio da "IV Internacional (Comitê Internacional)", e o curso que ele está seguindo na luta de classes, incompatível com essas bases de princípios.

O quadro do Comitê Internacional...

Eu gostaria de me deter por um instante sobre aquilo que foi o Comitê Internacional. Precisamente porque tínhamos a preocupação de avançar passo a passo na solução dos problemas políticos, depois da exclusão da Fração Bolchevique e da TLT do Secretariado Unificado, é que constituímos o Comitê Paritário com seus três componentes.

Como o Comitê Paritário tinha estabelecido, se os três componentes decidiam nesse quadro, agir conjuntamente para defender o programa da IV Internacional contra o revisionismo, se os três componentes decidiam agir conjuntamente pela reconstrução da IV Internacional, se, por essa definição, os três componentes, apesar de suas histórias diferentes e de suas divergências políticas, se situando no terreno da IV Internacional e no quadro de seus métodos para solucionar sua crise constataram que essas divergências exigiam uma discussão política, um balanço da crise da IV Internacional, nós decidimos enfrentar o problema pela mais ampla discussão.

E por isso, os três componentes conservaram sua estrutura, sua existência, sua fisionomia própria, e o Comitê Paritário, como nós o tínhamos caracterizado, era um organismo de frente única de defesa dos princípios dos princípios da IV Internacional frente ao revisionismo, abrindo a discussão política nas suas fileiras e pretendendo abri-la àqueles que se reivindicavam da IV Internacional.

O Comitê Paritário, através da discussão política, tirou posição frente aos principais acontecimentos da luta de classes: a revolução iraniana, a invasão do Afeganistão, o desenvolvimento da revolução nicaraguense e centro-americana. Ao mesmo tempo, ele discutia os problemas que se colocavam no quadro da construção de partidos revolucionários. Então, nós decidimos iniciar uma discussão aprofundada sobre a crise da IV Internacional, sobre o balanço de 30 anos de desenvolvimento da luta de classes, e iniciamos a realização de um projeto de teses pela reconstrução da IV Internacional que devia precisamente estabelecer as bases para a dissolução das correntes existentes e, fundamentalmente, fazer um balanço honesto da crise da IV Internacional e dos meios para superá-la.

Durante um ano, esse projeto de resoluções foi objeto de discussões no seio do Comitê Paritário entre os dirigentes das três correntes e nas organizações. Durante um ano nós

discutimos tese por tese, o conjunto dos problemas da luta de classes a nível internacional ligado à crise da IV Internacional e suas causas.

Nós chegamos a um documento, aquele que foi adotado na Conferência Mundial de dezembro de 1980, que permitia, e nós reafirmamos isso hoje, dissolver as correntes existentes e proclamar a "IV Internacional (Comitê Internacional)", porque isto não significava, como diz explicitamente a introdução do projeto de teses e como foi reafirmada nas fileiras da "IV Internacional (Comitê Internacional)", que o conjunto dos problemas políticos tinham sido solucionados.

Porém, descobrir as correntes era uma necessidade já que as bases da existência de uma organização internacional como produto de uma discussão política real tinham sido realizadas e concretizadas nas teses, o que permitia, num quadro internacional comum, começarmos a avançar mais na discussão política dos problemas em pauta e das divergências, permitindo chegar, caso houvesse uma solução positiva a essas divergências, até a constituição de organizações únicas em cada país da "IV Internacional (Comitê Internacional)", de avançar no esclarecimento dos problemas de estratégia e de tática da construção de partidos revolucionários em cada país e, por aí, avançar na via da reconstrução da IV Internacional como nunca tinha sido possível.

Nós procedemos desse modo. E pudemos avançar com método. O projeto de teses que foi objeto de uma discussão aprofundada, que foi submetido a várias emendas, foi adotado na sua versão definitiva no Conselho Geral da "IV Internacional (Comitê Internacional)" do mês de maio de 1981, quando prosseguimos a discussão.

Sobre o conjunto dos problemas da luta de classes mundial, o Comitê Executivo de "IV Internacional (Comitê Internacional)" adotava documentos e posições de princípios. Mesmo deixando claro que não se trata, aqui, de defender cada um desses textos e cada uma dessas frases, devemos ressaltar que seu conteúdo geral foi ditado por uma posição de defesa intransigente dos princípios do programa da IV Internacional. Por essa via, nós chegávamos a uma homogeneização da intervenção na luta de classes internacional, na solução de alguns dos problemas políticos mais importantes entre as divergências, como por exemplo os passos dados na via da solução das divergências colocadas pela situação política na Espanha e portanto da construção de uma organização unificada, assim como no México, assim como no Peru e outros lugares.

... que Moreno tentou destruir

E foi no momento onde esse processo ia dar um salto qualitativo na realização de toda uma série de unificações a escala nacional como produto das discussões políticas que permitiam estabelecer aquilo que todos nós caracterizávamos como a base do partido, ou seja, uma compreensão comum dos acontecimentos e das tarefas, que Moreno escolheu o caminho do cisão.

Ele optou pela cisão independentemente do fato de que ela tenha sido encoberta por divergências sobre a Frente Popular e a França. Eu não vou me alongar por muito tempo para demonstrar o quanto essa pretensão de Moreno é falsa, e o quanto ela é uma mentira aberta, já que ele pretende que a "IV Internacional (Comitê Internacional)" se dividiu devido a divergências sobre a Frente Popular na França e a Revolução Polonesa, — quando se sabe que, até dezembro de 1981, Moreno não tinha expresso nenhuma divergência sobre as posições políticas adotadas pela "IV Internacional (Comitê Internacional)" a

(continua na pág. 6)

Os estatutos da IV Internacional (CIR)

I — A "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" se constitui como organização mundial, que se reivindica dos princípios de organização do centralismo democrático, tais como foram desenvolvidos na experiência do Partido Bolchevique, implementados mundialmente pela Internacional Comunista e retomados no momento da fundação da IV Internacional.

A "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" fixou-se como objetivo a reconstrução da IV Internacional, como organização única, centralizada mundialmente na base do seu programa de fundação, isto é, como partido mundial da revolução socialista. Este objetivo vem se somar ao objetivo de restabelecimento pleno e total do centralismo democrático em escala internacional.

II — Todos os militantes proletários e revolucionários que aceitem e apliquem os princípios e o programa da IV Internacional, e que aceitem as orientações internacionais definidas nos documentos adotados pela presente Conferência da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" e nas Teses adotadas pela Conferência Mundial constitutiva da "IV Internacional (Comitê Internacional)", reúnem-se numa organização mundial única, sob a mesma disciplina exercida nas condições estabelecidas pelos presentes estatutos provisórios.

Esta organização, a "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", é regulamentada pelos presentes Estatutos.

III — Em cada país, os membros da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" agrupam-se em organizações nacionais (partidos, organizações, ligas, grupos), regulamentados pelos princípios do centralismo democrático, e que se constituem sobre a plataforma, e segundo a estruturação organizativa definida e estabelecida pelo Congresso de Fundação da IV Internacional (Setembro, 1938). Na sua plataforma, a IV Internacional concentra a experiência internacional do movimento revolucionário marxista, emanada, em particular, das conquistas socialistas da revolução de Outubro de 1917, na Rússia. Incorpora, baseando-se nelas, todas as experiências sociais progressistas da humanidade, que levam à expropriação da classe capitalista e à supressão final das classes.

As organizações filiadas constituem-se com base nas decisões e na orientação definidas pela presente conferência, e, conseqüentemente, têm como objetivo a reorganização-reconstrução da IV Internacional, isto é, o seu restabelecimento como partido mundial centralizado, e a construção de partidos revolucionários dirigentes, seções da IV Internacional, em cada país.

IV — Todas as organizações nacionais que assinam a resolução geral adotada pela Conferência Mundial de julho, 1982, são filiadas à "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)".

Nos países onde existem várias organizações filiadas à "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", tem-se como objetivo alcançar — com base nas decisões políticas da Conferência Mundial, e através da ação comum e da discussão — a constituição de uma organização única em cada país. Os organismos internacionais eleitos pela Conferência, cujas atribuições são precisadas nos artigos seguintes, terão, como tarefa essencial, que efetivar a constituição de organizações únicas da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", antes da próxima Conferência Mundial.

V — O regime interno da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", a nível local, nacional e mundial provém dos princípios e da prática do centralismo democrático.

Em conseqüência, as organizações filiadas deverão acatar as decisões da Conferência Mundial, assim como as decisões dos organismos aos quais a Conferência delega seus poderes, nas condições estabelecidas mais abaixo nestes estatutos.

VI — As organizações filiadas deverão cobrir uma quota internacional, fixada em função de sua força e das condições políticas da sua atividade, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Geral.

VII — A instância suprema da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" é a Conferência Mundial, representativa do conjunto das organizações filiadas.

Ela fixará a política da Internacional e das seções, em todas as questões políticas importantes. Ele dirimirá, como última instância, as questões de organização e os problemas internos.

A próxima Conferência ou Congresso Mundial deverá se reunir num prazo máximo de dois anos.

VIII — A Conferência Mundial elege um Conselho Geral de 18 membros titulares e quatro suplentes, aos que delega seus poderes.

Este Conselho Geral deverá se reunir três vezes por ano. Ele definirá as grandes orientações da "IV Internacional (Centro de Reconstrução)", no marco das decisões da Conferência Mundial. Será responsável, face ao conjunto das seções, pela aplicação das decisões da Conferência.

Deverá ratificar as fusões a nível nacional, a constituição ou integração de novas seções.

Ao Conselho Geral, é facultado o direito de revogar ou cooptar novos membros.

As decisões de caráter executivo do Conselho Geral só poderão ser tomadas com uma maioria de três quartos dos votos.

IX — O Conselho Geral escolhe, entre seus membros, um Secretariado Internacional de sete membros, com residência na sede da "IV Internacional (Centro de Reconstrução)".

O Secretariado Internacional deverá se reunir semanalmente.

Ele estará encarregado da direção internacional, entre duas sessões do Conselho Geral. Adotará e publicará documentos e declarações definindo a posição da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)", face aos desenvolvimentos da IV Internacional. Deverá manter a relação entre as seções, impulsionar a discussão política internacional e tomar todas medidas necessárias para este fim.

Ao Conselho Geral está facultado o direito de modificar a composição do Secretariado Internacional.

As decisões de caráter executivo do Secretariado Internacional só poderão ser tomadas com uma maioria de três quartos dos votos.

X — A Conferência Mundial deverá elege uma Comissão de Controle Internacional, constituída de três membros.

XI — O Conselho Geral poderá se pronunciar pela exclusão da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" de um militante ou de uma seção.

Qualquer medida disciplinar poderá ser objeto de apelação perante a Conferência Mundial.

Em caso de exclusão de uma seção, esta medida deverá estar acompanhada necessariamente de um relatório apresentado na Conferência Mundial.

XII — Estes estatutos provisórios terão vigência até a próxima Conferência Mundial.

(continuação da pág. 5)

respeito da revolução polonesa e que a decisão de cisão de Moreno, supostamente em relação à Frente Popular na França, tinha sido tomada antes mesmo das eleições do dia 21 de junho na França que deram a maioria PS-PCF e depois das quais foi constituído o governo de frente popular.

A partir da vontade de ruptura e cisão de Moreno, que estava na base de suas pretensas divergências, nós presenciamos o desenvolvimento de um método que visava destruir a "IV Internacional (Comitê Internacional)" colocando em causa o conjunto de suas aquisições teóricas, políticas, programáticas e organizacionais.

Os bolcheviques nunca separam a teoria da prática, o programa da organização, porque o partido revolucionário, sua construção, é justamente a fusão da teoria e da prática na organização. Admitir o questionamento de todas as aquisições organizacionais da "IV Internacional (Comitê Internacional)" significa admitir o questionamento de todas as suas aquisições políticas e teóricas.

Admitir os métodos destrutivos de Moreno teria sido abandonar as tarefas que nós nos demos na Conferência Mundial quando havíamos proclamado a "IV Internacional (Comitê Internacional)".

Moreno pretendia que a cisão se tornara inevitável devido à recusa, por parte da seção francesa e em seguida por parte da maioria das organizações da "IV Internacional (Comitê Internacional)", em discutir, e que essa recusa estaria expressa na exclusão de militantes pelo simples fato destes colocarem divergências políticas.

No balanço adotado pela LIT por ocasião de sua constituição, ele chega a afirmar que todas as organizações, todas as direções e militantes que condenaram a política da OCI, o fizeram no quadro do respeito da "IV Internacional (Comitê Internacional)", de seu funcionamento, de suas instâncias e suas seções.

Uma confissão reveladora

Vejamos o que diz Moreno numa resolução na qual ele procede à exclusão de Camilo Gonzalez de suas próprias fileiras, e que constitui, de vários pontos de vista, uma confissão daquilo que eram os métodos de Moreno, precisamente a respeito das instâncias de organização e de funcionamento da "IV Internacional (Comitê Internacional)".

Moreno afirma: "A partir de julho de 1981 se inicia na 'IV Internacional (Comitê Internacional)' a discussão sobre a política da OCI (U) frente ao governo Mitterrand, discussão essa que provoca a crise da 'IV Internacional (Comitê Internacional)' devido aos obstáculos colocados repetidas vezes pela OCI (U) contra o desenvolvimento de um debate democrático.

De julho até outubro, ocorrem vários fatos que pioram a situação, até a cisão que se produz no dia 31 de outubro quando os representantes da OCI (U) no Comitê Executivo não reconhecem a representação do PST (A), declarando-a fora do CEI.

Como nós já sabemos, esse processo desembocou no protocolo assinado entre Pierre Lambert e Andres Romero, entre a OCI (U) e o PST (A) respectivamente. Quando começou o processo de crise da "IV Internacional (Comitê Internacional)", de fato duas tendências se constituíram com suas respectivas direções: a da OCI (U) e os membros do ex-CORQUI no Conselho Geral, e a do PST (A) e os membros da ex-FB no Conselho Geral.

De fato, um organismo se constituiu com os camaradas Andres, Roberto e Camilo, membros do CEI, além do camarada Anibal, intimamente ligado aos membros

do CEI residente em Bogotá: Mercedes e Capa.

Citaremos a declaração das camaradas Roberto e Anibal: "Nós, os quatro camaradas, nos reunimos regularmente, discutíamos e votávamos declarações e projetos de resoluções do Comitê Internacional, de tarefas diversas como a organização do grupo francês, seguimos outras seções e camaradas da Europa e começávamos a ter nossas próprias finanças."

É segue uma longa lista de projetos de resolução, de textos e propostas que foram submetidas entre julho e outubro ao Comitê Executivo por essa direção clandestina, que como revela a própria confissão de Moreno, tinha como tarefa a constituição do grupo francês que desenvolvia finanças próprias.

Isso, camaradas, vem confirmar a posteriori aquilo que estava na base das exclusões que ocorreram no seio da seção francesa a partir do dia 24 de outubro de 1981 e que, todas elas, foram fruto não da existência de divergências políticas e sim da manifestação aberta de uma atividade fracional questionando as próprias bases da OCI, da seção francesa, e que estava na base da tentativa de provocação e destruição visando exatamente forjar as desculpas necessárias à proclamação da ruptura da "IV Internacional (Comitê Internacional)".

Mas, camaradas, é no desenvolvimento posterior das próprias posições de Moreno que nós enxergamos todo o conteúdo da cisão perpetrada contra a "IV Internacional (Comitê Internacional)" assumir toda a sua dimensão.

Uma conferência sem base política

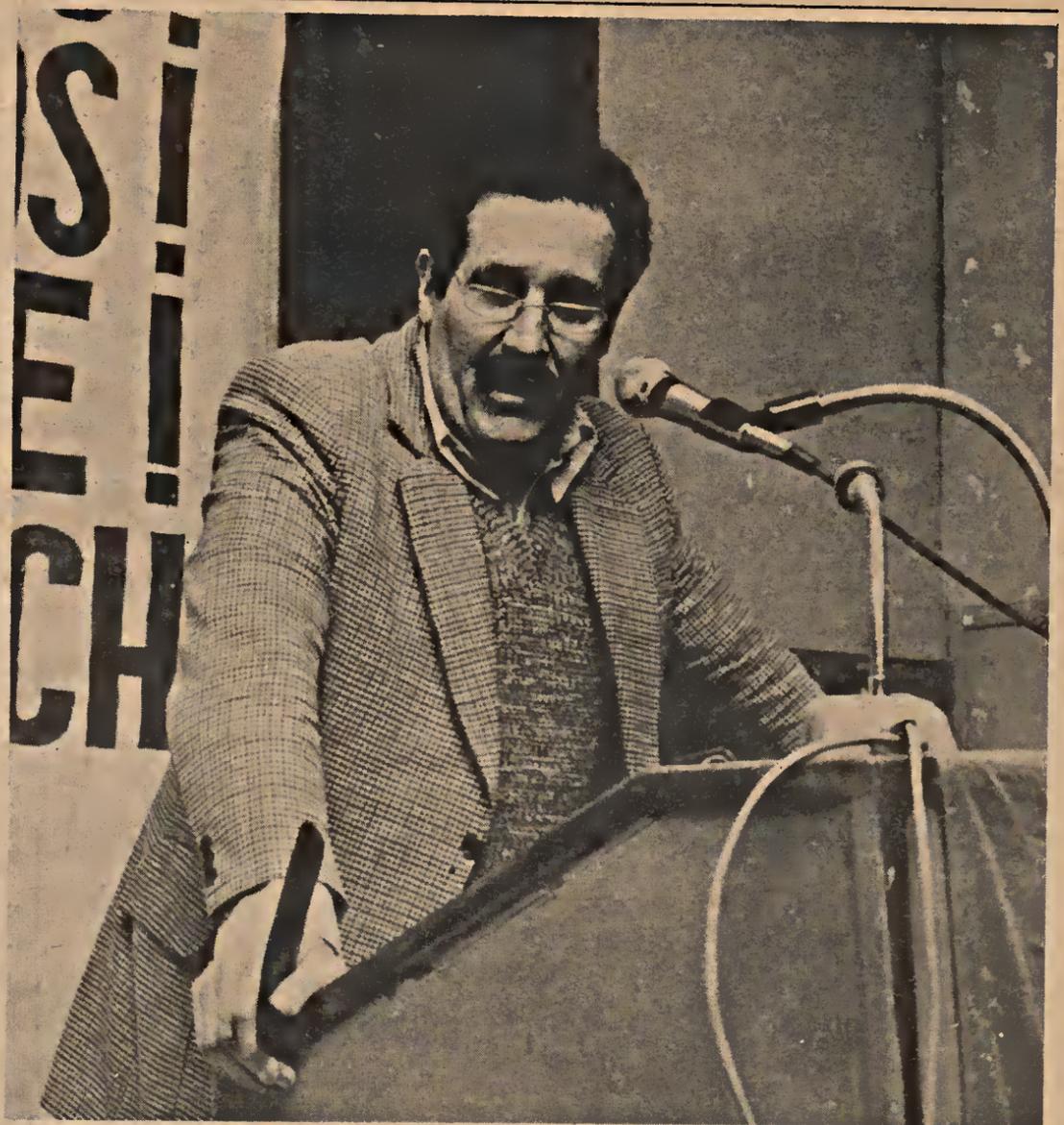
Em primeiro lugar, e essa é a sua marca registrada, a constituição da LIT é o produto de uma conferência convocada sem qualquer base política, sem qualquer plataforma e que tinha como denominador comum a pretensa defesa da honra revolucionária de R. Napuri face aos ataques de "Stalin-Vishinsky/Lambert-Villaran".

Como reconhece Moreno no balanço adotado pela LIT na reunião do seu Comitê Executivo que ocorre nesse momento ou que acaba de ocorrer em Bogotá, o objetivo dessa campanha e portanto o objetivo da conferência constitutiva da LIT era simplesmente utilizar a questão Napuri para tentar destruir as organizações que pertenciam ao antigo CORQUI, apoiando-se no fato de que Ricardo Napuri tinha pertencido às suas fileiras e procurando utilizá-lo como instrumento de desagrupação dessas organizações.

É por isso, diz o balanço, que eles acabam de adotar, no Comitê Executivo da LIT em Bogotá, que era necessário que nos primeiros meses, esta campanha em defesa da honra revolucionária de R. Napuri estivesse no centro das atividades das organizações da LIT "já que era somente naquele momento que podíamos utilizar a questão Napuri para tentar golpear as organizações trotskistas. Hoje, fica evidente que essa campanha, diz ainda o balanço, deve ser mantida para procurar isolar as organizações que são da 'IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)', mas ela não é mais de primeiro plano".

Portanto, sobre a base da defesa desta pretensa honra revolucionária de R. Napuri, das afirmações da existência de uma suposta campanha internacional de calúnias contra esse senador, Moreno procedeu à constituição da LIT.

A essa constituição da LIT, Moreno agregava, para melhorar as aparências, a adoção de dois documentos: o "balanço de atividades" e "teses para a proclamação de uma direção e de uma organização centralizada democraticamente", e, logo de início, definia claramente a



N. Moreno

incompatibilidade entre a LIT e a "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" e as razões exatas da cisão.

O balanço de atividade e as teses citadas proclamavam que a "IV Internacional (Comitê Internacional)" tinha sido uma "frente sem princípios", porque foi constituída sobre a base do amálgama entre trotskismo e revisionismo que são incompatíveis; que este "erro", segundo Moreno, era produto do fato de que eles tinham caracterizado a OCI e as organizações que constituíam o CORQUI como sendo organizações trotskistas, quando na realidade se tratava de organizações revisionistas, agentes da social-democracia internacional.

Nós lembramos que a "IV Internacional (Comitê Internacional)" tinha sido constituída em dezembro de 1980, bem antes da derrota de Giscard, bem antes da vitória eleitoral de F. Mitterrand, bem antes da constituição de um governo de Frente Popular.

"Graças à reunificação de 1963 e à direção do secretariado unificado"

Isto significa que não são mais as divergências sobre a França que atestam que estávamos passando ao lado do revisionismo, ao lado da social-democracia, mas que a "IV Internacional (Comitê Internacional)" foi um erro porque, desde que se constituiu, era "sem princípios". Sobre as teses adotadas na Conferência Mundial de dezembro de 1980, Moreno considerava que era necessário rever aquelas sobre a revolução política, a frente única ant imperialista, a frente única operária, as questões organizativas.

Quando da conferência constitutiva da LIT, Moreno já começava a revisar as teses ao afirmar que a reunificação de 1963 era um fato positivo do qual a LIT se reivindicava, o que entra em contradição direta não apenas com aquilo que Moreno

tinha afirmado desde a constituição do Comitê Paritário, mas também com aquilo que está nas teses como um balanço sério da crise da IV Internacional.

Nas "teses sobre a necessidade de construção de uma direção internacional", Moreno caracterizava da seguinte forma a reunificação de 1963, e eu peço aos camaradas que prestem atenção porque estou certo de que irão ficar surpresos. Moreno diz: "O trotskismo chegou à vitória do maio francês (ele se refere àquilo que significou para os trotskistas a greve geral de maio-junho de 1968) graças à reunificação de 1963 e à direção do Secretariado Unificado". As "novas vanguardas", a direção "marxista-natural" de Castro, o "poder estudantil", o "detonador estudantil", o poder por tudo quanto é lado, a recusa de combater pelo Comitê Central dos Comitês de Greve durante a greve geral, a recusa de tomar a orientação da frente única operária, Rudi Duschke, Cohn-Bendit, tudo aquilo que foi a política do Secretariado Unificado em maio de 1968 Moreno defende logo de entrada: "É a unificação de 1963 mais a direção do Secretariado Unificado que estão na base da vitória que foi para o trotskismo o maio francês".

Como dizia, se Moreno renuncia às teses da "IV Internacional (Comitê Internacional)", se ele questiona toda a sua atividade política e organizacional, isto era apenas um prenúncio dos motivos que estavam na base da cisão; o pleno conteúdo e o pleno desenvolvimento de suas posições políticas posteriores deram uma visão nova, suficientemente esclarecedora.

E isto, não em relação a qualquer coisa e sim em relação aos principais acontecimentos da luta de classes dos últimos seis meses.

Moreno frente à revolução polonesa...

Em relação à revolução polonesa — da qual Moreno se faz partidário

na forma de defesa da frente única do movimento operário com as forças pró-imperialistas, segundo ele, necessárias para o desenvolvimento da revolução política na Polônia —, Moreno torna-se o campeão da luta pela restauração do capitalismo naquele país.

Isto era a máscara. Mas, na verdade, as posições de Moreno visavam proibir o proletariado polonês de constituir suas organizações sindicais e políticas independentes, o que resultou em que uma das primeiras campanhas da LIT (eu me refiro a campanhas jornalísticas, é claro) consistia em colocar-se e lutar contra a legalização do KPN e contra a legalização de um eventual partido ligado a Walesa na Polónia — no exato momento em que o golpe de Jaruselski visava proibir toda e qualquer organização política e sindical independente contra a burocracia.

Mais ainda, sobre a questão das palavras-de-ordem a serem levantadas no próprio curso da revolução polonesa, que abordaremos no informe do camarada Stéphane Just, e de como a questão do poder se colocou até o golpe de Jaruselski, Moreno, revendo as Teses, revendo o programa da IV Internacional, revendo as próprias bases do marxismo, afirmou que na revolução política, os trotskistas não deviam ter medo de fazer o jogo do imperialismo, que eles deviam lutar pela ditadura revolucionária do proletariado dirigida por Walesa e que não se devia temer que essa ditadura revolucionária do proletariado dirigida por Walesa fosse de fato a representação direta de Reagan, do papa, de Mitterrand no seio do Estado operário, o que por si só já constitui uma estranha ditadura revolucionária do proletariado.

... e ao conflito das Malvinas

Mas, como sempre, é em relação à Argentina, que, em suma, é o

centro da corrente constituída por Moreno, a base de sua própria organização, o PST argentino — organização trotskista com uma longa tradição de intervenção na luta de classes, de luta pela independência da classe proletária, organização trotskista que tem suas raízes na IV Internacional e em sua história — é portanto em relação a esta organização, uma das principais organizações trotskistas da América Latina, que o curso de Moreno viria expressar-se através de uma vontade deliberada de destruir o PST, sua política de independência, seu combate intransigente contra a ditadura militar.

Moreno tinha feito várias tentativas, continua fazendo; e o final desse combate ainda não está definido. Ele já havia tentado fazer com que o PST abandonasse, bem antes da guerra com a Inglaterra, o combate pelo reaparecimento em vida dos desaparecidos. Ele havia exigido da direção do PST na Argentina o abandono desta reivindicação, pois os desaparecidos estão mortos e portanto a ditadura militar não pode fazê-los reaparecer com vida. Logo, segundo Moreno, essa palavra-de-ordem não poderia realizar-se e era uma palavra-de-ordem estéril.

O PST resistiu a essa proposta e manteve — com que consequências, isto é outro assunto, dadas às pressões que sofria — a reivindicação do reaparecimento em vida dos desaparecidos. Por ocasião da guerra com a Inglaterra, Moreno aproveitou para tentar, desta vez, fazer ao mesmo tempo desaparecer todos os desaparecidos, travestir a ditadura militar argentina como um governo antiimperialista consequente e transformar o apoio à Argentina em um apoio aberto, desavergonhado, à ditadura militar argentina.

Depois de ter enviado dois embaixadores, A. Franceschi e R. Napuri, ao encontro da ditadura militar argentina para expressar de viva voz o seu apoio, A. Franceschi, numa entrevista à "Convergência Socialista" do Brasil, generalizava esta política de submissão à ditadura argentina sob a forma de uma submissão a todos os governos burgueses da América Latina, afirmando: "No que diz respeito à Argentina, o PST foi a única organização que distinguiu perfeitamente que, neste momento, é necessário colocar em primeiro plano tudo o que diz respeito ao imperialismo, reservando os ataques frontais (contra o governo) apenas ao terreno da condução da guerra."

Referindo-se ao resto da América Latina, ele dizia: "Estamos dispostos a concretizar a unidade de ação com os partidos, inclusive com governos burgueses, que defendem a Argentina contra a agressão imperialista." Ele concluía acusando a OSI do Brasil, dizendo: "Sua crítica, se fosse feita na Argentina, seria muito inoportuna, pois a própria sra. Thatcher procura explicar sua agressão armada através da demagogia sobre a ausência de democracia na Argentina. É evidente que existe uma ditadura na Argentina, e é curioso que a sra. Thatcher utilize este fato como argumento."

O mesmo velho linguajar stalinista, que, dirigindo-se aos trotskistas que defendem a revolução polonesa, diz: "É apesar de tudo curioso que o trotskismo defenda a revolução polonesa; Reagan faz o mesmo." No entanto, a crítica à ditadura argentina no terreno militar, foi explicitada rapidamente por Moreno.

No boletim interno nº 84 do PST argentino, intitulado "A situação política e a orientação do partido", referindo-se à condução da guerra, Moreno diz: "Até agora, a política e a ação do governo e das forças armadas são objetivamente de enfrentamento com o imperialismo inglês, europeu e norte-americano. Este confronto aprofundou-se dia após dia, independentemente das previsões maiores ou menores sobre um rápido acordo ou uma capitulação completa. O que se manteve e se

reafirmou é a tendência oposta à capitulação: reafirma-se a soberania, resiste-se militarmente, radicaliza-se as posições no plano diplomático, a tal ponto que na OEA é feito um discurso (ele continua referindo-se ao governo, é claro) nitidamente anti-imperialista, rompendo-se com os americanos, denunciando enfim sua parcialidade."

Um verdadeiro ataque contra o PST argentino

Como vemos, se Franceschi tinha o pudor de dizer que o único terreno sobre o qual ele faria críticas à ditadura argentina seria sobre a condução da guerra, a única crítica que Moreno faz a esta condução é que ele, se tivesse estado no lugar do governo, não teria feito melhor.

No mesmo documento, e contra as declarações do PST argentino, Moreno exige que seu partido dê uma virada e passe a apoiar abertamente a ditadura argentina, dizendo: "Devemos explorar com a maior audácia e agilidade a tática da unidade de ação antiimperialista em todos os níveis, inclusive com os setores burgueses. Um ajuste tático importante é o fato de que hoje, nessas circunstâncias, devemos retirar da agitação a palavra-de-ordem 'Abaixo a ditadura'."

E para ser claro, esse apoio político à ditadura precisava ser acompanhado de um verdadeiro ataque ao PST e seus próprios militantes. Moreno ataca nestes termos o PST argentino: "no comício de segunda-feira muitos camaradas enxergaram uma contradição: nós rodamos 35.000 panfletos contra o imperialismo, em que não mencionamos em parte alguma o governo. Entretanto, nossa coluna nessa manifestação foi um cortejo antiditatorial. Isto foi uma contradição concreta, pois nós não acompanhamos na agitação oral à mudança política produzida pelo partido, e que o panfleto exprimia."

E é precisamente em relação a esse panfleto e a essa parte do texto que explicava por que deveria se

abandonar a palavra-de-ordem de "Abaixo a ditadura", que o cortejo do PST na manifestação, juntamente com milhares e milhares de trabalhadores, era condenado pela direção exterior do PST argentino como uma incompreensão sectária dos militantes e da classe operária argentina do fato que era preciso abandonar o combate contra a ditadura militar.

O próprio Franceschi, na entrevista à qual eu me referia, ataca nos seguintes termos a classe operária argentina: "O movimento operário argentino teve, num primeiro momento, uma reação de completo ceticismo, inclusive em relação à operação militar. Mas depois de alguns dias, ele começou a acompanhar, em camadas cada vez mais amplas, mesmo que de maneira ainda duvidosa, o resto da nação na solidariedade contra a agressão militar imperialista." "Convergência Socialista" pergunta: "Quer dizer que no início do setor mais desconfiado era o movimento operário?" E Franceschi responde: "É claro. A classe operária hesitava entre duas posições: acompanhar o governo argentino em sua luta antiimperialista ou manter viva sua desconfiança em relação a esse governo que havia liquidado todas as suas conquistas e mantidas na ilegalidade suas organizações durante os últimos 17 meses. O que ocorreu, na verdade, é que o movimento operário congelou de fato a sua resistência face ao governo, pois aí estava a maneira de demonstrar sua solidariedade face à agressão imperialista."

Como vemos, Franceschi e a direção exterior do PST são obrigados a recorrer à mentira pura e simples para condenar a classe operária argentina. Todas as manifestações antiimperialistas na Argentina se desenvolveram aos gritos de "Abaixo a ditadura!". A classe operária argentina não se confrontava com a alternativa: acompanhar o governo ou manter sua desconfiança, mas com a necessidade, dentro da luta antiimperialista, de aumentar sua desconfiança, de combater a ditadura, como único meio de poder levar à vitória essa luta antiimperialista.

Manifestação em Buenos Aires contra a intervenção do imperialismo britânico nas Malvinas.



Moreno ordenava uma virada de 180 graus ao PST argentino, e os dirigentes da LIT se faziam seus porta-vozes à escala da América Latina. E como a política não se separa do método, eis como, hoje, a direção da LIT, a direção do "PST argentino no exterior", e Moreno explicam sua política na Argentina.

...E contra a LSR italiana

No jornal "Correio Internacional" nº 7, lemos num artigo polêmico com a LSR italiana o seguinte: "A resolução do comitê central italiano insiste — muito corretamente — na importância de manter a luta contra a ditadura ainda e mais do que nunca no próprio curso do conflito militar. Sobre este ponto, nós temos um acordo de bases de princípio, tão importante quanto a denúncia do caráter imperialista da agressão inglesa. Esta foi a posição do PST argentino e da direção da LIT desde o início do conflito. Contudo, há uma certa confusão no que diz respeito a certas posições expressas em nossas fileiras que abrem a porta ao oportunismo no que diz respeito à ditadura argentina. Referimo-nos a certas partes do editorial e do comentário sobre a política do PST argentino do jornal "Convergência Socialista", do Brasil (23-6-1982). Digamos desde já que isto é uma crítica parcial da oposição total da Convergência Socialista, posição sem sombra de dúvida correta — e devemos ressaltar a atividade desenvolvida pela organização brasileira em solidariedade à Argentina para a derrota dos ingleses. O jornal da Convergência Socialista apresenta a luta na Argentina como se antes do dia 2 de abril fôssemos a favor da queda da ditadura, e, a partir da guerra das Malvinas, estávamos contra os ingleses, suspendendo a luta pela queda da ditadura. Depois de ter denunciado que Galtieri prepara a derrota da Argentina, o editorial do CS critica duramente os que avançaram a palavra-de-ordem 'Abaixo a ditadura'. Não feita a 5ª coluna de esquerda que se aproveitou da guerra para desenvolver uma grande campanha... contra a ditadura argentina, exigindo a sua queda."

"De nossa parte dissemos que o PST argentino pode ser incluído como sendo o cabeça desse grupo pois, categoricamente, ele se aproveitou da guerra para desenvolver uma grande campanha contra a ditadura argentina, exigindo a sua queda."

Depois, o editorial, a partir de um pretense exemplo de luta contra a ditadura em Puerto Argentino, coloca em pé de igualdade a luta contra a ditadura e pela sua queda, e a capitulação face aos Ingleses."

Para o editorial da Convergência Socialista, o PST teve uma política diferente: "Antes eram os únicos que lutavam abertamente contra a ditadura, agora..." (e aí, eles citam do jornal argentino uma série de palavras-de-ordem contra os ingleses e nenhuma palavra-de-ordem contra a ditadura).

Quer dizer que, em resumo, Moreno atribui à Convergência Socialista do Brasil sua própria posição, que eu acabo de citar: uma política de capitulação.

Não sabemos ainda se a direção da Convergência Socialista vai uma vez mais, como ela já o fez no passado, aceitar sofrer em sua própria pele a política da direção de Moreno e fazer uma autocritica. Mas esperamos que os militantes do PST argentino, que sabem muito bem qual a orientação que a direção exterior do PST argentino e que o próprio Moreno deram ao seu combate contra a ditadura militar, levando-os a abandonar a luta pela aparição com vida dos desaparecidos, a abandonar a palavra-de-ordem de "Abaixo a ditadura", em breve exigirão satisfações sobre o

significado desse apoio à ditadura militar e sobre o que nós afirmamos: os laços entre a cisão perpetrada contra a "IV Internacional (Comitê Internacional)" e esse apoio político à ditadura militar na Argentina.

Em todo caso, se os camaradas da direção da Convergência Socialista do Brasil não exigem que Moreno preste contas, os camaradas da direção da LSR italiana tiveram a audácia, por ocasião do CE da LIT, que se desenvolve neste momento, não de pedir que Moreno preste contas, mas apenas de perguntar se poderia ser-lhes fornecido o boletim interno nº 84, e Moreno lhes respondeu:

"Nunca houve qualquer mudança de orientação do PST argentino, não existe nenhum BI que modifique em qualquer aspecto nossa orientação, e portanto vocês são aqui os porta-vozes dos caluniadores que lançaram contra nós uma campanha de difamação, atribuindo-nos uma orientação que não é a nossa."

E como o camarada da LSR parecia considerar isso pouco sério, Moreno prosseguiu: no que diz respeito à LSR, seu "papel destruidor", mandou enviar uma carta ao delegado da LSR italiana, assinada por Nicolás, membro do CE da LIT, editada de 14 de julho; isto, no CE que se desenvolve neste momento.

Comentários a respeito de um material... jamais recebido

E nesta carta, da qual lhes transmiti algumas passagens, Moreno, como "Nicolás", afirma: "Nos Estados Unidos, apesar de meus repetidos pedidos, jamais recebi o material da LSR italiana. Por este motivo, os comentários que farei através desta carta sobre este material — que nunca recebi — são o produto de uma leitura efetuada recentemente, estes últimos dias: é até possível que existam outros materiais que eu nunca tenha usado pois eu não os conheço. Mas acredito que, no geral, isto não modificaria minhas opiniões."

E, três parágrafos adiante, após ter dito: eu jamais recebi os documentos da LSR italiana, eu não sei se existem documentos que eu conheço ou não, eu não sei portanto nada de sua política, do que vocês dizem, do que vocês fazem, Nicolás explica: "Minha caracterização da LSR é que é uma organização em crise total, o que se manifesta num total desconhecimento do centralismo democrático, na violação do centralismo democrático da LIT três vezes em seis meses, numa perigosa dinâmica em direção ao centralismo e no fato da LSR encontrar-se em crise de direção e de organização."

Não vou me deter longamente sobre isto. Esta caracterização, feita sem haver jamais lido qualquer material da LSR italiana, começa por censurar a LSR por "ter violado o centralismo democrático da LIT porque a LSR realizou como campanha central desses seis meses uma campanha em defesa da revolução polonesa". Os delegados que desejarem poderão obter uma fotocópia dessa carta.

A primeira violação do centralismo democrático que se censura à LSR italiana é que, indo contra as decisões de LIT, que havia definido como campanha prioritária a defesa de Napuri e depois a campanha em defesa da América Central, e que a campanha sobre a Polônia era apenas uma campanha de propaganda (digam isto aos militantes do Solidariedade presos!), durante seis meses, a LSR italiana desenvolveu uma campanha em defesa da revolução polonesa.

O conjunto desses elementos esclarece a natureza do rompimento perpetrado por Moreno contra a

(continua na pág. 8)

(continuação da pág. 7)

“IV Internacional (Comitê Internacional)”.

Porque a “IV Internacional (Comitê Internacional)” era incompatível com a defesa da ditadura argentina;

Porque a “IV Internacional (Comitê Internacional)” era incompatível com a ausência da luta pela aparição com vida dos desaparecidos;

Porque a “IV Internacional (Comitê Internacional)” era incompatível com a aliança à burguesia latino-americana;

Porque a “IV Internacional (Comitê Internacional)” era incompatível com a sabotagem à revolução polonesa. Por tudo isso, Moreno precisava romper a “IV Internacional (Comitê Internacional)”, evitar o reagrupamento dos trotskistas que combatem pela reconstrução da IV Internacional. E, para tanto, usar o pretexto de uma discussão, que por outro lado ele não queria levar adiante, sobre a frente popular na França. Aliás, Moreno quase não fala mais da situação francesa — a não ser para caluniar a seção francesa. Ele já não se preocupa com a frente popular, ele tem hoje, como vimos, coisas muito mais importantes para fazer.

Um golpe que não reforçou o revisionismo

Mas camaradas, e isto é muito importante para nossa conferência, se estamos longe de minimizar os golpes desferidos por Moreno, fica claro que isto não tem nada a ver com os golpes desferidos à IV Internacional pelo revisionismo em 1951-1953, quando a maioria absoluta da IV Internacional havia formado um bloco com a direção do SI contra a

seção francesa. Isto não tem nada a ver com o golpe desferido à IV Internacional pelo SWP em 1963 reunificando-se com o revisionismo.

Primeiro, porque se esse golpe enfraqueceu, objetivamente, as forças que combatem pela reconstrução da IV Internacional, ele não reforçou o revisionismo. Ele não reforçou o revisionismo por dois motivos:

O primeiro é que a crise do SU, que estourou em 1979 com a exclusão da FB e da TLT, e que foi a expressão da incompatibilidade entre trotskismo e revisionismo, prossegue até hoje no seu interior.

É o curso revisionista que assinala que aprofunda-se em condições nas quais até o aspecto de uma aparente Internacional, que reduzia-se no passado em tirar declarações sobre todos os assuntos da luta de classes, levando ao mesmo tempo uma política abertamente contraditória em cada uma das seções, até mesmo este aspecto aparece hoje diminuído no SU. Por outro lado, o que prima é a afirmação aberta, a recusa em discutir posições políticas profundamente contraditórias, às vezes antagônicas, mas encobertas por uma vontade comum, dos dois lados de mascarar essas condições.

O segundo motivo, e o mais fundamental, é que não apenas a maioria das organizações da “IV Internacional (Comitê Internacional)” resistiram ao golpe desferido por Moreno à “IV Internacional (Comitê Internacional)”, defendendo os princípios da Internacional, suas bases políticas e de organização, mas setores muito significativos que tinham sua origem na FB, que combateram dentro do quadro da FB o revisionismo no seio do SU, que constituíram como CORQI e a TLT a “IV Internacional (Comitê Internacional)” portanto setores importantes da FB, e defendendo as conquistas históricas da FB, defendendo seu caráter trotskista, defen-



21 de julho de 1982: militantes do PCI numa manifestação em frente à embaixada polonesa em Paris.

dendo o caráter de princípio do reagrupamento efetuado entre os três componentes, resistiram à ação de Moreno. Alguns deles, e não poucos, encontram-se hoje nesta conferência; outros, que ainda não se encontram em nossas fileiras,

esperamos encontrá-los em breve, visto a resistência que eles exercem no coração da própria LIT. E, por outro lado, conseguimos reduzir a um mínimo os danos causados pela cisão provocada por Moreno.

O único quadro permitindo a livre discussão política

Precisamente, isso reforça ainda mais a necessidade de abrir amplamente a discussão política sobre o conjunto dos problemas em questão.

E exatamente as respostas empregadas à tentativa de Moreno acarretaram, de nossa parte, a necessidade de aprofundar o conjunto das questões levantadas por Moreno sem razão e para proveito do revisionismo, de demonstrar no quadro desta conferência, e nas tarefas que se seguirão a esta conferência, precisamente que o único quadro existente hoje permitindo a livre discussão política dos verdadeiros problemas da crise da IV Internacional, para agir dentro da fidelidade ao programa da IV Internacional, pela reconstrução da IV Internacional, é aquele que estamos nos dando, que nos demos no combate a Moreno, e que deverá prosseguir a partir desta conferência internacional pela defesa internacional, dentro de uma mesma organização, dos princípios da IV Internacional, de seu programa, de seu método, das teses para a reconstrução da IV Internacional e sua continuidade, e do método da democracia que exprimimos no respeito ao centralismo democrático bolchevique.

Eis a tarefa que acabamos de assumir no combate pela reconstrução da IV Internacional, dentro do respeito das normas que nós mesmos estabelecemos livremente para avançar na via da reconstrução da IV Internacional, indissolúvelmente ligada à reconstrução do centralismo democrático em escala internacional, único quadro, repito, que possibilita essa livre discussão dos verdadeiros problemas, permitindo avançar na via da reconstrução da IV Internacional.

Algumas das publicações das organizações membros da “IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)”



Resolução sobre o momento da situação mundial

Esta resolução inscreve-se na continuidade da análise da situação internacional feita nos documentos elaborados pela "IV Internacional (Comitê Internacional)". Seu objetivo não é voltar sobre a análise de conjunto do período e das grandes tendências que se afirmam, mas definir alguns dos aspectos mais característicos do "momento" da situação mundial.

Em maio de 1981, o Conselho Geral da "IV Internacional (Comitê Internacional)" adotava por unanimidade uma resolução sobre a situação mundial, que destacava os seguintes aspectos:

a) O conteúdo da situação mundial era, antes de mais nada, dominado pelo desenvolvimento da ação mundial do proletariado, e pelas consequências da crise econômica mundial que, dadas as atuais relações mundiais entre as classes, impulsionava o avanço do proletariado mundial.

b) neste marco a resolução salientava o lugar ocupado ainda pelos elementos centrais da análise feita pela Conferência Mundial de dezembro de 1980: a revolução política na Polônia, cujo desenvolvimento e aprofundamento continuaram, a crítica situação revolucionária na América Central, onde "o imperialismo norte-americano não atingiu o objetivo que se tinha fixado: esmagar a luta revolucionária das massas salvadoreñas".

c) ainda sobre a política do imperialismo norte-americano, caracterava o significado da eleição de Reagan como "uma tentativa de recuperar, a escala mundial, uma orientação coerente para a política do imperialismo norte-americano".

d) O Conselho Geral adotava — também por unanimidade — uma resolução sobre o significado das eleições na França.

Quinze meses mais tarde, quais são os aspectos que caracterizam os desenvolvimentos da luta de classes, produzidos neste período? Período marcado por acontecimentos consideráveis: Na Grécia, o aprofundamento da crise de dominação de classe da burguesia com o advento do PASOK, ao governo como consequência da derrota que as massas trabalhadoras inflingiram à burguesia e a seu partido, a "Nova Democracia", nas eleições de outubro de 1981; golpe militar na Turquia; desestabilização da ditadura no Brasil, e ascensão da classe operária, expresso no desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores; aprofundamento da revolução política na Polônia, ao que a burocracia respondeu preventivamente pelo golpe de Jaruzelski, que se demonstrou incapaz de quebrar a resistência revolucionária das massas; a continuação da luta revolucionária das massas oprimidas da América Central contra o imperialismo; a crise aberta no seio da ditadura argentina e a agressão imperialista no Atlântico Sul; o significado das eleições regionais em Andaluzia, do ponto de vista da crise irreversível da monarquia franquista; a operação genocida do povo palestino, empreendida pelo Estado sionista com o apoio do imperialismo norte-americano. Estes são apenas alguns dos exemplos que podemos mencionar.

A recente reunião dos representantes dos maiores países industrializados, "a cúpula de Versalhes", foi realizada nas condições mais críticas conhecidas pelo sistema imperialista mundial e pela "ordem internacional" estabelecida em cooperação com a burocracia stalinista no final da guerra. Em todos os terrenos — seja o da mobilização do proletariado e dos desenvolvimentos revolucionários, a crise política generalizada dos regimes burgueses, as "relações internacionais" marcadas por conflitos armados, ou aquilo que é chamado de "desordem monetária", e em definitivo, o da situação econômica no seu conjunto — esta reunião da cúpula foi realizada num contexto de crise aguda.

A taxa de inflação, que continua assolando todos os países capitalistas avançados, mantém-se entre 15-20% anuais — para não falar das

taxas astronômicas atingidas nos países industriais atrasados e dominados pelo imperialismo. A modesta redução constatada nos EUA e na República Federal Alemã (acompanhadas, aliás, por um rápido desenvolvimento do desemprego), não modificam a tendência geral, e não são para nada duráveis. A depreciação geral das moedas viu-se acompanhada por um elemento relativo, em flecha, do dólar, como consequência da política das taxas de juros praticada pelos EUA, que desequilibra os intercâmbios internacionais.

30 milhões de desempregados

O número de desempregados, só nos países industrializados, atinge 30 milhões (na Inglaterra foi superado o record nos anos 30).

À escala mundial, tanto nos EUA quanto na Europa, regiões inteiras são duramente sacrificadas, enquanto que, nos países economicamente atrasados, grupos inteiros da industrialização dos últimos anos — determinada não pelo estabelecimento de um mercado nacional, mas pelas necessidades do imperialismo — desabam.

Os porta-vozes e os economistas da burguesia não prevêm nenhuma melhora fundamental da situação, mas prevêm as suas consequências: *não há dúvidas de que a existência simultânea de uma forte inflação e de um desemprego importante, constitui uma combinação explosiva, se se deixar esta situação continuar e piorar.*, explicava em junho de 1981 o presidente da Bundesbank. Mas a situação continua e piora.

Na reunião da "cúpula de Versalhes", mais uma vez, a posição dominante do imperialismo norte-americano apareceu claramente, e as relações de força entre os imperialismos se traduziram nas conclusões tiradas. Tudo isto, em condições qualitativamente diferentes das existentes no início dos anos 70, quando Nixon decretou a não convertibilidade do dólar em ouro, liquidando o quadro existente desde os acordos de Bretton Woods; e quando Kissin-

ger, para quem "1973 devia ser o ano de Europa", tomava suas iniciativas.

Naquele momento, ainda que todo o curso seguido pela política do imperialismo norte-americano levasse à situação atual — de defesa prioritária dos seus próprios interesses em detrimento dos seus parceiros e rivais — ela não estava em contradição aberta com as necessidades de cada imperialismo como hoje. O imperialismo norte-americano não estava encurralado com a mesma intensidade de hoje pela crise mundial do sistema imperialista, da qual, mesmo com todo seu poderio, não consegue escapar.

Estes elementos novos, que amadureceram particularmente nos últimos dois anos, colocam-nos num novo nível qualitativo, mais próximo da desagregação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho, a respeito da qual a década passada constituiu uma transição na materialização dos fatores de desintegração do equilíbrio reestabelecido depois da guerra e da "ruína" da "prosperidade". (isto é, de um período de uma nova acumulação do capital, fundamentada num desenvolvimento sem precedentes das despesas parasitárias, em primeiro lugar das despesas de armamentos).

Não é possível explicar o atual curso da crise econômica como uma simples realização de uma crise cíclica. Do final dos anos 60 até hoje, o desenvolvimento continua no mesmo sentido: rumo à desagregação do mercado mundial. Só através de uma descrição superficial é que poderíamos falar de uma primeira recessão (1974-1975), e de uma segunda (1980-1982). Que "boom" separa estas duas "recessões"? Os limites da reativação que as une apesar do apelo maciço para as despesas improdutivas (em especial o desenvolvimento dos orçamentos de armamentos), é que estas têm um papel de "balões de oxigênio" passageiros, mas não permitem uma reativação da economia.

Em outros termos, o que podemos constatar é o esgotamento dos efeitos dos meios utilizados até hoje para garantir a marcha do sistema capitalista. E, ainda mais, o fato de que o resultado acumulado por décadas de dotação de recursos ao parasitismo tem como saldo, hoje, a ameaça de um desabamento sem precedentes, cujas premissas estamos vivendo.

O que se manifesta cada vez mais diretamente é o impasse do modo de produção capitalista nestas condições, quando os mesmos fatores que lhe permitiram um certo prolongamento constituem hoje fatores catastróficos, de agudização da sua crise.

A situação da potência imperialista mais poderosa, os EUA, é particularmente uma expressão disto. Evidentemente, não temos que buscar a chave da política de Reagan na ideologia "liberal" ou "monetarista", mas na necessidade que o capitalismo norte-americano tem de enfrentar à sua escala as mesmas moléstias que assolam todos os Estados imperialistas. Os planos de austeridade de Reagan se diferenciam dos que os governos burgueses procuram implementar em toda parte apenas em suas dimensões.

A poderosa economia norte-americana parece estar sufocada por um monstruoso endividamento público e privado (que se multiplicaram por 4,5 e por 7 respectivamente, nos últimos trinta anos).

Um economista norte-americano constata: "a superestrutura financeira

da economia está totalmente fora de proporção com o letárgico crescimento da infraestrutura produtiva e da formação do capital real". Em outros termos, os investimentos especulativos e não produtivos, as despesas parasitárias, são cada vez mais o motor da realização do lucro. A capacidade produtiva na indústria só é utilizadas, em média, em dois terços. A produção industrial cai (10% em um ano, de fevereiro de 1981 a fevereiro de 1982). A porcentagem de desemprego atinge, aproximadamente, 9%, enquanto a inflação se mantém em 8 ou 9%. Multiplicam-se as falências. Um crescimento fantástico das despesas militares (um terço do orçamento global) não resolveu o problema. Em qualquer momento, pode produzir-se uma desagregação do mercado financeiro.

Os objetivos anunciados por Reagan eram a "reativação" da economia pelo reestabelecimento de melhores condições de lucro; a contenção da inflação e a diminuição da dívida pública; o retorno a um equilíbrio orçamentário.



Ronald Reagan na "Cúpula de Versalhes"

Na verdade, além da realização parcial — e insuficiente do ponto de vista das necessidades do capitalismo americano — de um vasto conjunto de medidas anti-operárias, que já começaram a provocar uma mobilização da classe operária, este plano não passou do estado de um projeto. O grande "expert" do "monetarismo", Milton Friedmann, foi obrigado a expor sua "perplexidade", revelando o temor da classe dominante face à irreversível marcha à catástrofe.

Acentuação e aceleração da marcha à desagregação do mercado mundial

A defesa do dólar — pela sua não convertibilidade em ouro desde 1971 — significa, sem dúvida, permitir que o imperialismo norteame-

ricano exporte sua crise para seus sócios e rivais mais débeis. Mas a manutenção artificial do dólar é inseparável do funcionamento mundial da economia capitalista. Isto continua sendo válido, mas o mecanismo empregado — a política norte-americana de altas taxas de juros — volta-se contra ela, na medida em que precipita a desarticulação dos intercâmbios a nível mundial e a ameaça de extermínio de grupos inteiros da economia mundial.

As necessidades particulares do imperialismo norte-americano, eixo do sistema imperialista mundial, entram hoje em contradição com os interesses dos outros imperialismos.

De tal forma que, embora todos os governos burgueses sejam conscientes de que uma estabilidade relativa do imperialismo norte-americano é indispensável para eles mesmos, são levados — nos limites fixados pela preeminência do imperialismo norte-americano, e pelo período — a lutarem por uma via cujas consequências são cada vez mais difíceis de serem controladas. Começou uma

selvagem guerra comercial, que afeta a exportação de capitais e de mercadorias, opondo os EUA ao Japão e aos imperialismos europeus, mas também estes últimos uns contra os outros.

A agudização do avanço rumo à desagregação do mercado mundial afeta, de forma específica, a economia do Estado operário degenerado da URSS, e de todos os estados operários burocráticos — cuja dependência em relação ao mercado mundial, estruturado em relações capitalistas de produção, se vê reforçada.

Mais abaixo voltaremos sobre este ponto.

As necessidades prementes da situação impõem a todas as burguesias a adoção de uma política "social" que tem como eixo, independentemente dos governos vigentes, um feroz ataque contra as condições de vida e de trabalho da classe operária e das massas trabalhadoras no seu conjunto, um questionamento das conquistas operárias. O que implica, também, numa ofensiva da burocracia parasitária em todos os

(continua na pág. 10)

(continuação da pág. 9)

países onde possui o poder político contra a classe operária.

A maior contradição criada pela tentativa de realização destes planos é que seu cumprimento pressupõe a imposição de derrotas decisivas à classe operária, e a destruição das suas organizações de classe. Porém, qualquer que seja a forma do regime, estes planos chocam-se com um período marcado pelo desenvolvimento da luta da classe operária mundial, por sua iniciativa, pelas relações de força desfavoráveis ao imperialismo, no marco das quais, o agravamento da crise estimula a resistência operária, o que não quer dizer que esta não sofra golpes ou chame alguns recuos.

A realidade das relações entre as classes...

A realidade das relações entre as classes fundamentais a nível de todo planeta e a decadência irreversível do modo de produção capitalista estão na raiz desta incapacidade do imperialismo — principalmente o imperialismo mais poderoso, o norte-americano — de controlar a situação e dar, portanto, uma verdadeira coerência, novamente, à sua política mundial contrarrevolucionária. Estes mesmos fatores fundamentais levam a burocracia do Kremlin e as outras burocracias contra-revolucionárias a estreitarem suas ligações com o imperialismo, minando, ao mesmo tempo, o terreno da "coexistência pacífica".

Quando analisa as "premissas objetivas da revolução socialista", através de um exame concreto da situação existente às vésperas da II Guerra Mundial e depois de ter feito o balanço das consequências da "crise social de todo o sistema capitalista", o programa de fundação da IV Internacional, o Programa de Transição, constata que "no marco das relações internacionais, o aspecto não é melhor".

Evidentemente, existem diferenças fundamentais entre a situação de 1938 e a de 1982. A decadência do imperialismo se desenvolvia em uma situação marcada por sucessivas derrotas ("as maiores derrotas" da história do proletariado, como sublinhava Trotsky), enquanto que hoje, a situação não só está marcada pela iniciativa e pela ação do proletariado mundial, mas também pelo fato de que todas as conquistas obtidas por ele nos últimos quarenta anos formam um componente central do agravamento da crise do sistema imperialista. Por outro lado, é evidente que, no quadro do atual período histórico, as necessidades da coalizão contrarrevolucionária e a supremacia do imperialismo norte-americano eliminam qualquer tentativa de redistribuição de mercados, pelas armas, entre as grandes potências imperialistas.

Mas, o estado crítico das "relações internacionais" demonstra a existência de um momento em que a "decadência capitalista" levou a uma situação que questiona a capacidade do imperialismo de controlar a situação.

No momento em que se realizava a reunião de Versalhes, explodiam ou se desenvolviam conflitos armados que, por sua própria existência ou pelas consequências da maneira como se desenvolviam, constituíam elementos de destabilização do sistema imperialista.

... na América Latina...

Deste ponto de vista, a agressão imperialista britânica contra a Argentina em relação às Malvinas foi particularmente significativa.

A decadência particular do imperialismo britânico o impedia de aceitar o fato consumado da reintegração das Ilhas Malvinas, território argentino. Esta recusa corresponde, num sentido, aos interesses de todas as potências imperialistas, pois a iniciativa do governo argentino criava um precedente inaceitável, o que explica o apoio que todas as potências deram à Inglaterra, neste ponto.

A explosão de uma verdadeira guerra entre Inglaterra e Argentina era radicalmente oposta às necessidades de uma estratégia coerente dirigida, no lugar central, pelo imperialismo norte-americano. Opôs o governo imperialista que constituiu um dos pontos de apoio mais seguros de Reagan na Europa, a uma das ditaduras militares mais estritamente subordinadas ao imperialismo norte-americano, que tinha um papel essencial na estratégia do imperialismo, sobretudo no continente americano.

Em primeiro lugar, o imperialismo norte-americano não pôde impedir a iniciativa militar do governo Galtieri — provocada,

salvadoirenas, com a presença de um observador.

As consequências da guerra das Malvinas se combinam com a incapacidade do imperialismo norte-americano de abafar e fazer recuar o ascenso revolucionário na América Central, que constitui, junto com o desenvolvimento da revolução política na Polônia e a resistência revolucionária do povo polonês desde o golpe de Jaruzelski, um dos acontecimentos mais importantes da luta de classes mundial neste momento particular.

Iniciada já nos últimos meses da administração Carter, a política seguida por Reagan para El Salvador consistia em buscar, através da combinação de meios militares (ajuda direta à Junta) e políticos (eleições), o esmagamento da luta revolucionária das massas oprimidas de El Salvador, sustentada no apoio proporcionado pela política contrarrevolucionária da burocracia do Kremlin e de Castro.

Porém, a partir da revolução nicaraguense e da atividade das massas em El Salvador, apesar do sangrento caráter da repressão, impôs-se uma situação revolucionária em toda América Central. A organização de eleições em El Salvador e Guatemala teve um efeito contrário ao procurado: longe de afirmar os regimes vigentes e de lhes fornecer um disfarce de legitimidade, tiveram como resultado — decorrente da existência da luta das massas — o agravamento da crise destes regimes, em função da ausência, nas condições atuais, de qualquer possibilidade de "negociação".

início da revolução iraniana, a selvagem repressão israelense no Líbano, apesar dos golpes desferidos sobre a revolução palestina, abre o caminho para novas convulsões.

Certamente, a entrada pela força dos exércitos israelenses no Líbano, tendo como objetivo declarado quebrar a espinha dorsal do movimento nacional palestino, foi realizada com o aval e o apoio do imperialismo norte-americano, frente à situação existente na região e particularmente na ação das massas palestinas nas próprias fronteiras de Israel e nos territórios ocupados. Mas, como está dito na resolução relativa ao Oriente Médio, o imperialismo não pode apoiar-se exclusivamente em Israel como guardião da sua dominação na região. E, na medida em que o governo Begin — pela situação internacional e da própria região — não pode ir até o fim na sua política de extermínio do povo palestino, a situação em desenvolvimento ameaça os frágeis equilíbrios nos quais se apoiam todos os Estados da região.

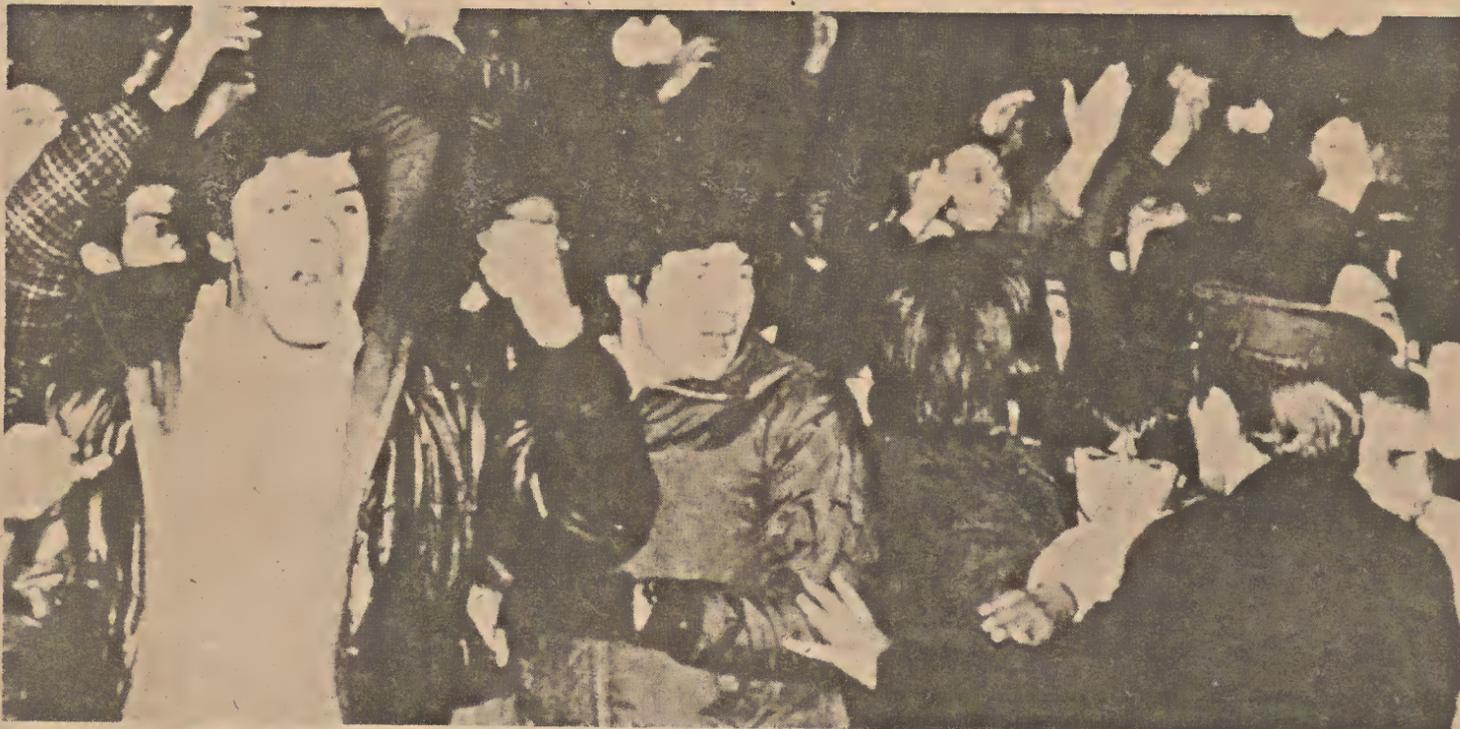
Os novos fatos do conflito Irã-Iraque aumentam consideravelmente esta instabilidade. A guerra Irã-Iraque, que começou como uma operação na qual o imperialismo utilizava de fato o Iraque contra a revolução iraniana, entrou agora em uma nova fase, de consequências imprevisíveis, que destrói as bases da "ordem" — bastante relativa — na região. Seu desenvolvimento coloca em perigo, evidentemente, o regime de Sadam Hussein e tudo o que significaria a sua

aplica-se também ao conjunto dos países onde o capital foi expropriado, e o poder político foi usurpado pela burocracia contrarrevolucionária (Estado operário degenerado, Estados Operários burocráticos desde as origens). Porém, a revolução política não constitui apenas a mobilização direta pelo poder, contra os privilégios das burocracias; o desenvolvimento da revolução política é também um elemento central do agravamento da situação do imperialismo, como componente do ascenso revolucionário das massas a nível mundial, e como fator que leva à desagregação do quadro em que se dá a "coexistência pacífica".

O processo da revolução política não é um "efeito secundário" ou uma "consequência". A revolução política é um componente ativo do movimento organicamente unificado do proletariado mundial, a caminho da revolução.

Os processos da revolução política

Por seu conteúdo, a revolução política — nos países onde o capital foi expropriado e o Estado burguês destruído, embora governe uma burocracia parasitária e contra-revolucionária, agência do imperialismo — é a expressão da revolução proletária internacional. O desen-



No dia 14 de junho, 40 mil jovens e trabalhadores manifestam-se em frente à Casa Rosada (sede do governo argentino) gritando: "Vai acabar a ditadura militar", "são valentes apenas para atirar no povo!". Foram violentamente reprimidos pela polícia.

antes de mais nada, pela situação criada com o ascenso do movimento das massas argentinas contra ela. Depois, apesar das suas reiteradas intervenções, não conseguiu prever a transformação do conflito em uma verdadeira guerra. Assim, foi levado, obrigado, a integrar na sua própria política as contradições de outro imperialismo, a questionar todo seu dispositivo na América Latina. Dando seu apoio à Inglaterra, até as últimas consequências, no conflito armado, mostrou-se incapaz não só de prever o amadurecimento de uma crise explosiva na Argentina como também contribuiu para preparar poderosas explosões sociais e políticas em toda América Latina.

O papel, particularmente, do governo Thatcher e da ditadura militar argentina, pode ser medido no fato de que a última tinha enviado a El Salvador especialistas na luta anti-subversiva e que o governo Thatcher foi o único governo europeu a cautionar as eleições

A intensificação da ação militar e da intervenção do imperialismo, a pressão sobre Nicarágua, que chegou até o apoio a operações armadas a partir de Honduras, levou — tal como constatam os próprios observadores norte-americanos — a unificar as diferentes zonas de guerrilhas em uma só guerra centro-americana, a estimular a radicalização em curso na Nicarágua, e a impor ao governo do FSLN um comprometimento na vida da ruptura com a burguesia.

... e no Oriente Médio

Com relação ao Oriente Médio, onde nenhuma estabilização verdadeira pôde ser estabelecida desde o

queda, mas seus resultados no próprio Irã — onde, apesar da violência contrarrevolucionária do regime de Khomeini, o processo de reconstrução de um Estado burguês estável não pôde ser realizado — são incontroláveis.

Em todos os níveis, o imperialismo é levado a reagir face à multiplicação das crises, que são uma expressão da crise generalizada da ordem mundial estabelecida a partir da guerra mundial, em cujo marco se mantém, embora as suas bases estejam minadas.

A única coerência da sua política mundial vem do seu eixo contrarrevolucionário, pela necessidade — onde ele se encontra, posto em todas partes, mesmo quando a situação é particularmente desfavorável — de realizar, ou procurar realizar, ataques de grande envergadura contra as posições ocupadas pela classe operária e as massas oprimidas, o que gera, por sua vez, a mobilização destas contra a sua dominação.

Esta instabilidade generalizada

volvimento da revolução política na Polônia coloca o proletariado polonês não só na vanguarda do movimento de massas na Europa do Leste, da URSS e da China contra a burocracia, mas na vanguarda do combate do proletariado mundial, ao lado das massas exploradas e oprimidas da América Central e da revolução palestina.

A crise dos regimes burocráticos tem origem na crise do imperialismo, pois a dominação da burocracia está organicamente baseada na manutenção da dominação do imperialismo a nível mundial. Esta é a base objetiva da "coexistência pacífica", que não é uma cooperação harmoniosa, mas uma expressão da subordinação da burocracia ao imperialismo no marco de sua aliança contrarrevolucionária.

O enfraquecimento social e político do imperialismo, a marcha à desagregação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho não reforçam a burocracia. Fazem com que se torne mais

vulnerável à mobilização diretamente dirigida pelo curso da revolução proletária contra o seu poder: a revolução política, levando-a a estreitar seus laços de subordinação com o imperialismo. Ao mesmo tempo que a situação do imperialismo o conduz inexoravelmente a trabalhar pela realização de seus próprios fins que, em última instância, têm como objetivo a restauração da propriedade privada dos meios de produção, e portanto, a destruição das bases nas quais se apoia a burocracia.

É indiscutível que — nestes últimos dois anos — a “coexistência pacífica” continuou a funcionar: a verdadeira coordenação das iniciativas do imperialismo e da burocracia frente à revolução polonesa, o papel da burocracia do Kremlin, em particular, através da mediação do governo cubano e da sua pressão sobre o FSLN (o governo de Manágua, por exemplo, reconheceu a Junta salvadorenha), sua cumplicidade aberta na invasão do Líbano, constituem alguns exemplos, assim como a política das agências nacionais do aparato stalinista internacional.

A pressão do imperialismo

O imperialismo — especialmente o imperialismo americano — exerce uma aguda pressão sobre as burocracias, em particular sobre a burocracia do Kremlin. Uma pressão que se baseia no impasse da gestão burocrática, na subordinação crescente das economias da URSS e dos Estados Operários burocráticos — inclusive a China — à economia mundial, estruturada com base nas relações burguesas de produção.

Um dos meios desta pressão é a intensificação da corrida armamentista. A produção maciça dos meios de destruição, alavanca necessária para o reativamento da economia capitalista (e que introduz novas contradições em seu interior), é, para a economia da URSS, um peso intolerável. Se hoje esta realidade se vê consideravelmente agravada, não é só como resultado do crescimento dos orçamentos de armamentos nos EUA, mas também do sufoco da economia da URSS, cujo desenvolvimento está, cada vez mais, ligado ao mercado mundial, com quem só poderia operar um encontro harmonioso através da revolução proletária internacional. Todas as análises das economias burguesas — e as declarações dos representantes das burocracias — coincidem na constatação de que na URSS a média de crescimento diminuiu rapidamente, indo de 6% nos anos 50 até 3,1% entre 1976 e 1979. Se as despesas

militares com que o imperialismo encurrala a burocracia continuam crescendo ao ritmo atual (7% de crescimento, em média em 1981), isto superará amplamente as médias de crescimento.

Este crescente desequilíbrio não encontrará “solução” a não ser com o aumento da miséria, o que significaria enfrentar frontalmente a classe operária. Mas a insistência verificada no XXVIº Congresso do PCUS, colocando como prioridade o consumo, revela precisamente, nas condições criadas pela explosão da revolução política na Polônia, o temor da burocracia diante da classe operária.

A combinação destes fatores leva a um reforço da dependência em relação com o imperialismo, em um duplo nível: dependência tecnológica, aumentada, e necessidade de desenvolver novos empréstimos.

A política do imperialismo norte-americano, como foi reafirmado especialmente na reunião de Versalhes, não é de levar a um “bloqueio” total da União Soviética.

Os fatos falam por si: os intercâmbios entre a URSS e os EUA aumentaram em 50% em 1981, embora o cerco se feche.

Além do aspecto de “acertar contas” com seus sócios e seus rivais imperialistas mais fracos, isto é, da vontade do imperialismo norte-americano de preservar seus interesses específicos no quadro do “comércio Leste-Oeste”, se trata, para o imperialismo, de garantir um controle político mais eficaz do meio de pressão sobre a URSS e seus satélites, que representa a dependência de sua economia com relação ao mercado mundial.

O que visa o imperialismo é obter da burocracia novas concessões, relativas à abertura de novos mercados e ao controle de seus investimentos. Este é um dos aspectos principais da “negociação global” iniciada pelo imperialismo com a burocracia, que engloba a discussão sobre os armamentos estratégicos e o seu controle.

Depois das primeiras negociações deste tipo com Krutchev, o imperialismo norte-americano continua com o mesmo objetivo: ligar a questão dos armamentos estratégicos à do controle e da sua verificação na prática. Já não se trata de uma questão meramente “militar”, pois ela está ligada ao controle dos investimentos, à abertura de uma brecha nas relações sociais resultantes da revolução de Outubro. E isto constitui hoje o eixo das discussões entre os representantes do imperialismo e da burocracia.

Esta estratégia do imperialismo norte-americano foi perfeitamente formulada quando da decisão da construção de uma bomba de

neutron, por C. Weinburger, secretário de Estado norte-americano da Defesa: “iremos às negociações com uma posição forte, o que é essencial para obter um resultado efetivo” (10 de agosto de 1981), lembrando a declaração de Haig de 11 de julho, segundo a qual a URSS deverá aceitar “as medidas de verificação”, necessárias para limitações mais ambiciosas.

Esta mesma linha será mantida nas entrevistas de Haig e Gromyko em setembro de 1981 e em janeiro de 1982 (depois do golpe de Jaruzelski) e nas negociações Salt em junho de 1982.

A função restauracionista da burocracia como casta (apesar das contradições existentes no seu interior, e de que sua crise aumentará), seu papel contrarrevolucionário de agência do imperialismo, de correia de transmissão da sua pressão no seio do movimento operário, manifesta-se assim diretamente em relação com as bases sociais edificadas sobre a expropriação do capital na URSS, enquanto que o seu papel contrarrevolucionário — e o das outras burocracias — se expressa hoje, a escala mundial, na sua política de defesa encarniçada da ordem burguesa em todos os lugares onde esta esteja ameaçada.

O imperialismo combina sua pressão militar e diplomática sobre a URSS e os estados operários burocráticos com uma verdadeira política de assistência — que reforça seus meios de pressão, e torna a burocracia mais vulnerável a eles. Esta combinação é feita sobre o mesmo eixo: prevenir as explosões, que abrem novos processos de revolução política e operária, contra a penetração capitalista nestes países.

O conteúdo da cooperação entre o imperialismo e a burocracia

Não é principalmente para evitar as consequências, que poderiam ser sérias para as economias capitalistas, de uma situação de falência em um ou em vários países da Europa do Leste, que o imperialismo retarda, renegocia empréstimos e pagamentos de juros. Ele também o faz como arma política contra a revolução proletária mundial, expressa no ascenso da revolução política. Ao mesmo tempo, precisa destas condições, ligando-as a um “saneamento da economia dos países mais endividados (Polônia, Romênia)”, isto é, à aplicação das reformas decididas pelo poder burocrático contra a classe operária.

Mas — e neste ponto se materializam as relações mundiais entre as classes, do mesmo modo que a força do proletariado nos países onde o capital já foi expropriado — a tentativa de aplicar estes planos alimenta poderosamente o avanço para a revolução política. Como sabemos, a aplicação destes planos — isto é, o alinhamento das condições de funcionamento da economia polonesa com relação às necessidades da sua subordinação ao mercado mundial — levaram a aumentos maciços de preços, ao bloqueio dos salários, conduzindo a explosões revolucionárias em 1970-1971 e em 1976, chegando até a eclosão da revolução política em agosto de 1980. Levantando-se para defender suas reivindicações mais elementares, rejeitando a deterioração ainda maior de suas condições de vida e de trabalho, os trabalhadores se levantam pela defesa das relações de propriedade surgidas a partir da expropriação do capital. A cooperação contrarrevolucio-

nária a escala mundial entre o imperialismo e a burocracia, continua em um quadro cada vez mais premente para a burguesia, e ao mesmo tempo se baseia no fato do desenvolvimento internacional da luta de classes em um terreno cada vez mais instável.

Como dizíamos já em maio de 1981, o conteúdo desta “cooperação” não é só que a burocracia deixa “as mãos livres” ao imperialismo na empresa da contrarrevolução. Pelo contrário, ela deverá participar ativamente. E isto se manifesta, face ao ascenso da revolução na América Central, pela política do imperialismo norte-americano em relação a Cuba.

Não se trata de uma questão “regional”, mas de um processo de conteúdo mundial onde se entrelaçam as linhas de força da situação mundial. A intervenção militar direta do imperialismo na região, o início de operações contrarrevolucionárias, acompanha-se da necessidade, para a burocracia do Kremlin, de participar no isolamento das lutas revolucionárias na América Central. A política do imperialismo norte-americano em relação a Cuba ilustra esta realidade. Combina uma intensa pressão, uma chantagem ao reforçar o bloqueio, com a retomada de iniciativas diplomáticas, especialmente através do governo mexicano.

De fato, o imperialismo norte-americano se recusa a considerar o governo castrista como um “interlocutor válido” no pleno sentido do termo. O alinhamento estrito de Cuba às suas exigências está dirigido, antes de mais nada, à burocracia do Kremlin. O estado operário burocrático cubano é estreitamente dependente, política, econômica e financeiramente da URSS — o que não significa que os interesses da burocracia cubana coincidam em todos os pontos com os do Kremlin.

Mas, pela sua denúncia da revolução política na Polônia, sua justificativa antecipada de uma intervenção militar do Kremlin, seu apoio ao golpe de Jaruzelski, assim como pela sua política em relação ao desenvolvimento da revolução na América Central, situada no marco da coexistência pacífica, a burocracia cubana deu farta demonstração de que não pode desenvolver uma política independente.

O que se expressa na atual situação dos regimes burocráticos é o fato de que o desenvolvimento da luta entre as classes fundamentais mina as bases da existência das burocracias, seu poder e seus privilégios. Este é o estado generalizado do desenvolvimento da situação internacional há vários anos. Mas, no atual momento, o grau atingido pelos processos da revolução política (o significado do patente fracasso de Jaruzelski) e as exigências do imperialismo tendem a chegar a um nível de ruptura, a partir do qual, em qualquer momento, podem explodir crises abertas e explosivas no seio dos regimes burocráticos, e precipitar o curso da revolução política na própria URSS.

Polarização aguda entre revolução e contra-revolução

A linha diretriz da marcha dos acontecimentos é a atividade das massas, o movimento ascendente do proletariado mundial. A continuidade — ainda que diferenciada, irregular, incluindo recuos e

retrocessos, dentro de uma mesma linha ascendente — deste movimento, constitui o eixo do desenvolvimento da situação mundial.

Assim, por exemplo, a agressão imperialista britânica contra a Argentina e seu sucesso militar, não constituem uma conclusão mas sim o prelúdio de crises de dimensões consideráveis em toda América Latina, abertas já pelos fenômenos de fragmentação da ditadura militar argentina, não como consequência automática da derrota militar, mas sim da irrupção das massas na situação criada pela reocupação das ilhas Malvinas pelas forças britânicas (manifestação do 15 de junho). E a manifestação do 15 de junho não surgiu do nada: é resultado de todo um processo de mobilizações contra o imperialismo e a ditadura, que não tem como ponto de partida a decisão de Galtieri referente às Malvinas, mas a intensificação da luta da classe operária contra a ditadura, que levou à manifestação de Buenos Aires, de 30 de março.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas isto ultrapassaria os limites desta resolução. Com efeito, uma das características mais marcantes do período da luta de classes que analisamos, a qual se afirma com maior intensidade dado o desenvolvimento de todos os elementos constitutivos deste período, é a estreita inter-relação da luta de classes em cada país, o caráter particularmente denso com o qual se afirma a unidade mundial da luta de classes.

Do mesmo modo que a linha diretriz da marcha dos acontecimentos não significa, repetimos, que o desenvolvimento destes segue um curso unilateral, e que a multiplicação de situações pré-revolucionárias e revolucionárias não impede a emergência de situações contra-revolucionárias, esta constatação não quer dizer que a situação em cada país esteja calcada da “situação mundial”. Significa sim que, através de condições concretas, que são precisamente a materialização diferenciada de processos mundiais, manifestam-se em cada país os aspectos distintivos da situação atual.

Uma situação marcada por uma intensa polarização das forças de classe à escala internacional, e em cada país, uma polarização e uma tensão crescentes entre as forças da revolução e da contrarrevolução. Esta situação, naturalmente, encontra uma expressão diferenciada no marco da luta de classes mundial.

As resoluções particulares apresentadas nesta Conferência (Polônia, América Central, Palestina) constituem as manifestações mais agudas dos enfrentamentos entre a revolução e a contrarrevolução, os combates entre as classes que centralizam hoje com maior intensidade os problemas do avanço da revolução proletária.

Precisamente, as condições nas que se desenvolve e se aprofunda a revolução política na Polônia, as condições nas que se amplifica a onda revolucionária em toda América Central, as condições em que continua a resistência revolucionária do povo palestino são suficientes para sublinhar que o que se prepara à escala mundial e em cada situação particular são enfrentamentos decisivos.

Qualquer exame do desenvolvimento da luta de classes — inclusive onde o desenvolvimento da luta

(continua na pág. 12)

TRIBUNA INTERNACIONAL

Comitê de redação: Gilberto Avelino, Pierre Broué, Humberto Campodonico, Luis Favre, François Fogue, Raul Gomez, Camilo Gonzales, Miguel Orozco, Ruben Rivera.
Diretor: Pierre Lambert

Tribuna Internacional, revista mensal, é editada pela Palavra Editora Ltda. - Rua dos Tupinambás, 152 - Paraíso, São Paulo - SP - Brasil - Telefone: 570-2439

Diretor-responsável: Artur Pereira Filho. Composição e montagem: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977, Pinheiros, São Paulo - SP. Impressão: Editora Joruês - rua Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - SP.

(continuação da pág. 11)

entre revolução e contrarrevolução não atingiu ainda o mesmo ponto de maturidade, seja na América Latina, África, Ásia ou Europa de conjunto, onde se concentram com particular intensidade a combinação da revolução social e da revolução política — levará às mesmas conclusões.

Devemos nos precaver de qualquer objetivismo. Precisamente porque todo o desenvolvimento da situação internacional — coloca na ordem do dia, na ação de classe do proletariado, a questão do poder. E a da luta pelo poder coloca num primeiro plano do desenvolvimento desta situação a questão, ainda não resolvida, da direção revolucionária do proletariado.

Nestas condições — profundamente diferentes das que marcavam a fundação da IV Internacional, como já sublinhamos — condições nas quais o proletariado, comprometido na luta pelo poder, procura se organizar sobre novos eixos, nestas condições marcadas pela intensificação da crise conjunta do imperialismo e da burocracia, o apelo de Leon Trotsky no Manifesto da Conferência de Fundação da IV Internacional, continua a ser um guia da nossa ação.

"O mundo capitalista não tem saída, a menos que se desdobre assim uma agonia prolongada. Temos que nos preparar para longos anos, ou décadas, de guerras, insurreições, breves intervalos de trégua, novas guerras, e novas sublevações. Um jovem partido revolucionário deve basear-se nesta perspectiva. A história lhe fornecerá muitas ocasiões e possibilidades de demonstrá-lo, lhe permitirá acumular uma experiência, chegar à maturidade. Mais rápido se reagruparão as fileiras da vanguarda, mais curto será a época de convulsões sangrentas, mais reduzidas serão as destruições que sofrerá nosso planeta. Mas em nenhum caso, o grande problema histórico será resolvido sem que um partido revolucionário assuma a direção do proletariado. A questão dos ritmos e dos prazos é de imensa importância, mas não modifica a perspectiva histórica geral, nem a orientação de nossa política. A conclusão é simples: é preciso continuar o trabalho de educação e de organização da vanguarda do proletariado com energia multiplicada.

Nisto reside precisamente a tarefa da IVª Internacional."

O campo da reconstrução da IV Internacional não se limita pelos contornos fixados por sua crise e sua dispersão. A reconstrução da IVª Internacional — indissolúvelmente ligada à construção de partidos revolucionários com influência de massas em cada país — só toma sua verdadeira dimensão em relação com o conjunto do movimento do proletariado. Identifica-se em última análise, com a reconstrução do movimento da classe operária internacional sobre novos eixos.

Os avanços neste plano são, porém, inseparáveis da reconstrução da IVª Internacional como organização democraticamente centralizada na base do seu programa de fundação, e dos seus princípios, eliminando o revisionismo das suas fileiras. Tarefa que não poderá ser realizada ignorando a especificidade da história da IVª Internacional, dos resultados de sua crise e da continuação desta.

Por representar um passo significativo nesta direção, em relação com o próprio desenvolvimento da luta de classes internacional, dos quais alguns aspectos estão resumidos nesta resolução, é que esta Conferência ganha todo o seu significado.

Aos companheiros do Partido Socialista dos Trabalhadores da Argentina.

Camaradas:

A Conferência Mundial das Organizações que constituíram a Quarta Internacional (CI) foi realizada e abordou os diferentes problemas relativos à crise da CI (CI) e à situação política internacional.

Entre eles, teve um destacado lugar a análise da situação argentina, a crise da ditadura, o movimento de massas e particularmente a guerra das Malvinas e vosso papel nela.

Por tudo isto, enviamos as fraternais saudações de todos os participantes da Conferência Mundial à vossa heróica luta nestes últimos anos, luta da qual alguns de nós temos participado, tanto diretamente, como membros do PST (A), quanto através da Fração Bolchevique. Queremos trazer a vocês algumas reflexões sobre os recentes acontecimentos na Argentina e o papel que vocês ocupam.

A guerra das Malvinas significou um aprofundamento na crise da ditadura militar que, por sua vez, colocou uma grande oportunidade de avançar significativamente na construção do PST como partido trotskista com influência de massas.

Com efeito, na base da decisão do General Galtieri de recuperar as ilhas estava, de maneira decisiva, o objetivo de desviar a forte pressão combativa do povo trabalhador. As manifestações do 30 de março são o exemplo mais evidente disto. Como vocês afirmavam no BI Nº 82, datado 22.4.82: "A atitude dos militares argentinos só pode ser explicada pelo grau de crise que atingiu o regime...".

Uma possibilidade imensa

Sem dúvida a contraditória situação aberta no 2 de abril significava, também, a abertura de uma imensa possibilidade para avançar na construção do Partido. O ódio das massas à Ditadura, seu nível de mobilização não somente tornavam estéréis as manobras do governo e da burguesia, mas também ameaçavam a própria existência da ditadura.

Para que isto acontecesse, dependia, em grande medida, da existên-

cia de um programa correto e de uma organização com implantação no movimento de massas. Nós acreditamos que, em linhas gerais, a orientação de vosso partido durante todo o mês de abril preencheu este requisito.

"Ruptura total com o imperialismo inglês e com todos os países imperialistas que votaram a favor da Inglaterra no Conselho de Segurança da ONU (por exemplo EUA, França e Japão), ou que de qualquer maneira apoiaram a Grã-Bretanha, como a Alemanha. Para isto, proceder à nacionalização sem indenização do Banco de Londres e do Barclays Bank, da Shell e de todas as empresas, bancos e capitais destes países. Desconhecimento da dívida externa com os países imperialistas acima mencionados. Ruptura de qualquer acordo colonizante (Rio de Janeiro, TIAR, etc.), assinados com o imperialismo. Fora Thatcher e Reagan das Malvinas e de todo o território argentino! Apelo à solidariedade internacional contra a ameaça imperialista. Apelo à CGT, à CNT e a todos os partidos operários e democráticos, ao movimento operário e aos povos da América Latina, Europa e do mundo a se solidarizarem. Especial apelo à URSS, China e Cuba e aos outros estados operários pedindo seu apoio, e a reificação da posição pró-imperialista assumida pelos governos do Kremlin e de Pequim, ao não utilizarem o veto contra a Grã-Bretanha no Conselho de Segurança da ONU. Que o Partido Comunista argentino repudie publicamente o governo da URSS pela sua posição no Conselho de Segurança, e que exija uma mudança de posição.

Restabelecimento imediato de todas as liberdades, direitos e garantias consagrados na Constituição Nacional. Principalmente a revogação de todas as leis que proíbem a atividade política e banem alguns partidos, pelo direito de greve, de reunião e de manifestação, pelo direito irrestrito de exercer a atividade sindical e pela retirada imediata da intervenção (NT: da ditadura) dos sindicatos; pelo fim imediato do estado de sítio (como é possível que continue vigente em todo o território continental ao mesmo tempo em que foi suspenso nas ilhas Malvinas?).

Frente a esta emergência, proibição, para as empresas, de efetuar demissões. Aumento geral de salários, com um salário mínimo de 4.000.000 de pesos. Estabelecer o seguro de desemprego e um plano de obras públicas que contrate os desempregados, financiado pelos capitais expropriados à Grã-Bretanha e seus aliados.

Basta de governo que ninguém elegeu! Fora os militares! Eleições imediatas, sem proscricões nem condicionamentos, a uma Assembleia Constituinte que deverá reorganizar o país e dispor medidas tendentes a nos livrar definitivamente de qualquer sujeição ao imperialismo.

Vocês também assinalavam naquele mesmo BI Nº 82: "Temos um grande espaço para intervir com as nossas posições, fazendo propaganda e agitação sobre a necessidade da mobilização operária e popular contra o imperialismo e a ditadura."

Achamos este eixo de trabalho e de intervenção totalmente correto. Pois a luta "contra o imperialismo é uma só, e é indivisível. Não é possível ser antiimperialista nas Malvinas e entregar o resto do país". (panfleto datado 6/4/82). E foi assim que, uma vez transformada a manobra inicial em enfrentamento armado direto, a ditadura se apressou a discutir os termos da derrota.

Tal derrota, ainda que significasse uma agudização sem precedentes da crise da ditadura, foi a opção que a ditadura preferiu, em vez de enfrentar o imperialismo com a mobilização das massas. Como vocês mesmos escrevem em "Palavra Socialista" Nº 40, fazendo um balanço das razões pelas quais foi perdida a guerra: "(...) preferiram a derrota a se apoiar na mobilização das massas (...) para fazer uma guerra total e obter a vitória. Para derrotar o imperialismo são necessários outros chefes! Nenhum governo patronal — e menos ainda esta ditadura agente do imperialismo — é capaz de romper total e definitivamente com o imperialismo ou de enfrentá-lo consequentemente. Estão entravados pelos seus interesses comuns com o imperialismo, e, acima de tudo, pelo temor das massas". Palavras a mais, palavras a menos, estivesse a perspectiva assinalada, no começo da guerra, por "Palavra Socialista" Nº 37, do mês de abril. Da análise feita por este número de "PS", concluímos: para defender realmente a soberania e o território nacional — incluindo as Malvinas — da agressão do imperialismo, temos que começar pela expulsão de um grupo de agentes de Washington que ocupa, desde 1976, uma importante região do nosso território: a Casa Rosada" (NT: sede do governo argentino). "E para isso o movimento operário não pode permitir que a questão das Malvinas seja utilizada como pretexto para suspender sua luta".

Com estas apreciações, o PST era, no início da guerra, a única organização que poderia orientar o povo trabalhador até a vitória, com um programa de mobilização. Este programa, colocando no primeiro plano a luta contra a agressão imperialista, abrangia todas as reivindicações democráticas, salariais e antiditatoriais que as massas pretendem, e que constituem a única possibilidade de enfrentar o imperialismo.

E o BI Nº 82, acima mencionado, precisava assim a orientação do PST para o 1º de Maio: "... A nossa palavra de ordem central, como já assinalamos, a convocação de

grandes atos públicos da CGT (NT: Confederação Nacional do Trabalho da Argentina), em todo o território nacional, contra a agressão imperialista e a favor do programa anti-imperialista e antiditatorial publicados em nossos manifestos anteriores".

O PST se tornaria assim a única força que, enfrentando a agressão imperialista, assinalava ao mesmo tempo, que para atingir a vitória da luta nacional era necessário enfrentar e derrotar uma "ditadura incapaz de lutar de forma consequente contra o imperialismo".

Ao se apoiar no ódio do povo trabalhador contra a ditadura, o PST também enfrentava o reformismo e o nacionalismo burguês e pequeno burguês: o Partido Comunista, que depois de seis anos continuava apoiando a ditadura e se recusando a enfrentá-la, sob pretexto da unidade antiimperialista. Assim mesmo, o nacionalismo burguês propunha que a classe operária abandonasse suas reivindicações antiditatoriais para somar forças na tarefa nacional de enfrentar a agressão.

Neste contexto, as perspectivas abertas para o PST eram enormes: a capitulação do PC e do peronismo deixava em suas mãos as bandeiras da luta ("única e indivisível") contra o imperialismo e a ditadura.

Um giro de 180º ou uma "correção de detalhes"?

Porém, apenas dois dias depois do BI Nº 82, dos panfletos, manifestos e jornais acima mencionados, o PST introduzia algumas "correções de detalhes sectários", na sua linha, que significavam na verdade o abandono da posição principista sustentada até então.

Estamos nos referindo à mudança de política desenvolvida nos números 83 e 84 do Boletim Interno, do fim de abril e do começo de maio respectivamente.

A Direção Nacional do PST salientava: "... como correção de detalhes sectários da agitação política central do Partido, sectarismo que se estende e multiplica no conjunto da organização, se impõe (...)". Mas as nuances tinham relação com (...) a existência de uma mudança categórica em relação ao imperialismo, que ao mudar, muda todo o equilíbrio".

E como se expressam estas mudanças categóricas? No fato de que "... isto supõe combater aceitando a direção militar do governo militar (...)".

Embora uma semana antes afirmassem que a ditadura preparava a derrota, e que, pelas suas relações com o imperialismo o seu medo das massas, não teria condições de dirigir a luta contra o imperialismo, agora a Direção Nacional do PST afirma exatamente o contrário: "o que se manteve e se afirmou (dentro do governo), foi a tendência oposta à capitulação: reafirma-se a soberania, resis-te-se militarmente... na OEA o governo toma posição em um discurso de tom claramente antiimperialista, rompendo politicamente com os ianques (...) Integrando-se a essa atitude do governo, existe o fato de que, a nível interno, ele continuou a mobilizar contra a agressão (...). Internacionalmente, a ação do governo já obteve alguns sucessos políticos e diplomáticos bastante signifi-



Manifestação convocada pelo PCI em frente à embaixada da Inglaterra em Paris

camaradas do PST argentino

cativos (...) A expressão mais elevada disso é a vitória política que significou a tomada de posição da OEA (...). (BI N° 83).

Como consequência, a modificação de detalhes transformou-se no seguinte "reajuste tático (...): devemos utilizar com a maior audácia e flexibilidade a tática da unidade de ação antiimperialista em todos os níveis, incluindo setores burgueses e o próprio governo".

Camaradas, o PST denunciava com justiça uma semana antes que a burguesia se mantinha unida somente por "uma frente única para evitar situações insurrecionais e chegar a uma solução negociada". E também que "para enfrentar qualquer agressão do imperialismo, devemos começar pela expulsão de um grupo de agentes de Washington que ocupa, desde 1976, uma importante região do nosso território: a "Casa Rosada" (...)" se referindo ao governo. Porém, o PST declarou-se partidário de um acordo anti-imperialista com setores desta burguesia e com uma parte destes agentes de Washington!

A conclusão não poderia ser mais evidente: "o reajuste tático importante consiste em que, hoje, nas circunstâncias presentes, retiramos da agitação a palavra-de-ordem de "abaixo a ditadura".

A capitulação total que esta "mudança tática" significou não pode ser disfarçada com o argumento de que "obviamente, isto não supõe nenhum apoio político, nem sequer crítico, ao governo"; pois, na atividade quotidiana, esta mudança "tática" se manifesta em: "tiramos 35.000 panfletos contra o imperialismo, onde o governo não era mencionado" (BI N° 84).

Assim, a aplicação da unidade de ação antiimperialista com a ditadura levava, inevitavelmente, a abafar o combate contra "os agentes de Washington", e, mais ainda, a deixar nas suas mãos a direção da guerra anti-imperialista. "Esta é a chave da nossa política", falava o BI N° 83. Foi assim que as reivindicações democráticas para derrubar a ditadura transformaram-se em medidas que auxiliavam os militares pro-imperialistas a ganhar a guerra: "Até as palavras-de-ordem democráticas que continuamos levantando, como Assembleia Constituinte, nós formulamos (...) Para melhor combater o imperialismo, através da participação mais democrática da população, tanto para o combate quanto para as negociações (!)".

A reivindicação de "eleições livres agora" "em 30 dias", colocada pelo PST, não era, então, uma ferramenta para derrubar a ditadura, senão um mecanismo de co-governo, junto com ela, para que ela dirigisse a guerra!

E esse BI analisa seriamente a possibilidade de que a ditadura — que somente 7 dias antes era estruturalmente incapaz de fazê-lo — derrote o imperialismo: "Se derrotarmos a agressão imperialista, teremos melhores condições para derrotar a ditadura!"

Em consequência, o PST edita um manifesto para o 1° de Maio onde já não se fala na queda da ditadura, mas da necessidade de "o povo intervir", de ter participação na direção da guerra, através de uma Assembleia Constituinte!

E dois dias depois, no 3 de maio, um novo panfleto é editado onde já nem sequer é mencionada a Assembleia Constituinte e, menos ainda, a ditadura.



Manifestação do PST. No cartaz, pode-se ler: "Partido Socialista dos Trabalhadores, lutando e combatendo contra os exploradores".

Graves consequências

A capitulação havia-se consumado. O PST abandonava as bandeiras antiditatoriais, com uma política de unidade de ação contra o "inimigo comum", incluindo setores do governo. Não de um governo nacionalista, mas setores do governo militar pró-imperialista!

Esta mudança se manteve até o fim do conflito, e terá gravíssimas consequências para a construção do Partido Revolucionário.

Situando-se na sombra do PC, o único fato que diferenciava a ambos foi que o PC não chamava a "participação popular" de Assembleia Constituinte, mas de "governo cívico-militar". Pior ainda. Na Universidade de Buenos Aires, o PST propunha a formação de "Comitês Patrióticos", e que nos bairros se trabalhasse em comum com um organismo parapolicial, a Defesa Civil.

A esquerda peronista, por sua vez, manteve algumas das bandeiras antiditatoriais que o PST abandonava, tornando-se um pólo de atração para milhares de jovens e de trabalhadores combativos. Enquanto eles começavam a se organizar, em todo o país, como dirigentes da luta antiimperialista e antiditatorial ("única e indivisível", como coloca de início o PST), o PST se chocava com a consciência do movimento de massas.

Neste mesmo BI, a direção do PST lamenta-se pela "desmoralização" e pela "incompreensão das consequências da derrota"; pelo "atraso" do movimento operário e o sectarismo dos camaradas militantes do Partido, como justificativa da falta de resposta à sua política de contemporização com a burguesia seu abandono de uma justa política trotskista.

No entanto, a Direção Nacional do PST continuou avançando contra o movimento das massas e contra a recusa dos militantes. Continuou seguindo o PC, continuou avançando na contemporização com a ditadura, continuou deixando de aproveitar a imensa oportunidade que colocava seu próprio programa do 6 de abril, continuou deixando o terreno livre para a esquerda nacionalista.

E este "erro" é muito grave. Tão grave quanto as suas consequências. O PST se postulava como alternativa na luta antiditatorial. Em opo-

sição à política do PC de apoio à ditadura, e ocupando o vazio de direção do movimento de massas. E também o espaço político deixado pela esquerda peronista e pelos Montoneros.

Seu crescimento temporário não pode ocultar estas graves consequências: a virada de 180 graus do PST permitiu ao PC apagar — ainda que parcialmente — seu desprestígio como partido que, durante seis anos, deu apoio à ditadura. Pior ainda: isto permitiu o ressurgimento da esquerda nacionalista, num processo que não será detido tão cedo.

E este erro é muito grave: o PST renunciou a se tornar, no próximo período, a alternativa de direção para o povo trabalhador.

As razões para esta "mudança"

Camaradas, achamos que esta "virada" e as suas graves consequências têm uma razão, que deve ser explicitada. Fazer um balanço sério do acontecido é a única via, que permitirá, ainda que parcialmente, recuperar um pouco do terreno perdido.

Camaradas: vossa política correta de abril, a correta política trotskista da vossa Direção Nacional e do PST de conjunto, era contraditória com a posição pública da organização internacional à qual o PST pertence.

Em sua declaração do 6 de abril, embora alertando que: "com a direção do governo militar... esta luta estará submetida a uma derrota", a LIT — Comitê Internacional não chamava a lutar contra a ditadura, mas a se situar no mesmo campo militar desta, contra a agressão. E não chamando a derrubar a ditadura, qualquer pedido de liberdades democráticas toma caráter de reforma da ditadura assassina — pró-imperialista, que só pôde levar a uma derrota — para ajudá-la a ganhar a guerra.

A LIT-CI levantava assim uma linha de colaboração com a ditadura militar, que levava ao desarmamento do PST e do proletariado argentino. A política da "unidade de ação antiimperialista" com a ditadura está contida naquela declaração, e isto é comprovado de maneira categórica pelo abandono total do PST de uma reivindicação chave, palavra-de-ordem da vanguarda operária e popular: a aparição com vida dos "detidos desaparecidos", que esteve ausente da

política do vosso partido desde o BI N° 83 até o fim da guerra. Isto era consequência da "unidade de ação antiimperialista?"

A organização de Moreno renegava assim os últimos seis anos de luta antiditatorial do heróico PST argentino, e concedia este espaço, conquistado por direito próprio, ao stalinismo e à esquerda nacionalista.

É por tudo isto que não deve nos surpreender que, enquanto os atuais dirigentes da LIT, A. Franceschi e R. Napuri ingressavam livre e publicamente na Argentina, os dirigentes Montoneros estavam impedidos de fazê-lo. A ditadura soube diferenciar o trato que as circunstâncias aconselhavam.

Seguindo esta orientação da LIT — CI, a "Convergência Socialista" do Brasil chegou a classificar de "quinta colunistas de esquerda" a todos aqueles que "aproveitavam a guerra para fazer uma grande campanha contra a ditadura argentina, exigindo a sua queda".

Como consequência lógica da capitulação frente à ditadura, impulsionada por Moreno e pela LIT — CI, não só abandonou-se a luta antiditatorial, como também passou-se a denunciar os que continuavam nela (a imensa maioria do movimento operário argentino) como "quinta coluna", agentes do inimigo.

"Convergência Socialista" do Brasil desenvolve a adaptação de Moreno à ditadura até as últimas consequências.

"Os elementos sectários que se deve extirpar"

Porém, esta virada teve que enfrentar resistências. Não só por parte dos que integraram a QI (CI), mas também na sua própria corrente. A LSR italiana iniciou uma polémica pública com Moreno e a LIT. A base e os quadros do PST(A) também resistiram e tentaram manter as palavras-de-ordem antiditatoriais. Comentando uma manifestação realizada pelo Partido, com a nova linha, e a reação dos militantes face a ela, o BI N° 84 da Direção Nacional responde: "... no ato público da segunda-feira, muitos companheiros se enfrentaram a uma grande contradição: Editamos 35.000 panfletos contra o imperialismo, onde o governo não aparece em nenhum momento diretamente mencionado, mas fizemos uma passeata antiditatorial. Foi uma contradição concreta, devida ao fato de não termos acompanhado através da agitação oral a mudança política produzida no interior do Partido, e exprimida no panfleto...". Assim demonstrava a direção "os elementos sectários, que devem ser erradicados" e que o mesmo BI critica.

No entanto, a capitulação foi imposta ao PST (A), à sua Direção Nacional e aos seus militantes.

Os resultados são mais do que evidentes. O PST deixou de aproveitar a maior oportunidade que jamais teve. As consequências serão muito graves.

E Moreno compreendeu isto, a tal ponto que já afirmou que a sua política de capitulação face à ditadura não foi, na verdade, sua, mas da "Convergência Socialista" do Brasil.

M. Petit no "Correio Internacional" N° 7 (em espanhol) reprova aos camaradas brasileiros por terem sido consequentes na adaptação ao regime:

"No entanto, existe certa confusão a este respeito, nas posições expressas em nossas fileiras, que deixam a porta aberta ao oportunismo face à ditadura argentina. Citaremos fragmentos do editorial e do comentário sobre a política do PST argentino, no jornal "Convergência Socialista" do Brasil (10-23/06/82). Queremos deixar claro que é só uma crítica parcial a um aspecto das posições da CS — posições, sem dúvida alguma corretas — e destacamos a atividade desenvolvida pela organização brasileira de solidariedade à Argentina e pela derrota dos ingleses.

O jornal apresenta a luta na Argentina como se, até 2 de abril fôssemos favoráveis à queda da ditadura e, depois da guerra das Malvinas, fôssemos contra os ingleses, suspendendo a luta pela queda da ditadura. Depois de denunciar que Galtieri preparou a derrota da Argentina, o editorial faz duras críticas aos que apoiaram a queda da ditadura:

"Não faltam quinta colunistas de esquerda que aproveitaram a guerra para fazer uma grande campanha... contra a ditadura, exigindo a sua queda".

Devemos dizer, então, que o PST argentino pode ser incluído neste grupo, pois de maneira categórica "aproveitou a guerra para fazer uma grande campanha contra a ditadura e exigir a sua queda". E depois, no editorial, tomando como exemplo uma suposta luta anti-ditatorial em Porto Argentino, iguala a "luta contra a ditadura e pela sua queda, à capitulação aos ingleses". Segundo o editorial da CS, a política do PST foi diferente: "Até a guerra, foi o único que lutou abertamente contra a ditadura. Agora..." (e fazemos uma citação do Jornal do PST, contendo várias palavras-de-ordem contra os ingleses e nenhuma contra a ditadura).

Estamos certos de que a "CS" do Brasil defendeu uma política de capitulação perante a ditadura. Mas o fez do mesmo modo que todas as outras organizações da LIT (com exceção da LSR italiana), que seguiram as diretivas de Moreno, até o PST(A) no final de abril.

Este método — conhecido de todos nós — agrega uma grave e nova consequência para o desastre político defendido por Moreno: fugir das responsabilidades, distorcer as suas próprias posições, e as alheias, jogando a responsabilidade do desastre nas costas dos outros, o que leva inevitavelmente à destruição dos quadros e das organizações.

E esta será uma nova consequência da adaptação à ditadura.

Camaradas, só através da discussão aberta, democrática, poderá ser corrigida a situação criada. Um balanço sério do acontecido, das responsabilidades e das consequências, deverá ser o primeiro passo para reverter esta crise do PST(A).

Camaradas, nós, militantes trotskistas que integramos a QI (CI), junto com vocês, reconhecemos o PST(A) como o partido revolucionário na Argentina. Baseados nisto, nos dirigimos a vocês, e lhes convidamos a iniciar este debate para corrigir o rumo da liquidação do PST, que lhes foi imposto.

Resolução sobre a revolução política

A Conferência Mundial realizada no final de dezembro de 1980, quatro meses após a greve geral de agosto de 1980 na Polônia, que constituiu a "IV Internacional (Comitê Internacional) afirmou que a revolução política em curso na Polônia não tinha menos importância para a revolução proletária mundial, para a reconstrução da IV Internacional, do que a revolução russa tivera para a revolução mundial, para a fundação e a construção da III Internacional. A resolução adotada pela III e última sessão do Conselho Geral da "IV Internacional (Comitê Internacional) afirmava:

"Quaisquer que sejam as dificuldades futuras, e elas serão muitas durante o caminho da libertação da humanidade das cadeias da exploração e da opressão, os revolucionários reconhecem na revolução política na Polônia a vanguarda da revolução mundial".

Com efeito, a revolução política — cuja função é varrer as burocracias parasitárias do poder político, frustrar os seus partidos e instituições pelas quais exercem o poder, libertar a propriedade social de seu domínio e de sua gestão, entregar o poder à classe operária e assim permitir a gestão da propriedade social pelos próprios produtores, realizar uma autêntica democracia socialista — dá

A revolução política na Polônia se desenvolve num momento determinado do curso da luta de classes na Europa e no mundo, de crise conjunta do imperialismo e das burocracias parasitárias, no centro das quais se encontra a burocracia do Kremlin. Ela se desenvolve como componente e fator desta crise, no quadro do período de iminência da resolução (conforme a resolução sobre o momento da situação mundial). Ela coloca em questão não somente a burocracia polonesa, a burocracia do Kremlin e as burocracias satélites, mas toda "a ordem" européia e mundial consagrada em Yalta e Potsdam e que defende a divisão do mundo, da Europa, da Alemanha em duas. Ela é um fator maior da crise do aparelho internacional edificado pelo Kremlin, como o provam as fricções internas dos diferentes Partidos Comunistas da Espanha, da Itália, da França. Ela abre imensas possibilidades para a construção de partidos da IV^a Internacional. Evidentemente Polônia, e, em níveis diversos, nos países da Europa do Leste e na URSS; mas também nas grandes potências imperialistas, cuja economia domina o mercado mundial e a divisão internacional do Trabalho, e nos países semicoloniais a partir da sua defesa no combate, a intervenção na luta de classes, tal como se desenvolve em cada país. Ela abre, sem dúvida, igualmente, imensas possibilidades para a reconstrução da IV^a Internacional.

Jaruzelski e sua junta foram incapazes de destruir o movimento da revolução política na Polônia

Oito meses depois do golpe de 13 de dezembro na Polônia, o pronunciamento público de Jaruzelski sobre a libertação de um certo número de prisioneiros políticos, bem como o abrandamento do Estado de guerra, constitui um recuo da burocracia face à resistência organizada das massas, face à mobilização internacional em solidariedade ao povo polonês e suas organizações.

O golpe de Jaruzelski não era uma questão interna da República

o verdadeiro sentido e conteúdo à expropriação do capital que hoje já está realizada sobre uma grande parte da superfície da terra.

Deste modo, a revolução política impulsiona a revolução social nos países onde o capital não foi expropriado e onde a crise do regime capitalista, do sistema imperialista torna urgente a sua expropriação.

Ao colocar em causa e destruir as burocracias parasitárias, todas elas produtos diretos ou indiretos da burocracia do Kremlin, a revolução política questiona, balança, fissa, fragmenta o gigantesco aparelho contra revolucionário edificado pelo Kremlin e cujo papel, há décadas, é decisivo na defesa da ordem burguesa internacional, do sistema imperialista; aparelho responsável pelo prolongamento da época de apodrecimento do capitalismo, com todas as suas conseqüências dramáticas e os perigos mortais que acarreta para a humanidade.

Ela é portanto de importância fundamental para a construção de partidos da IV Internacional, e para a reconstrução da IV Internacional, sem que por isso signifique automaticamente essa construção e essa reconstrução.



1º de maio de 1982. Dezenas de milhares de jovens e trabalhadores, convocados pelo Solidariedade, manifestam-se em toda a Polônia. Na foto, a manifestação de Varsóvia.

polonesa, como declararam os governos capitalistas da Europa, os governos burocráticos e os PCs, além de parte importante dos dirigentes social-democratas.

Quando, a 13 de dezembro, sob ordens da burocracia do Kremlin, decretou o Estado de guerra, instituiu o "Conselho Militar de Salvação Nacional", o general Jaruzelski pôs em prática um plano destinado a destruir a marcha da revolução política na Polónia. Isso passava pela destruição das organizações independentes, do Solidariedade, que de fato questionava o monopólio burocrático do poder político e que, desde a última reunião de sua direção, decidira organizar um plebiscito sobre a oportunidade de eleições livres, e anunciava que em caso de questionamento do direito de greve, eles desencadeariam a greve geral; além disso, a direção do Solidariedade de Varsóvia chamara a uma manifestação massiva para o dia 17 de dezembro na capital, em comemoração à greve de 1970-71.

É contra o movimento político das massas que Solidariedade, sindicato independente, via-se na obrigação

de impulsionar que a contra-revolução stalinista organiza o golpe, para destruir a expressão mais avançada do avanço do proletariado a nível mundial e do reagrupamento deste sob um novo eixo.

O poder da burocracia estava e continua em perigo.

Com seu golpe, a burocracia polonesa, sustentada pela burocracia do Kremlin, queria apagar do mapa as organizações independentes de massa criadas pelos operários, estudantes, camponeses, intelectuais — as quais ela fora obrigada a reconhecer a partir dos acordos de agosto de 1980 para conter a greve geral de julho-agosto 1980, que encontrava sua expressão mais acabada na constituição de comitês inter-empresas, "embriões" constitutivos do sindicato independente.

Apesar da força das armas, apesar da repressão militar e policial, apesar da tomada de assalto e da ocupação das fábricas mais importantes pela polícia e pelo exército, e sobretudo, apesar do fato que a direção do Solidariedade tenha sido massivamente decapitada pela prisão de milhares e milhares de dirigentes operários

camponeses e estudantes, a burocracia polonesa, com a bênção de todas as burocracias parasitárias, com a cobertura de todos os partidos políticos, foi, no entanto, incapaz de impedir o desenvolvimento rápido do movimento de massas que retomava a tradição das lutas e organização do proletariado e das massas populares e realizava desde o dia seguinte ao 13 de dezembro uma greve geral.

Não podendo ser centralizada devido ao poder centralizado nas mãos de Jaruzelski, a greve geral foi progressivamente liquidada. Mas a partir dela, posteriormente, em todas as fábricas, cidades, escolas, o movimento de resistência das massas foi reconstituído para pôr em xeque o golpe. A proliferação dos comitês de apoio ao Solidariedade, ou que se reivindicam do Solidariedade, a extensão da rede de contatos entre as diferentes fábricas e cidades, a difusão massiva das publicações clandestinas, boletins, as emissões da rádio Solidariedade que impedem qualquer "normalização" — a forma brutal em que se exerce o monopólio político da burocracia, incompatível com a organização independente da

classe operária — assim como as manifestações de massa de 21 de março e 1º e 3 de maio nas cidades mais importantes da Polónia, com a participação massiva da juventude, destacam a incapacidade do golpe burocrático de conter um movimento de reconstrução das organizações que as massas criam para a revolução política.

O agravamento da crise econômica, social, a catástrofe econômica, pela qual a burocracia stalinista é responsável, aumenta a dependência externa para com a burocracia do Kremlin e o imperialismo mundial. Os prazos de pagamento da dívida externa foram dilatados pelos bancos europeus e norte-americanos. Jaruzelski pede uma moratória de quatro anos. Assim, o que mantém Jaruzelski e sua junta no poder, contra a vontade das massas, é o apoio da burocracia do Kremlin, do aparelho internacional da burocracia e do imperialismo.

Oito meses depois do golpe de Jaruzelski, pode-se afirmar — sem diminuir as conseqüências para as organizações independentes das massas — que ele não realizou seus objetivos e que fracassou em sua tentativa de destruir o movimento independente das massas. Mais ainda, todas as manobras de integração dos sindicatos livres ao Estado são mais difíceis do que nunca.

As aspirações nacionais e políticas do povo trabalhador polonês, a rápida reorganização da resistência, que demonstra a vitalidade da revolução política, colocam sob novas condições a questão do poder para as massas oprimidas.

Em todo o país, reúnem-se as condições políticas e organizacionais rumo a um enfrentamento geral entre a sociedade em seu conjunto e a burocracia stalinista polonesa. O povo polonês não aceita suportar as conseqüências dramáticas da falência levada a cabo pela gestão burocrática da economia planificada.

O Estado de Guerra contra o povo polonês decretado pela burocracia em 13 de dezembro não pôde "normalizar" a vida na Polónia. Jaruzelski e sua junta são obrigados a realizar concessões parciais, sempre mantendo o conjunto de medidas do golpe. Enquanto libertam alguns prisioneiros, expressam sua vontade Lech Walesa na prisão preparam duros golpes e processos contra A. Michnik, Baluka, Kuron, Rulewsky, Modzelewsky, Jurczyk e outros.

Mas a junta militar está profundamente isolada, desacreditada. A burocracia está dividida. O POUP está deslocado. Contra o golpe de Jaruzelski mobilizaram-se nos cinco continentes centenas de milhares de jovens e trabalhadores exigindo a liberdade para seus irmãos poloneses. Nesta ação do proletariado esteve presente desde o primeiro momento a IV Internacional (CIR) e suas seções nacionais.

Sem poder predizer os ritmos e as formas precisas, o que se prepara na Polónia é o enfrentamento de todo o povo polonês contra a burocracia stalinista, contra a junta de Jaruzelski. A revolução política na Polónia continua em marcha para a vitória, para o poder dos trabalhadores, o que não pode passar senão pela destruição do monopólio do poder do aparelho stalinista, tarefa central que se confunde com a luta pela libertação de todos os

presos, pelo fim do Estado de guerra, pela autodeterminação do povo polonês.

A santa-aliança contra-revolucionária e a revolução polonesa, a política do imperialismo

Hoje, como ontem, todas as forças conservadoras e da reação estão naturalmente coligadas contra o desenvolvimento da revolução política em geral, e o desenvolvimento da revolução política na Polônia em particular: a burocracia do Kremlin e as burocracias satélites, o aparelho internacional do stalinismo evidentemente, Fidel Castro encarregando-se de sua parte, mas igualmente o imperialismo e suas agências social-democratas. Lembremo-nos do seguinte: nos primeiros dias do golpe, todos os governos burgueses e notadamente os das potências imperialistas declararam, junto com o Kremlin: "trata-se de um assunto interno da Polónia". Evidentemente, eles estavam informados de sua preparação e de seu próprio desfecho. Absolutamente, não foi por acaso que Schmidt encontrou-se com Honnecker no dia mesmo do golpe na Alemanha Oriental. Ele trazia a caução do governo Schmidt-Genscher à burocracia alemã-oriental, e por extensão à da Polónia e do Kremlin, assim como à divisão da Alemanha em duas. Mas esta caução só era eficaz porque tratava-se de um governo com direção social-democrata e, conjuntamente, do aparelho social-democrata alemão, partido que as massas da Alemanha Oriental, assim como as da Alemanha Ocidental, consideram como seu partido. Outros exemplos poderiam ser citados.

Por outro lado, os governos das grandes potências imperialistas, incluindo o governo norte-americano, estão preocupados em não estrangular as burocracias do Leste Europeu, ao não cortar-lhes os créditos, por exemplo. Bem ao contrário, eles aceitam a renegociação das dívidas dos países da Europa Oriental, os reembolsos de capital e até dos juros, e até conceder eventualmente novos empréstimos que se somariam à dívida imensa que estes países já acumularam e que são incapazes de jogar, incluindo aí o que se refere à Polónia.

Desnecessário é dizer que somos contra qualquer forma de boicote exercido pelas potências imperialistas aos países da Europa Oriental, à URSS e a todos os países onde o capital foi expropriado. Porém, esta questão de créditos à Europa Oriental é significativa das relações entre as burocracias da Europa Oriental e representativa das relações políticas que este pratica em relação àquelas. Os créditos massivos que o imperialismo destinou e continuará destinando aos governos da Europa Oriental combinam o objetivo de impedir o desmoronamento econômico com o de acentuar a dependência destes países em relação às grandes potências imperialistas e assim abrir uma via mais ampla à penetração dos capitais e das mercadorias dos países capitalistas.

Os agentes desta penetração são as burocracias parasitárias, que estão elas mesmas em luta aberta ou abafada com o proletariado e as massas populares de seus países. São elas que colocam, instituem as reformas econômicas que tendem a fazer prevalecer as leis de mercado, a rentabilização em detrimento da planificação, a subordinação da economia de seus países à concorrência internacional, o apelo massivo ao capital estrangeiro, a liquidação das empresas ditas não

concorrenciais, a liquidação dos direitos e garantias dos quais beneficiam-se, no plano do trabalho e contra o desemprego dos trabalhadores desses países.

A Hungria é um exemplo desses fatos. Jaruzelski, no que concerne à Polónia, tem afirmado a necessidade imperiosa da "Reforma econômica", e sua intenção de liquidar os milhares de funcionários que não compreendem essa necessidade. Trata-se da "necessidade" de liquidar várias empresas, de despedir dezenas de milhares de operários. Trata-se de uma verdadeira operação de destruição do proletariado desses países, que a expropriação do capital e a planificação reforçaram consideravelmente em número e em peso social. Os agentes da restauração capitalista nos países onde o capital foi expropriado são as próprias burocracias parasitárias, e isto, contra o proletariado.

A atribuição de créditos pelas grandes potências imperialistas aos países da Europa Oriental faz parte de um conjunto. Não há contradição entre isto e a enorme pressão econômica, militar e política que o imperialismo americano exerce mais particularmente sobre estas burocracias e a burocracia do Kremlin. Com o bloqueio parcial que pretende impor à URSS, o imperialismo norte-americano visa desestabilizar ainda mais a sua economia, afirmar a diferenciação no seio da burocracia, obrigá-la a recorrer a eles (EUA) nas condições que propõem e abrir as portas da URSS sob seu controle para a penetração livre de suas mercadorias e de seus capitais, enfim, a renunciar ao monopólio do comércio exterior.

Contradições dentro dos partidos stalinistas e social-democratas...

Mas se o aparelho internacional do stalinismo, os diversos PCs, a social-democracia levam seu apoio às burocracias parasitárias contra o desenvolvimento da revolução política, a revolução política desenvolve enormes e explosivas contradições, inclusive no interior do aparelho internacional do stalinismo, nos partidos social-democratas

e nos aparelhos burocráticos do movimento operário em geral. Uma das razões da não intervenção militar massiva e aberta da burocracia do Kremlin na Polónia foi precisamente o fato de que tal intervenção poderia ter explodido seu aparelho internacional, suscitando no interior da URSS enormes problemas (para as massas da URSS, a Polónia não é o mesmo que o Afeganistão), e isso até o mais alto nível da burocracia. A defesa da burocracia polonesa contra o proletariado e o povo polonês em luta, constituindo suas organizações, já acentuou consideravelmente a crise do aparelho internacional do stalinismo. O PCF, por exemplo, sofreu um duro revés nas eleições presidenciais e legislativas francesas devido, fundamentalmente, ao seu apoio quase aberto a Giscard, à sua política de divisão, mas igualmente devido às posições da direção contra a classe operária e o povo polonês, contra as organizações que constituíam, contra seu combate e por ter levado seu apoio à burocracia.

Partidos como o PC italiano e o PCE precisavam se diferenciar. O apoio ao golpe de Jaruzelski e à repressão (que o PCF praticou e pratica, quando exclama: "sobretudo, nada de guerra civil") aprofundou essa crise. O PCI foi obrigado a denunciar formalmente o golpe assim como o PCE, sem por isso engajar-se no combate contra Jaruzelski e a junta militar.

No que diz respeito aos partidos social-democratas, as contradições que a revolução política suscita são fundamentais. Tais contradições correspondem ao caráter operário-burguês destes partidos. Pretendendo falar em nome da Birô da Internacional Socialista, Willi Brandt de fato levou seu apoio ao golpe de Jaruzelski, mas o B.I. da Internacional Socialista, de certa forma, o desautorizou.

A prisão de Uwe Triebischmann na Alemanha Oriental inscrevia-se no quadro da política repressiva da burocracia da República Democrática Alemã contra as massas; suas aspirações à unidade da Alemanha, à democracia — política que o aparelho social-democrata sustenta. Mas o aparelho social-democrata foi obrigado a negociar sua libertação em função da campanha desenvolvida, que encontrou importante eco no interior da social-democracia, quase atingindo certos setores do aparelho. Atualmente, a luta pela libertação dos presos na Polónia, pelo respeito aos

direitos e liberdades democráticas, os direitos das organizações constituídas pela classe operária e o povo polonês entre agosto de 1980 e dezembro de 1981, pode e deve ter um poderoso eco no interior da Social-Democracia alemã. Na França, em outros países, no interior dos PSs e dos partidos social-democratas, este eco não foi menor e esses partidos, enquanto tais, tiveram que tomar uma posição em princípio contra o golpe e a repressão. Na França, Mitterrand foi obrigado a cancelar a viagem que deveria fazer à Romênia devido ao seqüestro de V. Tanase pelos serviços secretos romenos em território francês.

Se tomarmos o caso da França, vários sindicatos, militantes e dirigentes destes sindicatos e até os altos escalões de uma central sindical como a FO ocupam um lugar importante na luta contra o golpe e suas seqüências. Assim se deu, por exemplo, na constituição do comitê de defesa dos sindicatos livres no Leste da Europa.

... que devemos levar em conta

Essas contradições se misturam, têm a mesma origem das que resultam do fato de que os aparelhos desses partidos e os partidos enquanto tais são levados a carregar nas costas as seqüências da crise do imperialismo e das crises de suas próprias burguesias, pois sua base militante e as massas os encarregam de levar adiante suas aspirações anticapitalistas.

No que concerne à social-democracia, é preciso enfatizar ainda um outro aspecto. Na Tchecoslováquia e na Hungria, principalmente, a social-democracia foi extremamente poderosa, há uma velha e profunda tradição. O movimento da revolução política, ao fazer surgir as organizações do proletariado contra a burocracia, suas instituições e seus partidos, fará inevitavelmente resurgir a social-democracia como partido operário com considerável influência de massa.

Na Alemanha Oriental, as massas, repetimos, reconhecem contra a burocracia e seu partido (o SED) o SPD, como o seu partido. Em outros países da Europa do Leste, novos partidos social-democratas podem surgir. Esses partidos social-democratas se constituirão no

terreno da propriedade social, e no quadro das relações sociais e políticas onde aquela existe. Isso não pode deixar de produzir novas e profundas contradições.

Aliás, não são apenas os partidos social-democratas que renascerão na Europa do Leste, mas outros partidos como os partidos camponeses. Partido Popular Socialista, já foi reconstituído na Polónia, da mesma forma que outros partidos, como o PSPP.

Serão todos eles marcados pelo fato do capital ter sido expropriado nesses países e pelo fato de lá existir a propriedade social dos meios de produção. Na Polónia, mesmo a Igreja leva em conta esses dados, e a hierarquia católica é surpreendida em meio às contradições que deles resultam.

São os aparelhos social-democratas dos partidos dos países capitalistas os que melhor consideram esses dados. É assim que o SPD se recusa a chamar as massas alemãs orientais a se organizarem no seu interior contra o SED, se recusa a levantar a questão do monopólio político do partido da burocracia da Alemanha Oriental; assim como a DGB não questiona os "sindicatos" oficiais na Alemanha Oriental.

Em geral, os partidos socialistas e social-democratas recusam-se a chamar a formação de partidos social-democratas no Leste da Europa, recusam-se a integrar uma representação real de social-democratas dos países da Europa Oriental no interior da Internacional Socialista ou em suas fileiras ou a lhes dar qualquer ajuda política — à exceção do partido Social-democrata-sueco que recebe em suas sedes as representações no estrangeiro dos social-democratas desses países editando seus jornais.

Em outros países do Leste, novos partidos social-democratas podem surgir. Estes partidos social-democratas trarão profundas contradições nas fileiras da Social Democracia, na medida em que as massas destes países, que afluem a estes partidos, tentarão acabar com o monopólio do poder da burocracia, em defesa da propriedade social; enquanto as ligações orgânicas permanentes destes partidos que se denominam social-democratas na Europa do Leste com a Internacional Socialista e seus partidos do Ocidente terão um papel fundamental de instrumentos dos aparelhos social-democratas contra-revolucionários.

Tanto para determinar nossa tática nos países da Europa Oriental quanto para combater em defesa da revolução política na Polónia e para construir nossos partidos a leste e a oeste da Europa, temos que considerar atentamente estas contradições.

Kuron

O desenvolvimento da revolução política na Polónia, a resistência da classe operária polonesa ao golpe de Jaruzelski, a maturação política no Solidariedade e a diferenciação política no seio de sua direção, se exprimem nas posições desenvolvidas por J. Kuron em sua carta aberta a Bujak e Kulewski.

Devemos nos recordar de que Kuron foi o primeiro a elaborar uma plataforma de oposição política à burocracia stalinista sobre bases socialistas, em 1965; que em seguida, ele rompeu com o marxismo, que em 1976, fundando o KOR, forneceu à oposição na Polónia um quadro de organização sobre a base da defesa dos interesses da classe operária, e que os grupos do Robotnik constituídos dentro do movimento do KOR forneceram uma forma embrionária de organização à classe operária polonesa. Tudo isso, apesar de que, na oposição à burocracia no período de

(continua na pág. 16)



Jaruzelski, recebido por Brejnev a 15 de agosto de 1982 em Moscou.

(continuação da pág. 15)

1969-1980, as posições políticas de Kuron fossem baseadas numa perspectiva de compromisso com a burocracia.

Em 1980, assim que o Solidariedade se formou, ele tornou-se um de seus "experts" e um de seus dirigentes políticos de primeiro plano. Em agosto de 1981, os partidos políticos começavam a se organizar na Polônia. O KPN militava abertamente. O PSPP preparava sua proclamação. Kuron se pronunciou a favor da dissolução do KOR, argumentando que a existência do Solidariedade o tornava desnecessário.

Ao mesmo tempo, ele defendia que se cedesse diante do governo na questão dos aumentos dos preços dos gêneros alimentícios e que recusassem as manifestações em defesa dos presos políticos. Neste mesmo período, ele também defendeu a independência do Solidariedade.

Após o golpe de 13 de dezembro, a classe operária polonesa, através do Solidariedade, exprimi sua resistência ao golpe de Estado com greves, manifestações, minutos de silêncio, boicote dos noticiários de rádio e televisão e greves nacionais de duração limitada. Ainda que o governo tenha sido obrigado a conceder a libertação de alguns presos, recusou-se a discutir com a direção do Solidariedade a suspensão das medidas impostas em 13 de dezembro, como reivindicara o Solidariedade.

Na crise atual que paralisa, o go-

verno é incapaz de tomar qualquer medida de importância decisiva em qualquer terreno.

manutenção de Jaruzelski no poder. Uma vez lançada, uma greve geral nacional coloca a questão do poder.

Os trotskistas poloneses combatem pela mobilização revolucionária das massas contra o estado de sítio, pelo reestabelecimento de todos os direitos políticos e democráticos, como primeiros passos rumo à queda do regime de Jaruzelski e a tomada do poder por órgãos do povo trabalhador polonês, opostos aos da burocracia.

O fato de que Kuron não se pronuncie pela queda do regime não deve ser um obstáculo a um acordo para um combate comum por uma greve geral.

Em todo caso, se uma greve geral é lançada, seu próprio desenvolvimento subverterá a questão dos objetivos desse movimento. Não podemos excluir categoricamente por antecipação, nem mesmo a possibilidade temporária de um compromisso com o governo, sob condição de se combater para garantir a organização independente da classe trabalhadora e preservar sua capacidade de levar o combate a um nível superior.

Nossa linha política

A situação política na Polônia é marcada, como explicamos acima, pela resistência das massas ao governo e pela crise da própria burocracia. Estes dois fatores são

— fim do estado de guerra;
— liberdade de imprensa;
— atendimento das reivindicações materiais da classe operária e das massas populares, contra a alta dos preços, a ausência de gêneros alimentícios os mais elementares, contra a fome e o desemprego.

O combate que corresponde às necessidades mais imediatas das massas polonesas, é o combate pela unidade de todos os que lutam para forçar o governo a ceder a suas reivindicações, incluindo a organização de uma greve geral nacional.

As reivindicações que se referem às condições sociais das massas surgirão novamente, de forma inevitável. Como em julho e agosto de 1981, e em seguida, em dezembro, os trabalhadores e os camponeses levantarão a questão do controle da economia. Colocarão o problema do seu próprio controle sobre a produção e a distribuição através de comitês operários e camponeses.

O combate pelas reivindicações democráticas continuará sendo a principal força motriz do desenvolvimento da revolução política. Ele inclui o combate pela legalização de todos os partidos constituídos pelas massas trabalhadoras na Polônia ao longo de sua resistência à burocracia, pela liberdade de expressão, de imprensa e de organização.

Todas estas reivindicações são centralizadas no combate por uma Assembléia representativa do conjunto do povo polonês, eleita através do sufrágio universal, disposta de

burocracia. O estado de sítio revelou de maneira aguda o precipício absoluto que existe entre a burocracia e seu partido, de um lado, e o povo polonês por inteiro, de outro. O povo polonês deseja profundamente expressar sua vontade política, demonstrar sua rejeição total à burocracia e seu partido. É a esta aspiração que responde a reivindicação da Assembléia Constituinte.

O golpe de Estado, claramente inspirado pelo Kremlin, reforçou as aspirações do povo polonês à independência nacional, contra a dominação da burocracia russa, através de seus marionetes poloneses. O povo polonês expressará igualmente sua aspiração profunda aos seus direitos nacionais por meio da Assembléia Constituinte.

No combate pela legalização de todos os partidos, por uma Assembléia Constituinte, a subordinação da Polônia ao Kremlin através dos acordos de Yalta e Potsdam e o Pacto de Varsóvia será posta em causa.

O combate pela Assembléia Constituinte

As aspirações fundamentais do povo polonês — trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais — à liberdade, aos direitos democráticos, à independência nacional, para que seja dado um fim à desigualdade social e aos privilégios burocráticos, ao controle sobre a economia, são incompatíveis com o reino da burocracia.

Para que tais aspirações se concretizem, é necessário que o poder da burocracia seja substituído em todos os níveis pelo governo dos operários e camponeses.

Os mecanismos pelos quais tal governo será formado não podem ser estabelecidos por antecipação. Sem dúvida alguma, compreenderão comitês operários e camponeses, centralizados a nível regional e nacional. Tais comitês surgirão ao longo da greve geral e para responder à decomposição da economia efetivada pela burocracia.

Mas a reivindicação que centraliza as aspirações políticas do povo polonês de acabar com o poder da burocracia, é a reivindicação da Assembléia Constituinte e de um governo responsável perante ela.

Esta palavra-de-ordem centraliza todas as oposições políticas face ao poder da burocracia, e fornece a base para uma aliança governamental entre os trabalhadores e os camponeses.

Desde já, a aliança entre os operários, os camponeses e os estudantes na Polônia se expressou na construção, do "Solidariedade Camponês" e do "Solidariedade Estudantil". Estes, sob a proteção do "Solidariedade operário", se desenvolveram diante da desorganização da economia pelo governo. Mas isso não basta para responder à questão do governo: É necessária a centralização política de todo o povo polonês em uma Assembléia Constituinte.

No curso do desenvolvimento da revolução política, a reivindicação da Assembléia Constituinte pode se concentrar na formação de um comitê nacional fundado sobre os comitês operários e camponeses que serão formados ao longo da luta. Mas esse problema será corrigido no curso do desenvolvimento da própria revolução.

Por enquanto, o combate por um governo operário e camponês passa pelo combate por uma Assembléia Constituinte. É claro que, no curso da luta, eventualmente, da greve geral, pode ser colocada a questão da constituição de um governo provisório substituindo o da burocracia. Mas isto é ainda uma perspectiva; não podemos nos antecipar ao curso dos acontecimentos neste campo.

Por enquanto, é necessário, quanto a isso, que mantenhamos a fórmula: governo responsável perante a Constituinte, visto que as variantes de tal governo são múltiplas. É possível que este governo possa ser eixado sobre a Igreja, que integre a burocracia e que faça

de uma certa forma "o acordo nacional" numa situação de duplo poder.

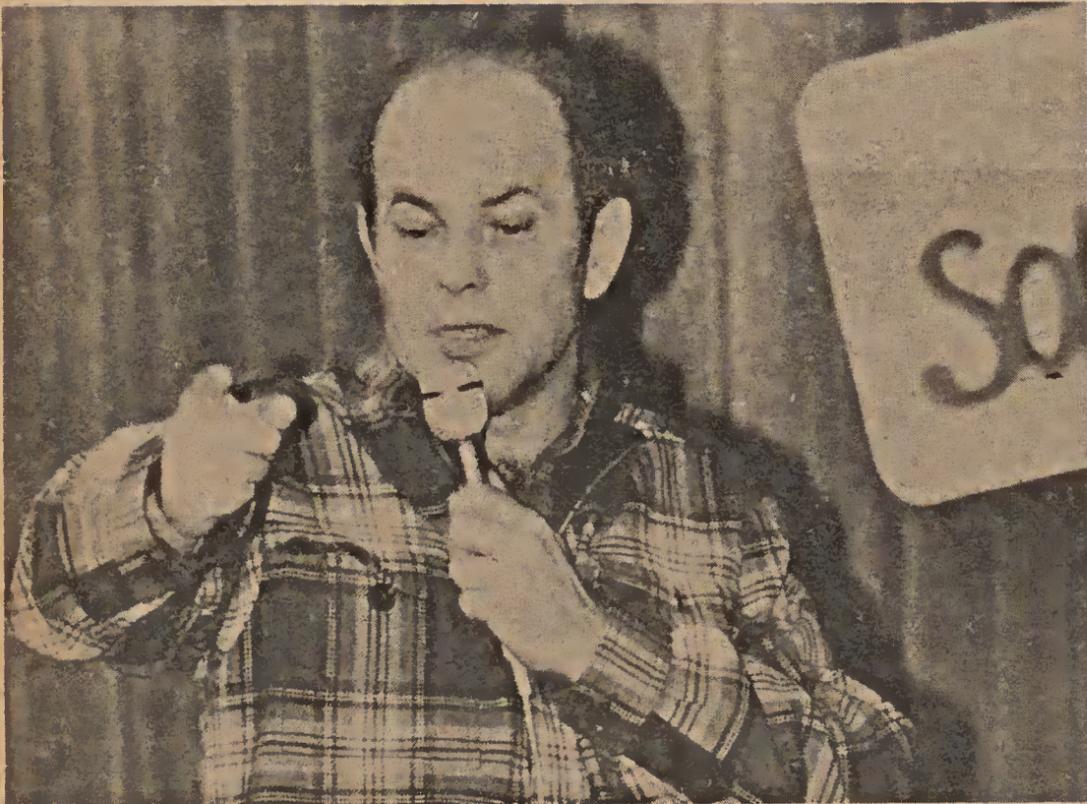
Construir os partidos da IV Internacional...

Nossa tarefa essencial é a reconstrução da IV Internacional e a construção de suas seções. A revolução política é um componente decisivo da revolução proletária mundial. A necessidade da direção revolucionária constituída com base no programa da IV Internacional, isto é, nos partidos da IV Internacional, não é menor nos países onde o capital foi expropriado do que nos países onde subsiste o modo de produção capitalista. Somente o programa da IV Internacional situa a revolução política em seu verdadeiro quadro e em sua real significação. Somente esse programa estabelece a necessidade do poder dos Soviets, da democracia operária e do Estado Operário. Somente esse programa alia a revolução política à revolução social e exprime a necessidade de acabar com a divisão do proletariado mundial, europeu, alemão, de acabar com a divisão do mundo, da Europa e da Alemanha. É somente esse programa que abre a perspectiva da realização dos Estados Unidos Socialistas da Europa e da República Socialista Universal dos Conselhos. A revolução política não se conclui, por exemplo, só com a queda de Jaruzelski na Polônia.

No entanto construir os partidos da IV Internacional na Europa do Leste e na URSS exige, portanto, que se parta das condições concretas e do estado de espírito das massas nesses países. Não podemos esquecer o papel opressivo e expoliador que a burocracia do Kremlin e as burocracias parasitárias desempenham nos países da Europa do Leste e na URSS contra as massas operárias e camponeses. A opressão e a expolição nacionais dos povos (há quase 60 anos na URSS e há 37 anos na Europa do Leste) é feita em nome do marxismo, do leninismo, da ditadura do proletariado, dos soviets e do socialismo.

Atualmente, apenas uma pequena minoria tem condições de compreender a fantástica falsificação dos valores e as reais implicações desta mistificação. Sobretudo nos países da Europa do Leste, onde as massas, em sua imensa maioria, consideram a URSS como um "país imperialista" infinitamente mais explorador, um opressor mais brutal e cruel do que as burguesias dos países capitalistas e das grandes potências imperialistas; onde as massa julgam que os trabalhadores dos países capitalistas dominantes beneficiam-se de liberdade e condições econômicas infinitamente superiores as suas.

Não podemos esquecer também da crise da IV Internacional, do



J. Kuron

verno é incapaz de tomar qualquer medida de importância decisiva em qualquer terreno.

Numa carta a Bujak e Kulewski, discutindo a próxima etapa da luta, Kuron escreve que é preciso preparar uma greve geral, que é preciso um programa, que é preciso se dirigir ao

exército e à milícia, que é preciso uma direção centralizada, que é preciso fixar a data da greve geral. "Acabou-se o tempo das ilusões", escreve ele.

A meta fixada é obrigar o governo a recuar, a fazer concessões, a realizar um compromisso.

Mas as reivindicações do Solidariedade mesmo que não se oponham explicitamente à dominação da burocracia, são incompatíveis com a

reforçados pela incapacidade da burocracia de resolver os problemas econômicos do país, e pela degradação das condições de vida das massas trabalhadoras. As reivindicações em torno das quais as massas se mobilizam nesse momento são as que concentram a reivindicação da suspensão do estado de sítio:

— libertação imediata de todos os detidos
— reconhecimento de todas as organizações, antes de tudo, do Solidariedade, que a classe operária, as massas populares constituíram entre agosto de 1980 e o 13 de dezembro de 1981, respeito à sua independência;
— restituição de tudo o que foi confiscado ao Solidariedade e às outras organizações;
— liberdade de organização sindical e política;

todos os poderes, quer dizer, uma Assembléia Constituinte.

Esta reivindicação não decorre imediatamente das condições colocadas pelo golpe de Estado. Mas emergirá com força renovada assim que o povo polonês se levante em greve geral, por exemplo

Numa certa etapa da mobilização das massas pelas liberdades democráticas, pela independência nacional, pelas suas reivindicações "econômicas", os conselhos podem e devem surgir.

A instauração do estado de sítio pós a nú a essência da repressão burocrática.

Reforçou as profundas aspirações democráticas do povo polonês, cujos partidos foram proibidos e os direitos nacionais e democráticos pisoteados pelo regime imposto pela

papel particular que desempenha o Secretariado Unificado na Europa do Leste, desfigurando a IV Internacional e seu programa, erguendo-se como mais um obstáculo na via da construção de autênticas organizações trotskistas.

Naturalmente, é indispensável constituir, em toda a Europa do Leste, núcleos políticos que se situem no programa da IV Internacional e na perspectiva da construção de partidos da IV Internacional em seus países, bem como na perspectiva da reconstrução da IV Internacional.

Esses núcleos são indispensáveis para realizar nossas tarefas políticas imediatas, mas eles não podem constituir diretamente partidos trotskistas. Tais partidos (isto é, organizações com uma real influência de massas e desempenhando um real papel político) não podem ser construídos na etapa atual. Por outro lado, os trotskistas podem e devem participar da construção de organizações políticas operárias independentes. A plataforma dessas organizações é a seguinte: com base na propriedade social, na perspectiva geral do socialismo, independência do proletariado em relação à burocracia, a seu partido, a suas instituições, constituir organizações independentes do proletariado e das massas populares; sindicatos, centrais sindicais e partidos; liberdades democráticas, liberdade de imprensa, de reunião, etc.; independência nacional, ou seja, direito do povo de dispor de si mesmo, com relação, principalmente, ao Kremlin; consequentemente, eleição de uma assembleia soberana e constituinte por sufrágio universal que nomeará um governo responsável perante ela; pelas reivindicações da classe operária, da juventude e das massas populares; luta contra o parasitismo,

a pilhagem, o desperdício da burocracia, por sua expulsão do poder e da gestão da propriedade social.

... Com um programa de ruptura radical com a burocracia

A batalha sob esse programa não pode deixar de desembocar na necessidade da constituição de conselhos, de soviets, e na necessidade de sua centralização, em todos os níveis, nacionalmente. É um programa de ruptura radical com a burocracia, de combate contra ela até a sua queda. Portanto, não podemos excluir, mas, pelo contrário, precisamos prever e tentar realizar uma colaboração política com as organizações que, com base no reconhecimento da propriedade social, combatam pela democracia e pela independência nacional, mesmo que elas não vão até o fim na via da ruptura com a burocracia, mesmo que procurem um compromisso com ela. Isto, na medida em que levem realmente o combate.

Agora mesmo, Jacek Kuron preconiza nada mais nada menos do que uma greve geral com um objetivo reformista de compromisso com a burocracia. Sempre mantendo nossos próprios objetivos, devemos colaborar e preparar junto a greve geral. Nós não podemos, além disso, dizer "não, jamais um compromisso com a burocracia". Tudo depende da circunstâncias concretas e do compromisso a ser realizado. No que concerne à Polônia, sob a égide da Igreja e de outras forças, "compromissos" não festão descartados. Trata-se de saber, eventualmente, qual compromisso. Ele respeitará a independência do proletariado e de suas organizações? Ele apresentará uma abertura para o proletariado e as massas? Em todo caso, uma coisa é certa: mesmo que aconteça um tal compromisso, não



1º de maio de 1982 em Varsóvia. No cartaz, pode-se ler: "Liberdade para todos os presos".

poderá ser senão um compromisso provisório, com as forças em luta não podendo confiar em suas posições recíprocas, devendo, inelutavelmente, se enfrentar para decidir a questão do poder.

A construção de organizações deste tipo se inclui totalmente na perspectiva e no método que representa o objetivo da preparação de uma conferência aberta, integrando-se na marcha rumo à reconstrução da IV Internacional.

A reconstrução da IV Internacional receberá um impulso determi-

nante do processo de construção de seções da IV Internacional na Europa do Leste e na URSS. A tática de construção dessas seções deve ser particularizada na URSS, em relação aos países da Europa do Leste, o que significa dizer que ela deve se concretizar para cada país em função de dados específicos.

No que concerne à URSS, é preciso, simplesmente, assinalar que ela continua a ser o país da Revolução de Outubro. Ali também se coloca a questão da independência do proletariado, da construção de suas organizações próprias, partidos e sindicatos, de ruptura total com a burocracia, seu partido, suas instituições, de sua expulsão do poder e da gestão da economia planificada, da propriedade social. Entretanto, a URSS é o país da Revolução de Outubro, dos Soviets, do partido de Lênin e da Oposição de Esquerda. O caminho da construção de um partido da IV Internacional na URSS é forçosamente específico, como o caminho da revolução política, e exige uma análise rigorosa que precisaremos fazer.

certo número de internados jogados na prisão e isolados, como Baluka, Kuron, Michnik e outros, nós apoiamos o Comitê pela libertação de Waleśa, Kuron, Baluka e todos os prisioneiros na Polônia.

O apelo do Comitê na França já obteve mais de 19.000 assinaturas. Esta campanha deve ser assumida e impulsionada pelo Centro Internacional de Reconstrução e por cada uma das seções aderentes. É necessário, no mais curto prazo, recolher internacionalmente mais de 100 mil assinaturas. Em todos os países devem ser tomadas iniciativas para constituir amplos comitês pela "Libertação de Waleśa, Kuron, Baluka, e de todos os prisioneiros da Polónia" compostos de militantes operários, sindicais e políticos, e de personalidades, qualquer que seja a sua tendência política. É importante precisar que nenhuma confusão deve ser permitida: estes comitês estão abertos a todas as personalidades que combatem contra a repressão e pelas liberdades, tanto nos países capitalistas como naqueles em que o capital foi expropriado.

A realização desta tarefa imediata nos permitirá estabelecer as condições do prosseguimento e da intensificação da atividade centralizada internacionalmente.

Em defesa da revolução política na Polónia

A construção de seções da IV Internacional na Europa do Leste e na URSS não existe sem a defesa contra a repressão de todos os que combatem as burocracias satélites e a burocracia do Krêmlin. Deste ponto de vista, nossa tradição é nitida e inequívoca. Na etapa atual, não há construção de seções da IV Internacional na Europa do Leste e na URSS e, igualmente, nos países capitalistas, sem a defesa da revolução política e de seus combatentes na Polónia.

O eixo desse combate pode ser definido rapidamente: libertação de todos os presos; reconhecimento das organizações da classe operária, que o povo polonês constituiu entre agosto de 1980 e dezembro de 1981, de seus bens, a começar pelo Solidariedade; liberdade total de funcionamento, respeito à sua independência; fim do Estado de guerra. Esta batalha, é preciso prosseguir e ampliá-la. Apoiando-se sobre toda a atividade anterior, levando em conta as recentes medidas tomadas por Jaruzelski contra um

Esta batalha é uma batalha de construção das seções da IV Internacional e de reconstrução da IV Internacional. A partir dela podem e devem ser organizados para o combate, jovens, trabalhadores e militantes, e ganhá-los para a IV Internacional. É preciso, eventualmente, manifestar-nos diretamente sob nossas próprias bandeiras. Mas é preciso, igualmente, agir em direção às organizações operárias, sindicais e políticas, seus dirigentes, seus militantes.

As contradições que se desenvolvem no interior dos partidos social-democratas e stalinistas, como elas se combinam às contradições da política das direções desses partidos e às aspirações que têm militantes e massas e como eles

encarregam esses partidos de realizarem suas aspirações, foram sublinhadas acima. A defesa da revolução polonesa está ligada inteiramente à intervenção na luta de classes, às respostas políticas que damos em cada país. É um poderoso meio de combate pela frente única, para responder às aspirações dos jovens, dos trabalhadores, dos militantes e ganhá-los para a IV Internacional.



Desde a proclamação do Estado de Guerra na Polónia, a 13 de dezembro de 1981, a classe operária do mundo inteiro manifestou sua solidariedade aos operários poloneses e seu sindicato independente, Solidariedade. As organizações que hoje compõem a "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" estiveram na primeira linha destas manifestações. Nesta foto, o cortejo da OCI (francesa) na manifestação de 14 de dezembro em Paris, que reuniu dezenas de milhares de trabalhadores.

Resolução sobre a situação francesa e a política do PCI

A eleição de Mitterrand a 10 de maio de 1981 e a constituição de uma maioria PS-PCF na Assembléia Nacional representam fatos fundamentais que abrem uma nova fase da luta de classes na França. Para a reconstrução da IV Internacional, trata-se de um momento excepcional, onde uma situação pré-revolucionária que caminha rumo a crises ainda maiores combina-se com a existência da mais importante organização trotskista.

Na reunião do Conselho Geral de maio de 1981, o Comitê Internacional avaliou o significado da derrota de Giscard e dos partidos burgueses nas eleições presidenciais em termos que foram confirmados um mês depois, quando os trabalhadores franceses obtiveram uma nova vitória contra os representantes políticos diretos do capital ao elegerem para a Assembléia Nacional uma maioria esmagadora de deputados operários.

O significado da derrota de Giscard

Para o Conselho Geral, "a derrota de Giscard representa uma profunda desestabilização do Estado burguês em seu conjunto, que pode desembocar a qualquer momento numa crise revolucionária" que a frente popular, junto com a burguesia, procura conter. E isto, independentemente das contradições que surgiram, surgem e surgirão entre a frente popular e a burguesia.

Para fazerem valer a sua vontade, as massas tiveram que infligir, ao mesmo tempo, uma derrota ao stalinismo — que, com sua política de divisão, servia de sustentação à Vª República. O significado internacional da vitória contra Giscard foi marcado também com relação ao imperialismo, em particular o imperialismo francês, e, por outro lado, como expressão do avanço da crise do aparelho stalinista.

2. Colocando Mitterrand na presidência, as massas queriam dizer: "não queremos patrões, seus partidos ou seus governos"; e esta posição, de classe, está na base das vitórias de maio e junho de 1981.

É contra estas condições impostas pelas massas que os dirigentes do Partido Socialista, com a colaboração ativa do PCF, decidiram formar um governo de colaboração de classes, um governo burguês de frente popular que encarna a determinação destas direções traídas de selar uma aliança com a burguesia e agir, a partir do governo, em serviço dos interesses dos capital imperialista francês. O caráter marginal dos ministros "radicais" e gaullistas de esquerda — apesar de não muito significativo, pois representam apenas um setor marginal da burguesia — não diminui em nada o significado de sua presença.

A amplitude da crise política da burguesia e de suas instituições coloca em destaque a incapacidade do capital de dirigir diretamente o governo através de seus próprios partidos. Para tentar fazer recuar as massas, a burguesia vê-se obrigada a aceitar que o governo seja dirigido

por partidos operários. Ao mesmo tempo, através da frente popular, estes dirigentes que falam em nome da classe operária cumprem seu papel de "último recurso" para tentar salvaguardar a ordem burguesa diante da ameaça da revolução ou da explosão da crise revolucionária na França.

Surgida numa situação política marcada pela iniciativa do proletariado que só irá se aprofundar num curso onde avanços sucederão, retrocessos em prazos que não podem ser rápidos em função da ausência de um partido revolucionário dirigente (cuja construção cabe ao PCI), a frente popular, para atender aos seus objetivos de fazer recuar a mobilização, tenta se apresentar como porta-voz a defensora dos interesses dos explorados.

A política da frente popular

3. O governo de frente popular age em condições de crescentes contradições, que se expressam em todos os níveis. Em sua maioria, a classe operária — enganada pelos aparelhos — considera este governo como sendo o seu governo, e espera que ele sirva como instrumentos para conseguir a satisfação de suas reivindicações e defender suas conquistas.

Por um lado, a burguesia, incapaz de dispor de outro governo neste momento, exerce todo tipo de pressões sobre ele para conseguir novas concessões e para ganhar posições políticas que lhe permitam retomar a iniciativa contra o movimento operário. A burguesia desenvolve uma atividade permanente para que frente popular contribua para desmobilizar o proletariado, criar as condições para uma ofensiva contra-revolucionária aberta, e enfim retomar diretamente o controle do governo e do conjunto das instituições do regime.

O governo, como pudemos averiguar em mais de um ano, não é neutro frente ao ascenso do movimento de massas e a ação da burguesia; pelo contrário, ele cumpre seu papel fazendo cada vez mais concessões à burguesia.

Por outro lado, no terreno da defesa dos interesses da burguesia imperialista francesa, o governo de frente popular demonstrou claramente o seu caráter contra-revolucionário. As direções do PS e do PCF contribuem em todos os terrenos no sentido de tentar desmobilizar o proletariado.

Os enfrentamentos que se desenvolvem entre as classes expressam-se também no interior das instituições e na crise do conjunto do dispositivo da Vª República. O governo de frente popular age no quadro das instituições da Vª República, para preservá-la — com as relações institucionais (presidência, Assembléia Nacional, etc) permanecendo intactas.

Entretanto, no interior destas relações institucionais, desde o 10 de maio, tanto as contradições entre as aspirações do movimento de massas e a política das direções tradicionais que buscam com toda força preservar estas instituições, como as contradições entre a burguesia e o

governo burguês de frente popular levam a uma nova contradição, expressa na existência de uma maioria PS-PCF na Assembléia Nacional. Nesta situação, o caráter bonapartista das instituições, que concentram em Mitterrand tanto o poder como a responsabilidade por toda a política da frente popular, além das pressões das diferentes classes em luta, reforçam consideravelmente seu papel bonapartista.

O caráter bonapartista do poder de Mitterrand leva-o — embora defendendo sempre os interesses do grande capital — a tentar opor-se a uma pressão que é exercida sobre ele (basta ver o decreto sobre o tempo de trabalho, as 39 horas). Mas, fundamentalmente, com o apoio do PS e do PCF, Mitterrand cumpre um papel decisivo na implantação do plano de austeridade e na e na política internacional de defesa do imperialismo francês.

Dois variantes possíveis

4. O período de sete ou oito meses que resta até as eleições municipais de março de 1983, será de extrema importância, tanto do ponto de vista dos desenvolvimentos da luta de classes como também para a construção do PCI. Dentre as variantes possíveis que este período abrem duas devem ser destacadas.

Confrontadas com uma ofensiva sem precedentes da burguesia, dirigida pela frente popular, as massas trabalhadoras e a juventude podem ser levadas a fazer explodir as mais gigantescas lutas de classe e infligir uma nova derrota à burguesia, transformando a atual situação de crise pré-revolucionária em crise revolucionária aberta. Aí, a crise revolucionária colocará em questão diretamente as instituições bonapartistas, abrindo o campo mais amplo ao combate pelo governo operário e camponês — em função da própria experiência adquirida pelas massas nos últimos anos.

A segunda variante pode ser que todas as condições permaneçam relativamente iguais às de agora — caso a frente popular e os aparelhos do PCF e do PS consigam conter a luta de classes — e a RPR e a UDF (Chirac-Giscard) consigam uma vitória eleitoral nas eleições municipais, o que seria sentido pelas massas, momentaneamente, como um fracasso. Entretanto, seria totalmente errado considerar este fracasso como uma derrota. E isto em função de que, primeiramente, abrir-se-á uma situação de conflito aberto entre a maioria do PS-PCF na Assembléia Nacional e a maioria que a RPR e a UDF conseguiriam nas eleições municipais — um conflito que levaria inevitavelmente a uma situação de crises políticas agudas, uma situação de desestabilização acentuada das instituições bonapartistas do Estado burguês, onde a classe operária poderá retomar a qualquer momento a iniciativa na luta de classes.

Em segundo lugar, a "vitória" eleitoral do RPR e da UDF traduz certamente — e as eleições cantonais e parciais mostraram isso — um movimento à direita, ainda limitado mas real, de camadas da pequena burguesia que votaram no ano passado em Mitterrand. Mas as derrotas eleitorais do PS e do PCF expressam, antes de mais nada, o

fato de que importante setor da classe operária e da juventude, que recusa-se a votar na direita, recusa-se também a votar no PS e no PCF. Este fato deve ser relacionado àqueles que se desenvolveram desde a greve geral de maio-junho de 1968.

Os aparelhos e a União de Esquerda-frente popular conseguiram conter os desenvolvimentos da luta de classes direta utilizando as ilusões eleitorais das massas. Assim, desde a vitória do 10 de maio, dos 14 e 21 de junho, a política burguesa da frente popular leva as massas a buscarem uma saída através da luta de classes direta. Entretanto, sem considerar que o combate político do PCI no terreno eleitoral seja coisa do passado (o que seria cometer um erro enorme), pelo contrário, o PCI deverá utilizar as eleições municipais para promover no terreno da luta de classes — na linha da frente única — uma política de ruptura com a burguesia, o combate para derrotar a burguesia, a qual toda a política de frente popular busca fortalecer.

O governo de frente popular de Mitterrand vê-se diante de uma alternativa da qual não tem saída: as crescentes concessões aos capitalistas e a defesa cada vez mais aberta de seus interesses exigem que o governo golpeie as massas e, neste sentido, mine suas próprias bases de sustentação; se ele avança neste objetivo através de um curso brusco da luta de classes a burguesia encontrará as condições para fazê-lo cair.

Por outro lado, se o proletariado, resistindo aos planos de austeridade e às ações contra-revolucionárias, consegue, através de sua mobilização, romper a camisa de força dos aparelhos, ele será levado a compreender, em sua própria experiência, e com a ajuda da vanguarda revolucionária no interior deste processo, a verdadeira natureza deste governo, a aprender que para enfrentar efetivamente a burguesia, é preciso derrubar este governo e impor um governo operário, que represente autenticamente seus interesses — combate que o PCI deve ajudar avançando de formas táticas adaptadas com base na linha da frente única e de ruptura com a burguesia.

A necessidade da ruptura com a burguesia

5. Nas condições atuais na França, o curso da luta de classe se baseia na extraordinária tradição da classe operária, que resistirá cada vez mais aos ataques contra as conquistas arrancadas no passado no terreno das conquistas sociais e dos direitos políticos e sociais. As leis da luta de classes são mais fortes do que os aparelhos. Ao mesmo tempo, a envergadura da mobilização e em particular as possibilidades que ela abre sobre a instauração de um verdadeiro governo operário são determinadas pela intervenção do PCO construindo o partido revolucionário.

Neste momento, a questão central da tática é disputar a direção das massas com as direções operárias contra-revolucionárias e chegar a que, no desenvolvimento de sua

ação, elas rompam com suas próprias ilusões na frente popular e nos aparelhos que a sustentam.

Levando sempre em consideração estas ilusões para definir as palavras-de-ordem e as tarefas, a política do PCI não deve, o entanto, ser determinada pelas ilusões das massas com relação ao atual governo. Levando em consideração as ilusões das massas, a política dos trotskistas deve ajudar as massas a romperem com o governo e os partidos operários-burgueses que o sustentam. Isto significa impulsionar o movimento contra a política do governo de frente popular, colocando sempre — repetimos — no centro da agitação a necessidade de ruptura política e governamental com a burguesia. Esta política deve expressar-se a cada momento, através de uma atividade de organização e mobilização das massas na qual os trotskistas denunciam a todo momento, sob formas táticas adaptadas, a responsabilidade do governo de frente popular na aplicação da política patronal e da política imperialista a nível internacional.

Avançar neste momento a tática frente ao governo com palavras-de-ordem doutrinárias ou de enfrentamento total ("Abaixo a Frente Popular", por exemplo), sem levar em conta as ilusões das massas, conduz a uma prática estéril e ao isolamento do partido. A tática de frente única operária reveste-se de toda a sua importância neste nível, acentuando a urgência de palavras-de-ordem como a de governo PS-PCF sem ministros burgueses ou que defendem os interesses da burguesia, ou a exigência de que a maioria PS-PCF na Assembléia Nacional assumam todas as suas responsabilidades.

Estas palavras-de-ordem foram levantadas pelo PCI como componentes básicas de sua política, que exige a elaboração de um verdadeiro programa de ação que opere as soluções revolucionárias do PCI à política contra-revolucionária da frente popular e das direções tradicionais.

* Na conferência mundial, uma discussão séria foi realizada sobre a questão de como enfrentar o governo de frente popular, de que maneira levar em consideração as ilusões das massas para se definir uma política.

Foram levantadas avaliações críticas sobre a atual política do PCI e a maneira pela qual ela tratou as ações governamentais nos níveis internacional e nacional. Trata-se de uma discussão que deve continuar, e que é necessária tanto para as atividades gerais de reconstrução da IV Internacional como para a construção do PCI.

Trata-se de uma discussão colocada no terreno dos princípios, que demonstrou o caráter criminoso da ruptura impulsionada por Moreno, que tentou justificá-la negando o caráter trotskista do PCI e o terreno dos princípios em que ele se situa.

Em função da importância dos problemas levantados e das discussões levantadas sobre os desenvolvimentos da situação política na França, a conferência mundial chama o Conselho Geral e o Secretariado Internacional a acompanhar a política do PCI, ligando-se a ele permanentemente.

Revolução nicaraguense: pivô da revolução centro-americana

— Resolução —

Os desenvolvimentos da revolução centro-americana conhecem um aprofundamento incessante e o grau de confrontação entre revolução proletária e contra-revolução está a ponto de atingir um nível qualitativamente novo em toda América Central.

Apesar da contra-ofensiva contra-revolucionária no início de 1981 pelo imperialismo norte-americano, aproveitando o fracasso da "ofensiva final" lançada pelo FMLN em El Salvador, desenvolve-se hoje uma situação revolucionária no conjunto do istmo centro-americano: aprofundamento da revolução nicaraguense, da composição acentuada das ditaduras salvadorenha e guatemalteca, situação de guerra civil, crise econômica e política em Honduras, Costa Rica e Panamá.

Existe uma tendência à generalização da guerra civil em vários países da América Central, tendência que está destinada a se aprofundar, na mesma medida em que continuam as agressões contra-revolucionárias da parte do imperialismo.

O movimento em curso comprova a profunda unidade dos processos da revolução proletária na América Central, onde a queda de Somoza e a abertura da revolução proletária na Nicarágua marcam uma virada decisiva. A revolução nicaraguense representou o principal ponto de apoio do ascenso revolucionário das massas de El Salvador, da Guatemala e de toda América Central.

Tal como analisava a Conferência Centro-americana da IV Internacional (Comitê Internacional), em julho de 1981, a derrota da "ofensiva final" em El Salvador, assim como qualquer outro golpe desferido sobre as massas nos outros países, não podia e não pode modificar as relações do conjunto estabelecidas, favoráveis à iniciativa das massas, enquanto não seja infligida uma derrota decisiva à revolução nicaraguense, verdadeiro eixo da revolução centro-americana.

Desde a queda de Somoza, a Nicarágua conheceu um desenvolvimento incessante da luta de classes.

O dinamismo da atividade das massas afirmou-se em uma situação na qual, pela sua atividade revolucionária, destruíram a Guarda Nacional e aniquilaram todas as instituições do regime somozista, instituições que representavam o Estado burguês na Nicarágua. O Estado burguês foi completamente desmantelado, e nisto reside a força desencadeada pela atividade das massas, que deu lugar a abertura da revolução proletária na Nicarágua.

Temos que apreciar aqui a profundidade da onda revolucionária que derrubou Somoza. A greve geral, chamada pela FSLN a 4 de junho, se desenvolveu até o 19 de julho. Através da sua organização autônoma, as massas constituíram comitês de defesa civil, milícias que constituem a força armada dos comitês de defesa civil. Foram, portanto, a greve geral, o armamento das massas, a insurreição da que participaram as ações militares do FSLN, foram estas ações que acabaram com a odiada ditadura. As milícias populares tiveram origem nas brigadas formadas nos bairros das cidades e das aldeias durante a insurreição. A queda de Somoza e a decomposição da Guarda Nacional permitem à população civil ocupar diretamente os quartéis; assim, o número de milicianos e a qualidade de suas armas aumentaram com as armas abandonadas pela Guarda Nacional.

Na maioria dos casos, em Manágua, por exemplo, as armas abandonadas caíram diretamente nas mãos da população. Só três dias depois chegaram às colunas organizadas da FSLN.

As milícias constituíram desde o início o eixo em torno do qual as massas, se recompunham. Organizaram as comunidades, em vários casos eleitas diretamente; tomaram

as fábricas, as terras, as casas, os meios de transporte e outras propriedades da burguesia. Assumiram as funções de vigilância, de organização de defesa civil, de distribuição de víveres. Foi necessária uma larga e dura luta política para que a FSLN obtivesse o desarmamento das milícias, que esforçava-se em obter a partir do 20 de julho.

Temos que apreciar também a importância que teve, depois da queda de Somoza, o movimento pela defesa das organizações sindicais, das centrais sindicais já existentes, o movimento pelo fortalecimento, pela constituição de centenas de novos sindicatos. Assim, sobre esta profunda onda revolucionária, continuou o movimento das massas, e o programa de governo de União Nacional do tipo Frente Popular, imposto pela direção da FSLN, foi constantemente questionado pela atividade das massas.

O secretário geral do sindicato dos camponeses (ATC) declarava, contra os ataques formulados na conferência de imprensa de Eden Pastora, ex-comandante Zero, contra o governo da FSLN:

"(Estes ataques) são dirigidos contra os trabalhadores porque fomos nós que fizemos pressão para que as terras fossem confiscadas, que denunciávamos os patrões que descapitalizavam os centros produtivos e que apoiavam os bandos contra-revolucionários."

Desde março de 1980, a direção da FSLN teve que ratificar e sancionar legalmente, através de nacionalizações, as ocupações "ilegais" de terras realizadas desde o início da revolução de forma permanente pelas massas camponesas, indo bem além dos limites das propriedades que pertenciam à família Somoza, como estava estabelecido no programa da JGRN. Inclusive, a FSLN combateu encarnadamente estas ocupações e tomou as medidas de nacionalização procurando conter o movimento. A incapacidade



Julho de 1979. Cai a ditadura de Somoza. A FSLN entra em Manágua.

de da direção da FSLN de deter e fazer retroceder o movimento de massas na Nicarágua, levou a burguesia a decidir a retirada de seus representantes do governo de coalizção com a FSLN, a 21 de abril de 1980. Sua finalidade era a de lutar do lado de fora do governo, procurando reverter o curso da situação política na Nicarágua, consciente de que isto exigia infligir uma derrota militar e física às massas. Como explica, em uma declaração datada de 2 de maio de 1980, o Comitê Paritário pela reorganização (reconstrução) da IV Internacional: "a retirada destes representantes da burguesia do governo constitui uma vitória indiscutível dos operários e camponeses da Nicarágua, e expressa um fracasso da política da FSLN, que apontava há já alguns meses no sentido de limitar o desenvolvimento da revolução proletária, respeitar os limites da aliança com a burguesia, para evitar o enfrentamento entre as classes".

A FSLN era levada, então, a exercer controle total sobre o governo. A constituição deste governo incentivou o movimento de

massas a ir mais longe, num contexto em que a pressão conjunta da burguesia e do imperialismo norte-americano (sabotagem econômica, apoio às operações realizadas pelos bandos contra-revolucionários a partir de Honduras, bloqueio econômico, etc.) e a continuação do movimento de massas pela satisfação de suas necessidades elementares, levavam a uma radicalização e a uma mobilização crescente das massas.

O governo da FSLN devia levar em conta isto tudo, apesar da vontade constantemente reafirmada da direção da FSLN de restabelecer as condições da unidade nacional com a burguesia, tal como demonstraram a "lei de Amparo" (lei de proteção à propriedade privada), a participação de Córdoba Rivas e A. Cruz, ligados, como Pastora, às forças da burguesia, e outras medidas com o mesmo sentido. A mobilização das massas e a passagem aberta da burguesia à preparação da ação militar direta, contra-revolucionária, fizeram fracassar estas tentativas da FSLN.

Como produto desta situação, assistimos a uma profunda crise, incessantemente agravada, das relações

entre o governo da FSLN e a burguesia, cuja renúncia do Conselho de Estado pela central patronal (COSEP) e a maior parte dos partidos burgueses, em novembro de 1980, é um momento importante.

Medidas parciais contra a burguesia

As ocupações espontâneas dos latifúndios abandonados ou sabotados por seus proprietários, as ocupações das empresas industriais e comerciais "descapitalizadas", se multiplicaram no último semestre do ano 1980 e no primeiro semestre de 1981.

Isto levou o governo da FSLN a tomar medidas parciais contra a burguesia, fazendo fracassar o objetivo de restabelecer um consenso com a burguesia no primeiro semestre de 1981. O "Fórum de discussão dos problemas nacionais" foi definitivamente abandonado pela burguesia depois do anúncio das medidas do 19 de julho de 1981, tomadas pelo governo da FSLN.

A "Lei de descapitalização" permite a confiscação dos bens da patronal que sabotar a empresa. Isto levou à imediata confiscação de 15 empresas. Outra lei prevê a confiscação dos bens dos patrões que estejam ausentes por mais de seis meses do território da Nicarágua, assim como a confiscação dos bens de todos aqueles que tivessem cometido atos contra-revolucionários. Este tipo de lei se estende ao campo, para os latifundiários que tivessem abandonado suas terras por seis meses.

É bem verdade que, ao mesmo tempo, o governo proibia qualquer ocupação nova de terras ou de fábrica, as paralisações, as greves e as ocupações, exigindo nos novos casos de "descapitalização" que delegações de trabalhadores e as suas organizações informassem isto ao governo, deixando a ele o poder de agir segundo a lei. Mas quando sabemos que os patrões e proprietários começaram um movimento de migração importante para Miami, Costa Rica e Honduras, deixando seus bens em mãos dos administradores, temos o terreno aberto para toda uma atividade e reflexão sistemática das massas operárias e camponesas.

Com efeito: "Quem melhor do que os trabalhadores das fábricas e dos campos sabe e conhece a atividade dos patrões e proprietários fundiários, para os quais trabalham? Quem conhece melhor o menor movimento dos sabotadores?"

Não foi graças aos comitês e sindicatos operários ocupando as fábricas que indústrias como "La Perfecta" (de leite), "Procon" e "las Tres Marias" (indústrias têxteis) puderam acabar com o processo de liquidação da produção levado a cabo por seus patrões e que, hoje em dia expropriadas, podem contribuir para lutar contra o plano de desestabilização daqueles?

Não foi graças à atividade e ao controle dos trabalhadores e de suas organizações que se encaminha a prevenção contra a sabotagem na indústria da banana (Standard

(continua na pág. 20)

(continuação da pág. 19)

Fruit e do açúcar (*Ingenio Xavier Guerra*) e que as três empresas têxteis, *Fenatex* (ex-Fitex), *Texnisa* (ex-El Porvenir) e *Telasa* retomaram suas atividades?

Desde então, não ficou claro que toda medida contra a descapitalização e a sabotagem deve ser acompanhada pela generalização do controle operário da produção exercido pelos operários e suas organizações?

Certamente não se trata de proceder às expropriações de maneira cega. Trata-se de saber se o conjunto das medidas econômicas e sociais visam reorganizar em profundidade a produção em favor das massas, contra a sabotagem econômica dos patrões. ("Uma virada na revolução centro-americana" - Jean Robles, Luis Favre. *Tribuna Internacional* - n.º 5).

Então, que sentido poderá ter a medida recentemente tomada para "estimular a atividade econômica, que outorga aos industriais e latifundiários que produzem para a exportação uma porcentagem significativa do produto das importações em certificados reembolsáveis em dólares norte-americanos?"

Como parte do dispositivo imperialista contra a revolução nicaraguense, os atentados, as sabotagens, as incursões de bandos contra-revolucionários somozistas multiplicaram-se no segundo semestre de 1980, com o desenvolvimento de manobras militares de intimidação por parte do imperialismo norte-americano e a ação armada das tropas de Honduras.

O afluxo das massas nas milícias operárias

Isto levou o governo da FSLN a chamar à mobilização das massas nas milícias populares. Mas a direção da própria FSLN tinha procedido ao desarmamento das milícias, e depois à sua integração no exército sandinista, visando dissolvê-las meses depois da queda de Somoza.

As massas utilizaram este apelo, de forma massiva, para se mobilizar contra a ofensiva contra-revolucionária. As horas de participação na atividade das milícias operárias e camponesas devem ser pagas pelos patrões e o governo.

Hoje, Eden Pastora, que fora nomeado vice-ministro de Defesa encarregado da direção das

milícias populares sandinistas, chama à derrubada armada do governo da FSLN, e discute isto com Robelo e outros representantes chefes da burguesia nicaraguense, que decidiram agora sair da Nicarágua.

As massas organizadas nas milícias queimaram suas antigas carteiras de milicianos aos gritos de: "Não queremos uma carteira assinada por um traidor".

"Quem poderia não entender a importância do fato das massas reagrupadas nas milícias populares, principal arma contra a intervenção imperialista, elejam elas próprias seus próprios comandantes, a fim de exercer seu controle contra-revolucionário para evitar que os tráfugas possam tentar golpear a revolução?"

Agora, encorajados pelos Pastora e outros, os comandos assassinais seletivamente os membros das milícias. Por que manter os milicianos desarmados? Por que não armar as brigadas das milícias populares? Quem melhor do que os trabalhadores dos bairros, das fábricas, do campo, conhece e sabe onde se escondem os que golpeiam sua revolução e seus combatentes?" (*Tribuna Internacional* - n.º 5).

As próprias necessidades da revolução colocam, com toda amplitude, o problema do armamento das milícias e sua organização democrática.

De toda situação surge hoje a necessidade da convocação, pelo FSLN, de um Congresso Popular, que reúna o conjunto das massas operárias e camponesas, em torno das conquistas da revolução contra a ofensiva contra-revolucionária e imperialista, ou seja, a livre desenvolvimento do movimento autônomo das massas, que a direção da FSLN obstaculiza e proíbe a cada momento.

Crise no interior do governo

Sob a dupla pressão, de um lado da ofensiva da burguesia e do imperialismo, e do outro, pela atividade revolucionária das massas, que, ao mesmo tempo que alimenta desenvolvimentos revolucionários em toda América Central, se beneficia com eles, a FSLN foi empurrada além dos limites do programa de colaboração com a burguesia e de preservação da propriedade privada, levando em conta o movimento das massas para definir o curso da sua política, e ir mais longe do que desejava na via de ruptura com a burguesia, mesmo que procure permanentemente estabelecer as bases

de uma colaboração com ela.

Não é por acaso que as críticas de Pastora centram-se nas medidas de confiscoação, e que a aliança entre Robelo, Pastora e Arturo Cruz se baseia na defesa do programa do primeiro governo de Reconstrução Nacional.

As tentativas da FSLN de restabelecer as bases para uma colaboração de classes recebem um impulso e um reforço de grande importância da direção cubana, que exerce uma grande influência sobre o sandinismo. E isto se dá no sentido de uma negociação global com o imperialismo, no quadro da preservação da coexistência pacífica com ele.

Esta situação se traduz com a explosão de uma crise no seio do governo da FSLN, e da própria FSLN, cuja expressão mais conhecida publicamente é a saída de Pastora e suas declarações.

Esta crise terá novos desenvolvimentos. Além de Pastora, A. Cruz, membro do "Grupo dos 12", ex-membro da JGRN depois da saída de Robelo e Chamorro, acaba de pedir demissão de seu cargo de embaixador nos EUA.

Este processo no seu conjunto, onde se combinam o curso imposto pelo movimento de massas à FSLN, em via de ruptura com a burguesia, e as pressões do imperialismo e da burguesia, leva a definirmos o governo da FSLN como um governo de tipo operário e camponês.

A FSLN enfrenta a seguinte alternativa: ou avançar na via da ruptura com a burguesia e proceder à sua expropriação, ou rejeitar a expropriação total dos capitalistas e dos latifundiários (aos quais a FSLN chama, em vão, à "unidade nacional"), preparando assim a queda do governo operário e camponês da FSLN.

Guatemala e El Salvador

Para o imperialismo norteamericano, as eleições de 28 de março em El Salvador e as de 7 de março na Guatemala foram preparadas como uma peça-chave do plano que tem por objeto infligir uma esmagadora derrota às massas salvadoreñas.

Porém, longe de homogeneizar e estabilizar estes regimes, os dois fatos levaram à aceleração do processo de decomposição das ditaduras, como produto das crises dos regimes vigentes, e da ação revolucionária das massas.

Na Guatemala, o fracasso das eleições de 7 de março, apesar de todo o dispositivo policial e militar, desencadeou uma crise política extremamente profunda, confirmando e ampliando o isolamento da ditadura, provocando um processo de desagregação das forças reacionárias que participaram das "eleições".

Uma fração das forças armadas deu um novo golpe militar, anulando o resultado das "eleições" e suspendendo os partidos políticos, com o objetivo de tentar conter o processo de desagregação do regime. O imperialismo norte-americano, que, na véspera do golpe de Estado, enviou uma carta de felicitações ao general Guevara, "vencedor" das "eleições", acaba de reconhecer o novo governo militar. O caráter formal de todas as operações eleitorais e o apodrecimento das estruturas políticas das ditaduras na América Central apareceram de maneira clara. Trata-se de um tremendo fracasso para a administração Reagan que esperava a realização dessas eleições para legitimar uma retomada massiva da ajuda militar e preparar dessa forma a operação eleitoral patrocinada por ele em El Salvador.

A crise econômica atinge violentamente a economia guatemalteca, estreitamente dependente do imperialismo norte-americano, e destrói os diferentes planos da burguesia compradora que, há décadas, trans-

Anexo: A questão da direção revolucionária

O ascenso revolucionário na América Central como em todo mundo sofre uma grande debilidade, apesar de sua força no aspecto objetivo: A AUSÊNCIA DE UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO. Na Conferência Mundial aberta, as discussões foram aprofundadas em várias questões importantes da política mundial, segundo o que está colocado na resolução geral. No entanto, como consta também na resolução geral, não foi ainda possível colocar, no centro dos trabalhos os problemas da estratégia e da tática, derivados da construção de partidos em cada país. O que fizemos foi, como demonstram as resoluções, importante.

Podemos constatar a trágica verdade colocada por Trotsky, quando escreveu: "A situação política mundial no seu conjunto está caracterizada, antes de mais nada, pela crise histórica de direção do proletariado".

Existem enormes possibilidades objetivas para a revolução. No entanto, devido a este fator, essas oportunidades não podem ser traduzidas em revoluções proletárias vitoriosas. Esta crise de direção é um dos fatores centrais que facilitam a ação da contra-revolução imperialista. A SUA RESOLUÇÃO CONSTITUI, PORTANTO, UMA TAREFA CENTRAL.

Os esforços do trotskismo através da construção de seções da IV Internacional em todos os países estão orientados visando este objetivo. O programa da IV Internacional é o único capaz de resolvê-lo. O período que vivemos, da revolução iminente, facilita, mais do que em qualquer outro período, esta tarefa. É neste marco que se dão os esforços da nossa organização, a IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução).

Face a ausência de um verdadeiro partido marxista revolucionário com influência de massas na América Central, este vazio foi ocupado por direções de natureza nacionalista pequeno-burguesa. Diante das ditaduras, estas direções podem ter — e de fato tiveram — um papel progressivo como consequência da mobilização das massas, embora seus programas e sua estratégia política só podem colocar em risco a revolução ou traí-la. Com toda clareza se esforçaram para selar alianças estratégicas com a burguesia ou alguns dos seus setores.

Trata-se, segundo o Programa de Transição, da "Frente Popular", o último recurso, junto com o fascismo, que a burguesia utiliza contra a revolução operária. Mas, a mobilização das massas permite, como já estabelecemos na resolução, que sejam levados a ir mais longe do que gostariam na via da ruptura com a burguesia. Deixando de lado o princípio de independência de classe dos trabalhadores, estas direções chamam a constituição de governos de "Unidade Nacional", "governos democráticos revolucionários", como solução da crise ou da desagregação total do Estado burguês a que pode levar o ascenso, como vimos na Nicarágua.

O stalinismo e a direção sandinista são os responsáveis, em primeiro lugar, por esta política de "Frente Popular" de confiança na burguesia, de não ruptura com ela e com o imperialismo, que é comum a todas as direções majoritárias da América Central. Mas como já estabelecemos, e os fatos demonstram, esta política de "Frente Popular" pode ser derrotada com a mobilização das massas.

A URSS, e o PCs, entre eles o PC cubano, no marco da "coexistência pacífica", mantêm sua linha de "detente" com os EUA, e se esforça para garantir a estabilidade na região.

De sua parte, a social-democracia tem também um papel de salvaguarda da ordem burguesa.

Estas direções pequeno-burguesas praticam também uma política nacionalista estreita. E nisto se expressa da forma mais aguda a contradição entre uma mobilização que objetivamente tende à destruição dos pilares do Estado burguês, que avança nesta direção, e as direções pequeno-burguesas reconhecidas pelas massas — que tentam, a qualquer preço, limitar estas revoluções dentro de um conteúdo nacionalista e democrático burguês questionado pelas massas mobilizadas.

A independência de classe do proletariado e o internacionalismo consequentes só estarão garantidos por um partido trotskista. A CONSTRUÇÃO deste PARTIDO É A NOSSA TAREFA CENTRAL. Ela requer, em primeiro lugar, um Programa revolucionário e um método, assim como uma ação planejada.

Enquanto a nossa organização não existir como partido com influência de massas, capaz de se impor como direção majoritária, nosso programa integra este apelo às direções stalinistas e nacionalistas pequeno burguesas, ao mesmo tempo que às massas, no sentido de lutar por um governo operário e camponês, um governo de ruptura com a burguesia e o imperialismo. Tal como assinala o Programa de fundação da IV Internacional, se semelhantes governos de direções oportunistas fossem constituídos, nós não participaríamos deles, e não assumiríamos a responsabilidade por sua política, mas os apoiariamos contra as agressões do imperialismo; nos engajariamos em sua defesa diante da contra-revolução.

Segundo o Programa de fundação da IV Internacional, decidimos e diremos às direções stalinistas e pequeno burguesas: "Rompan com a burguesia, tomem o poder nas vossas mãos (...). Nesta via, vos prometemos apoio total contra a reação capitalista. Ao mesmo tempo, desenvolveremos uma agitação intensa em torno das reivindicações de transição que deveriam formar, nós achamos, o programa do governo operário e camponês".

Fazemos este apelo às direções que, falando em nome dos operários e camponeses, praticam uma política de conciliação com a burguesia; fazendo este apelo, e combatendo lado a lado com as massas mobilizadas, avançamos na constituição do partido marxista revolucionário, nosso partido, para ajudar as massas, em termos práticos, a avançar até a ditadura revolucionária do proletariado.

Não devemos esquecer, com isto, a luta pela autêntica DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO. Este é um dos nossos princípios programáticos. Porém, ele exige, como já dizemos, na sua realização prática, a existência de um Partido marxista revolucionário que dirija a revolução. Sua construção é a tarefa central que temos assumido, e ao seu serviço se encontram nosso Programa e toda nossa política.

A história nos ensinou que algumas direções pequeno-burguesas, sob pressão das condições objetivas e da ofensiva das massas, se viram forçadas a tomar o caminho da ruptura com a burguesia. Este foi o caso do "Movimento 26 de Julho", em Cuba.

Ainda que tais direções rompessem com a burguesia, como também foi demonstrado pela experiência histórica, elas estabelecem Estados Operários Burocráticos, face aos quais está colocada, como em Cuba, a necessidade da revolução política.

Além disto, o partido revolucionário trotskista é indispensável para colocar uma política internacionalista de revolução permanente. Em um Estado Operário sob direções stalinistas e pequeno-burguesas não só se gera uma burocracia parasitária e privilegiada dominante, senão também que elas, como condição essencial da sua própria existência, pretendem avançar sua concepção de "socialismo nacional".

Inclusive se as direções stalinistas e pequeno-burguesas são obrigadas a estabelecer governos operários e camponeses, o problema do internacionalismo e da extensão da revolução proletária fica colocado, assim como a Revolução política.

Só um partido trotskista com influência de massas poderá conduzir a revolução política, ajudando as massas a obterem a vitória, isto é, ao estabelecimento de uma ditadura revolucionária do proletariado.

Se se estabelecerem governos operários e camponeses com direções oportunistas, a construção do Partido Marxista revolucionário continua colocada como tarefa central, segundo as formulações elaboradas nas teses da IV Internacional (Comitê Internacional).



T. Nava, delegado da Liga Socialista (México), intervindo na conferência mundial.

feriu seu poder político para um Estado maior corrompido, ele mesmo dividido em uma infinidade de clãs, ligados a grupos econômicos diversos, unidos pelo assassinato, chantagem e corrupção.

Do outro lado, apoiando-se no ódio que as massas sentem do regime mais sanguinário de toda a América Central (50 mil mortos desde a derrubada do regime de Arbens, patrocinada pela CIA em 1954, ou seja 1% da população), as operações das organizações de guerrilha (que acabam de unificar-se na URNG) atingem um considerável nível de massas. (Tribuna Internacional — n.º 4).

A queda de Somoza foi um fator de radicalização enorme: apesar da sua força brutal, a ditadura não é invencível: o que foi atingido na Nicarágua poderá ser alcançado em outro lugar.

Continuando sua longa tradição de lutas contra o opressor, contra a oligarquia e o imperialismo, ligada a um trabalho paciente de acumulação de forças, apoiando-se num movimento operário que, na clandestinidade, deu magníficas manifestações de sua combatividade e da sua capacidade organizativa — como foi a passeata dos mineiros de Ixtahuacan em 1977 até a capital, a greve dos operários das fábricas Coca-Cola, a greve dos operários padeiros, nos mineiros de Oxec (minas de cobre), a dos operários da hidrelétrica de Chicay, etc — a luta revolucionária deu um grande passo à frente neste último ano.

Pouco a pouco, este ascenso deu-se ao redor das redes da central sindical clandestina reconstituída, o CNUS (Comitê Nacional de Unidade Sindical, 1977), do Comitê de Unidade Camponesa, em 1978, da Frente Democrática Contra a Repressão (FDCR, a partir de 1979), das organizações populares das massas, reagrupadas em 1981 na Frente Popular 31 de Janeiro e, finalmente, da massificação das guerrilhas organizadas a partir de meados dos anos 70, pelo Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), e pela Organização do Povo em Armas (ORPA), como herdeiras daquelas dos anos 60 pelas Forças Armadas Rebeldes (FAR), e em torno da fração majoritária do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), o partido stalinista da Guatemala.

De fato, assistimos a uma verdadeira generalização da luta revolucionária. Segundo a confissão dos próprios militares, 19 dos 22 departamentos do país estão atingidos, em diversos graus, pelas atividades da guerrilha. Em certas regiões podemos falar, sem exagero, de guerra civil.

"A heterogeneidade das forças que buscam se unificar em torno dos dirigentes da junta militar (o partido fascista, MLN e a coalisão democrata-cristã em especial) acumulam as contradições que devem levar a novas explosões. De fortaleza contra-revolucionária do imperialismo norte-americano, a Guatemala, como resultado da ofensiva das massas, transforma-se em um foco da perda do controle da situação na região, por parte do imperialismo". (Tribuna Internacional — n.º 4).

2) Em El Salvador, através dos resultados oficiais da farsa eleitoral, ou seja, do controle e da manipulação eleitoral, os homens e partido pela extrema-direita fascizante, a neral Humberto Romero, derrotado em setembro de 1979 pela Junta Militar, conseguiram a maioria, sendo que, segundo os projetos da administração Reagan, as eleições deveriam legitimar a Junta dirigida por Napoleón Duarte, nascida do golpe de Estado militar em 1979, e dar maioria à Democracia Cristã.

Sob pressão direta da administração Reagan e do exército salva-

doreno, formou-se, no início de maio, depois de mais de um mês de crise política, um governo composto pela extrema-direita fascizante, a Democracia Cristã, e os "independentes", nomeados pelo exército, ou seja, pelas principais tendências políticas representadas na Assembléia Constituinte. E foi contra a vontade da extrema-direita que se impôs a presença da Democracia Cristã. O ex-presidente da Junta democrata-cristã, Napoleón Duarte, caracteriza assim a situação do governo:

"O governo salvadoreno, minado por divisões internas, afunda-se no imobilismo; e os diversos partidos que o compõem, a Democracia Cristã e partidos de direita e extrema-direita, podem chegar a um confronto".

"Nesse governo, não existe pacto nem compromisso", ressaltou o ex-presidente. "A ARENA aproveitou-se disso para tentar impor-se. De nosso lado, aceitamos participar do governo para evitar que a extrema-direita o domine. Atualmente existe uma grande instabilidade política, mas para provocar a queda do governo seria necessário a intervenção das Forças Armadas. E as Forças Armadas atualmente apóiam o governo", prosseguiu Duarte.

"Há uma dualidade de poder entre o presidente e a Assembléia (onde dominam a direita e a extrema-direita), que foi eleita para preparar a nova constituição, mas que ocupa-se mais em governar o país. Essa dualidade de poder e a contradição entre um parlamento onde domina a direita e um governo do qual participam a direita e a democracia cristã podem levar a um confronto". (Tribuna Internacional — n.º 6).

Em torno do problema do questionamento da "reforma agrária" da Junta Militar democrata-cristã pela maioria da extrema-direita da Assembléia Nacional, surgiram graves enfrentamentos. O assassinato de vários prefeitos democratas-cristãos por setores do exército, grupos para policiais e de extrema-direita prova a profundidade dos processos de crise, de modo que a espinha dorsal da ditadura, o exército, seja vítima de um processo de decomposição.

Por seu lado, apoiando-se na profunda resistência e mobilização das massas, as forças da guerrilha reconstituíram sua capacidade de intervenção, e começaram a restabelecer um ramo inteiro de organização e de apoio no seio das cidades, onde começam a se desenvolver movimentos grevistas. As forças da guerrilha conseguiram infringir uma série de derrotas às forças armadas, aos batalhões de elite diretamente treinados nos quartéis dos EUA.

Em Honduras, Costa Rica e Panamá, o movimento das massas, face à extraordinária crise econômica destes países, e alentado pelo processo revolucionário no conjunto do istmo, conduz a crises políticas dos regimes vigentes. Foi assim que as greves mais recentes, como as dos plantadores de banana na Costa Rica e as dos professores no Panamá, prepararam as condições para a greve geral, e a colocam como uma das tarefas centrais nestes países. Em Honduras, as lutas do proletariado agrícola estiveram na vanguarda da mobilização. Neste país, mais do que nos outros, se ressentem os impactos da guerra civil salvadorena os que somados aos enfrentamentos militares na fronteira com a Nicarágua, como consequência das ações dos bandos contra-revolucionários, tendem a incorporar Honduras cada vez mais num processo de regionalização, no plano militar, da confrontação que se desenvolve entre a revolução e a contra-revolução. Uma situação semelhante pode chegar a acontecer na Costa Rica, se os ataques armados da contra-revolução se aprofundarem.

O imperialismo prepara as condições para uma intervenção direta...

IV. Esta situação revolucionária de conjunto que vive hoje o istmo centro-americano, onde o ascenso de massas tende a rejeitar e destruir as fronteiras artificiais impostas pelo imperialismo é absolutamente intolerável para o imperialismo norte-americano; significa um questionamento desta reserva de caça que, para ele, constitui os países desta região do continente americano um setor chave da sua dominação mundial e da sua própria existência.

O imperialismo norte-americano só encontra como saída continuar querendo solucionar a situação na América Central a seu favor, buscando dar uma prova mundial da sua capacidade de superar as consequências dos desenvolvimentos revolucionários que dominam a situação mundial, e desferir golpes reais no movimento ascendente do proletariado mundial.

Isto exige uma escalada superior na contra-ofensiva contra-revolucionária na América Central, a necessidade de derrotar a revolução na Nicarágua e, ao mesmo tempo, sem que uma coisa seja contraditória à outra, o desenvolvimento de uma ofensiva diplomática diversificada e intensa, que integra a burocracia stalinista no marco da redefinição dos termos da coexistência pacífica, no restabelecimento da ordem nesta região do mundo.

Mas, como já vimos, a contra-ofensiva imperialista lançada pela administração Reagan não conseguiu livrar-se das relações políticas novas à escala mundial. No quadro do seu apoio político à Junta salvadorena, o imperialismo norte-americano foi levado desde então a se comprometer cada vez mais no apoio militar às ditaduras militares, indo até ao envolvimento direto (conselheiros). Foi levado, inclusive, a preparar as condições de uma intervenção direta, e, ao mesmo tempo, teve que desenvolver uma intensa atividade diplomática, que abriu a perspectiva para uma negociação global sobre o conjunto da situação centro-americana, que incluía Cuba, Nicarágua, associando à burocracia soviética. Evidentemente, tais negociações não podem se limitar à América Central. Trata-se de redefinir os termos da "coexistência pacífica", para frear os desenvolvimentos revolucionários a nível mundial. A "solução" oferecida em El Salvador transformar-se-ia em prova mundial para o restabelecimento das relações com a burocracia do Kremlin.

... num terreno instável

Mas o terreno, onde se opera tanto o compromisso militar direto quanto a perspectiva de negociações globais, está longe de ser estável, tal como vimos nas situações criadas pelas eleições na Guatemala e em El Salvador, e pela radicalização das massas na Nicarágua. Finalmente, nos próprios EUA, ligado ao movimento da classe operária contra as medidas de austeridade e as agressões do imperialismo norte-americano, o nível atingido pelo movimento contra a guerra já ganha proporções próximas às da luta contra guerra do Vietnã.

Para o imperialismo, a derrota do Vietnã ainda está presente. Com efeito, apesar do esforço da burocracia do Kremlin, da burocracia chinesa e do PC vietnamita na Conferência de Paris, procurando uma solução na divisão do Vietnã, o desabamento da burguesia compradora, sem qualquer base social, no Vietnã do Sul, levou ao esfacelamento da solução acertada na Conferência de Paris.

Aliás, hoje, todo o dispositivo contra-revolucionário-montado pelo imperialismo norte-americano a fim de preparar as condições para uma derrota física tanto das massas de El Salvador quanto da revolução nicaraguense, entrou em crise depois do episódio das Malvinas.

Devemos notar, e não é anedótico, que o único país europeu a enviar observadores oficiais para referendar a farsa eleitoral do 28 de março em El Salvador foi o governo conservador de Margaret Thatcher, e que o principal governo latino-americano diretamente implicado nas tarefas de repressão em El Salvador foi a ditadura militar argentina.

Assim, os dois pilares do dispositivo contra-revolucionário implementado pelo imperialismo norte-americano para aniquilar a revolução centro americana foram arrastados no turbilhão da crise criada pela recuperação das Ilhas Malvinas.

Todos os esforços do imperialismo americano, que começaram a ser postos em prática, para integrar os países da América do Sul à constituição de uma força de intervenção armada interamericana, para intervir em El Salvador e na Nicarágua, foram hoje, derrotados.

Por exemplo, no curso da crise das Ilhas Malvinas, a Junta Militar argentina anunciou a retirada de seus conselheiros militares de El Salvador, e o governo da Venezuela, que estava comprometido nas manobras e atentados contra-revolucionários na Nicarágua, acaba de participar do 3º aniversário do 19 de Julho em Manágua.

O "plano de paz" do governo mexicano

Como se sabe, o imperialismo apoiou-se nas tentativas de mediação do governo mexicano para acompanhar seu dispositivo de agressão e de manobras diplomáticas.

As proposições de paz formuladas por Lopez Portillo em fevereiro, assim como a declaração franco-mexicana, visam a pressionar a FSLN e a Frente Farabundo Martí (FMLN) de El Salvador para que cedam diante do imperialismo americano o qual, segundo as declarações do governo mexicano "não tem pelo que se inquietar" cerca das proposições deste plano de paz.

A burocracia stalinista e Fidel Castro não são imunes a esta pressão. Numa declaração comum feita no fim da viagem de Marchais a Cuba, este e Castro explicaram claramente: "Numa situação internacional extremamente complexa, a declaração franco-mexicana e as proposições de paz formuladas pelo México e pela Nicarágua constituem contribuições positivas para o restabelecimento da paz, da justiça e da liberdade na América Central. Estas propostas foram sustentadas por Cuba que, por diversas vezes, proclamou sua vontade em contribuir para uma solução política no conflito na América Central".

É claro que ninguém pode se opor a negociações. Ninguém pode condenar a vontade dos dirigentes da FSLN e da FMLN de explorar as contradições inter-burguesas e inter-imperialistas para favorecer e proteger a luta das massas da América Central. Mas a aceitação do plano Lopez Portillo na aceitação de uma regularização da situação no

quadro de uma recomposição da junta assassina de El Salvador. Ele implica também na perda da soberania da Nicarágua em seu sistema de defesa. Para Lopez Portillo, trata-se de contribuir para a recomposição da estabilidade imperialista e burguesa na América Central.

Estas proposições tem por objetivo ser uma ponte entre as direções das organizações pequeno burguesas e o imperialismo: *"Este caminho conduzirá somente à derrota das massas salvadorenas, e ao desarmamento da revolução nicaraguense".*

Por uma campanha permanente da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" de solidariedade à revolução centroamericana

V. A Conferência Mundial na qual as organizações pre-dial na qual as organizações presentes apoiaram incondicionalmente a luta de todos aqueles que, na Guatemala e em El Salvador, combateram pelo boicote da farsa eleitoral: *só existe uma forma para defender os trabalhadores da América Central: a ruptura com o imperialismo, a luta por promover a unidade solidária dos operários de todo o mundo.*

A IV Internacional (CIR) se dispõe a lutar firmemente pela defesa da revolução nicaraguense, que o imperialismo tenta desestabilizar para, em seguida, esmagar; a lutar firmemente pela defesa das massas de El Salvador e da Guatemala. Essa é uma tarefa internacionalista urgente, imediata.

Solidariedade internacional com a revolução centro americana!

Solidariedade internacional com as massas de El Salvador e Guatemala!

Não à intervenção imperialista na Nicarágua e em Cuba!

Milhares de trabalhadores e jovens dos EUA realizaram uma manifestação, em 27 de março, exigindo o fim da ajuda militar a El Salvador, exigindo o fim das ameaças sobre a revolução nicaraguense, contra a intervenção imperialista. Nesse momento, um nível igual ao da luta contra a intervenção norte-americana no Vietnã já foi atingido. Os trabalhadores e jovens dos EUA mostram o caminho.

Em Amsterdam (Holanda), na Inglaterra, milhares de jovens e trabalhadores realizaram manifestações em frente às embaixadas americanas. Na América Latina, no mundo inteiro, as seções da IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução) estarão na vanguarda pela luta unitária que deve colocar a força do proletariado mundial como proteção para os trabalhadores da América Central.

Contra o imperialismo apoio incondicional à FMLN à FSLN e à ORNG!

Pela ruptura de todas as relações diplomáticas com as juntas assassinas!

Pelo boicote às juntas contra-revolucionárias da Guatemala e de El Salvador! Pelos Estados Unidos Socialistas da América Central!

Em defesa da resistência palestina contra a agressão de Israel

As incessantes ondas da Revolução Mundial tiveram uma expressão contundente no combate nacional do povo palestino. A luta nacional do povo palestino foi, a partir de 1964, um fator revolucionário de permanente desestabilização para todos os Estados desta região do mundo, questionando a dominação das frágeis classes burguesas e das castas de latifundiários, instrumentos da opressão e exploração das massas. A derrubada revolucionária do regime do Xá, no Irã; o desabamento do Estado libanês; as importantes greves, duramente reprimidas por Sadat, no Egito; os levantes das minorias na Síria; os duros combates do povo Curdo pelos seus direitos nacionais. E, também na Arábia Saudita e no Iraque, a resistência revolucionária dos palestinos representa uma ameaça mortal para os regimes vigentes.

As últimas ondas da resistência revolucionária palestina chegaram até os povos do Magreb, que se levantaram contra os governos argelino, marroquino e da Tunísia, acusados - com toda justiça - pelas massas de abandonar o povo palestino, o que não impede aos dirigentes árabes de se encherem de ocas palavras de solidariedade.

O Estado de Israel foi edificado e construído em 1948, pela burocracia stalinista e pelo imperialismo, com vistas a constituir um Estado artificial que salvaguardasse as posições do imperialismo no Oriente Médio.

Embora a sua resistência revolucionária tenha recebido golpes mais duros tanto de Israel como de Hussein (no Setembro Negro), e da Síria (Tella Al Zattar), do que na guerra atual, o combate nacional do povo palestino poderá enfrentar golpes ainda mais duros no futuro, na medida em que aniquilou as pretensões do Estado de Israel de resolver a "questão palestina" através da destruição do combate nacional do povo palestino, o que supõe um questionamento da sua vontade de ser o único abscesso artificial que mantém as posições do imperialismo no Oriente Médio.

O combate nacional do povo palestino desarticulou permanentemente os planos do imperialismo, impedindo a aplicação dos planos elaborados em Camp David, e bloqueando a anexação da Cisjordânia, assim como a do Golã, por Israel.

A negação dos direitos nacionais do povo palestino

O Estado de Israel só consegue sobreviver na base da negação dos direitos nacionais do povo palestino. O combate nacional do povo palestino leva este Estado a não poder sobreviver senão com base no extermínio dos palestinos; a feroz resistência dos palestinos constitui não somente uma barreira maior, face aos objetivos de Israel, senão também o fator mais importante de desestabilização na região.

Tanto as condições da resistência do povo palestino e a extrema fragilidade dos Estados do Oriente Médio, quanto as condições internacionais, erguem-se como obstáculos à vontade do Estado de Israel de levar até o fim seus objetivos de extermínio. Nesta situação internacional, e nas condições da região, o im-

perialismo - em particular o imperialismo norte-americano - com o apoio estreito da burocracia stalinista, a partir de 1967, e mais ainda em 1973 sob o impulso de Kissinger, procura comprometer-se gradualmente com uma solução baseada na criação de um Estado fantoche, que seja reconhecido e que reconheça Israel.

A partir de agora, esta orientação consagra a impossibilidade, para o imperialismo norte-americano, de deixar de se apoiar no Estado de Israel como único fator que mantém a ordem imperialista na região. Para o imperialismo norte-americano, Israel pode ser apenas uma das componentes da preservação da ordem imperialista, sendo que o outro componente, talvez mais decisiva, é constituída pelos Estados árabes da região (Síria, Irã, Jordânia, Arábia Saudita, Egito, etc.). E este segundo componente reacionário só cumprirá o seu papel contra-revolucionário a serviço do imperialismo, abrindo caminho para a constituição de um Estado fantoche, diretamente dirigido contra as aspirações nacionais do povo palestino. Seria inútil procurar prever as combinações das futuras circunstâncias, mas é possível afirmar que o intento de constituir um Estado fantoche na Cisjordânia e Gaza, sob qualquer forma que fosse, não representaria qualquer solução duradoura. É evidente a enorme dificuldade provocada pela presença de centenas de milhares de palestinos no Líbano (pelo menos quinhentos ou setecentos mil), que já não poderiam permanecer no Líbano se o imperialismo quiser reconstruir um Estado, mas deveriam ser recebidos na Síria ou em qualquer outro país. Mas nenhum destes países pode integrá-los sem o imediato agravamento da situação de profundo caos social, econômico e político que atravessam. A mesma coisa aconteceria se voltassem para Gaza ou Cisjordânia. É preciso repeti-lo: a eventual constituição de um Estado fantoche supõe um processo de extermínio maciço do povo palestino.

Sem dúvida alguma, com a ajuda da burocracia do Kremlin e dos regimes burgueses árabes, e se apoiando na existência do Estado de Israel, o imperialismo já desferiu os golpes mais duros sobre as massas, em especial, as massas palestinas. Depois do "Setembro Negro" na Jordânia, organizado por Hussein, a resistência palestina continuou avançando. Depois dos canhões sírios, fornecidos pela burocracia do Kremlin, no massacre de Tall Al Zattar em 1976, a resistência palestina continuou avançando. Todos estes acontecimentos, e mais ainda, a atual guerra genocida empreendida por Israel no Líbano, tornaram evidentes as mentiras referentes à "nação árabe", a "Frente de repulsa", mentiras proferidas pelos homens políticos árabes de todas as tendências - com as quais procuram disfarçar sua política contra-revolucionária dirigida à constituição de um Estado fantoche que reconheça e que seja reconhecido por Israel.

A resistência revolucionária do povo palestino

A resistência revolucionária do povo palestino - expressa na greve

geral nacional do povo palestino em março/abril de 1982, e depois nas greves que explodiram por ocasião da invasão do Líbano em todo o território da Palestina (território ocupado em 1967, mas também nos territórios onde foi constituído o Estado de Israel) - ergue-se contra esta política. Do mesmo modo, nas manifestações contra a guerra que congregaram 100.000 judeus.

Independentemente das dificuldades que enfrenta a resistência revolucionária do povo palestino, estas ações traduzem o impasse das soluções baseadas na divisão, que só poderá levar à ruína e à decadência dos trabalhadores árabes e judeus.

Estas ações constituem um fato novo, de grande importância para o futuro da luta nacional na Palestina. Elas demonstram que o curso positivo da história só poderá seguir a via do combate pelo reconhecimento da nação palestina com seus dois componentes, árabe e judeu (num marco de respeito recíproco de direitos, línguas e culturas) no território da Palestina; nação palestina que só poderá ser constituída a partir da desapareição dos Estados contra-revolucionários de Israel e Jordânia, e preparando o caminho para uma Federação de Estados Unidos do Oriente Médio.

Mais uma vez, constatamos o fato de uma direção pequeno-burguesa do movimento de libertação nacional, a OLP, ser levada a capitular face ao imperialismo, e a se erguer contra o movimento revolucionário das massas, em função das suas ligações com o imperialismo através dos governos pró-imperialistas dos Estados árabes.

O combate pela Constituinte palestina

Mais uma vez, verificamos a absoluta necessidade de levantar no interior do movimento revolucionário de independência nacional as palavras-de-ordem transitórias e o combate pela construção de uma organização independente de classe, que só poderá ser a organização da IV Internacional em processo de construção, no fragor da luta revolucionária do povo palestino.

O caráter e o conteúdo deste combate pela constituição da nação palestina, acima analisados permitem precisar o caráter e o conteúdo das palavras-de-ordem. A luta pela constituição da nação palestina na Palestina está em relação estreita com a palavra-de-ordem "retorno das populações dispersas, expropriadas, forçadas ao exílio".

Por acaso, esta reivindicação, aparentemente mínima, poderia ser realizada sem a expropriação da burguesia israelense e de seus Kibutz - que constituem um instrumento de exploração dos trabalhadores judeus, e são, junto com os sindicatos integrados ao Histadruth do Estado de Israel, uma agência direta e reacionária do imperialismo?

Desta maneira, a reivindicação do retorno tem uma estreita relação e está condicionado pelo combate anti capitalista e antiimperialista, pela expropriação das terras das quais os palestinos foram expulsos. Neste combate, a resistência revolucionária do povo palestino constitui uma salvaguarda para os trabalhadores judeus explorados.

Embora sendo - em qualquer circunstância - uma reivindicação transitória para a IV Internacional, a palavra-de-ordem democrática de Constituinte contém - para a solução da questão nacional na Palestina - um conteúdo direto de revolução proletária. Em 1968, a Carta Política da OLP precisava que o seu objetivo era "a constituição de uma Palestina laica e democrática", sem especificar o instrumento para sua realização, a reivindicação democrática de Constituinte Palestina. Também, em nenhum momento do combate, nem a direção da OLP nem nenhuma tendência formulou o conteúdo do "Estado laico e democrático" reivindicado na Carta, em termos de reivindicações democráticas e de lutas políticas pela Constituinte.

A política da direção da OLP

A razão disto é simples: combater pela reivindicação de uma Constituinte Palestina não teria sido tolerado pelos Estados árabes reacionários, com quem a OLP sempre procurou um acordo, e aos quais subordinou, em última instância, o combate pela libertação. O líder da "esquerda" palestina, G. Habbache, declarava em 1970, antes do "Setembro Negro": "Não é urgente definir a natureza do futuro Estado palestino... temos atualmente problemas mais urgentes a resolver".

Ao mesmo tempo em que fazia esta declaração, Habbache também afirmava: nós podemos acabar com a monarquia de Hussein, mas este não é o nosso objetivo. Alguns dias mais tarde, Hussein, armado até os dentes pelo imperialismo e com o apoio do estado de Israel, massacrava os palestinos instalados na Jordânia. A recusa em centralizar o combate com base na reivindicação da Assembléia palestina equivalia, desta forma, à recusa em definir as tarefas políticas a serem cumpridas para se chegar à nação palestina. E isto, em função da subordinação da direção da OLP aos governos reacionários dos Estados árabes, instrumentos, junto com Israel, de manutenção da ordem imperialista na região.

Nayel Hawathmeth, um outro dirigente da pretensa "ala esquerda" da OLP, declarava em 25 de janeiro de 1976: "Recusando-se a fazer um acordo como o do Sinai, a Síria adotou uma política que atende aos nossos interesses, contra a política americana dos pequenos passos".

Alguns dias depois, a Síria atacava os campos de refugiados palestinos, organizando o massacre de Tall el Zaatar.

Quando, depois da morte de Sadat, multiplicavam-se as greves nos territórios ocupados, era apresentado o "plano Fahd" - elaborado formalmente pela monarquia saudita, mas diretamente inspirado pelo imperialismo norte-americano.

Segundo este plano, trata-se de trocar o reconhecimento do Estado de Israel, pela OLP, pelo estabelecimento de um estado fantoche palestino na Cisjordânia e em Gaza. Quando voltou de Moscou, Arafat apoiou abertamente este plano, decidindo "aprovar o plano Fahd, que é uma importante e boa plataforma no sentido da instauração de

uma paz durável no Oriente Médio" (outubro de 1981).

Arafat ficou em minoria nas instâncias da OLP. Mas desde o início da invasão, e depois de afirmar que "aguardava de pé firme os agressores, pois a única solução possível é pela via militar", o líder da pretensa "ala esquerda", Hawathmeth, declarava: "Politicamente, estamos dispostos a buscar soluções realistas intermediárias" (27 de junho de 1982).

Trata-se de uma linha que, sendo contrária às aspirações e ao movimento revolucionário das massas, introduz contradições no interior das próprias instâncias dirigentes, na medida em que a orientação da constituição de um estado fantoche leva a um verdadeiro impasse.

Issam Sartoui, conselheiro de Arafat, tirando suas conclusões a respeito desta linha, declarava, a 27 de julho de 1982: "Hoje, o movimento palestino defende o estabelecimento de um estado palestino soberano em uma parte da Palestina; e declara-se disposto a estabelecer relações pacíficas e construtivas com o Estado de Israel". Mas esta solução inclui a exterminação física como meio para realizar este estado fantoche. Assim, a política de exterminação física do povo palestino empreendida por Begin é a única realista do ponto-de-vista do imperialismo.

Construir a direção revolucionária do povo palestino

Mas esta política encontra pela frente a resistência revolucionária do povo palestino, que só poderá ter, uma saída positiva na constituição da nação palestina.

No entanto, surgem dificuldades para a realização desta política de extermínio físico, em razão da situação mundial e da situação da região, analisadas nos pontos precedentes desta resolução.

Repetimos: apesar dos duros golpes que sofreu, sofre e sofrerá, a resistência revolucionária do povo palestino, por parte do imperialismo, do Estado de Israel e dos Estados reacionários árabes, estes últimos se encontram num impasse que arrasta a direção da OLP. Assistiremos a várias crises nas quais comecem a se constituir, em toda parte, agrupamentos que dão forma aos primeiros e preciosos contornos da construção da direção revolucionária. Da heróica resistência revolucionária do povo palestino.

A Conferência Mundial da IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução) chama todas as seções a ampliar as ações de solidariedade internacional à luta revolucionária do povo palestino:

- Retirada imediata das tropas israelenses do Líbano!
- Boicote internacional do Estado Imperialista de Israel!
- Ruptura de relações diplomáticas com Israel!
- Defesa da resistência do povo palestino!
- Apoio incondicional à OLP
- Constituinte Palestina!
- Direito do povo palestino à Nação Palestina, com os seus dois componentes: árabe e judeu, com igualdade de direitos!
- Federação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

A "IV Internacional (Comitê Internacional)" teve o mérito de elaborar e adotar as Teses para a Reconstrução da IV Internacional como sua plataforma fundamental, estabelecendo um primeiro balanço dos ensinamentos do período decorrente entre 1938 e 1980. A conferência mundial da "IV Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)" reafirma seu acordo com as Teses.

Ao mesmo tempo, considerando:

1 — que o período atual é marcado por um ascenso geral do proletariado mundial e das massas exploradas e oprimidas a nível mundial e em cada país, num curso que conhecerá novos avanços, derrotas parciais, recuos, seguidos de novos ascensos.

2 — que a marcha à decomposição de todo o sistema capitalista mundial exige a vitória da revolução, única saída para salvar a humanidade da barbárie.

3 — que o desenvolvimento da revolução política e toda a situação analisada nas diversas resoluções aprovadas pela conferência mundial colocam na ordem-do-dia a questão do poder dos conselhos operários como saída para a crise da humanidade, cuja solução consiste na reconstrução da IV Internacional e na construção de partidos revolucionários com influência de massa.

A conferência mundial, que discutiu profundamente o projeto de resolução intitulado "A revolução mundial e a IV Internacional", decide prosseguir a discussão em todas as seções, e encarrega o conselho geral de colocar na ordem-do-dia de uma de suas próximas sessões a adoção de uma resolução definitiva como resultado destas discussões.

Aprovado por unanimidade.

A revolução mundial e a IV Internacional



Esta resolução inscreve-se na linha dos principais documentos adotados pela IV Internacional, decorrentes da aplicação dos princípios do seu programa de fundação.

Sem examinar todos eles, dois apresentam, para os participantes desta Conferência, um caráter mais fundamental: as Teses sobre o período da iminência da revolução e as Teses programáticas adotadas pela Conferência Mundial que constituiu a IV Internacional (Comitê Internacional), em dezembro de 1980.

No decorrer da etapa histórica iniciada no fim da II Guerra Mundial, não só se manifestou a capacidade do proletariado e das massas trabalhadoras exploradas e oprimidas de se lançarem em incessantes ondas da revolução proletária, como também, ao mesmo tempo, afirmava-se ainda mais a total bancarrota dos partidos que controlam o movimento operário mundial (social-democratas e stalinistas, e, depois deles, as formações pequeno-burguesas intermediárias).

Nós reconhecemos que, se, por um lado, como dizem as Teses, os acontecimentos históricos ocorridos desde a adoção do Programa da Iª Conferência Mundial que proclamou a IV Internacional em 1938, não contradizem em nada os princípios marxistas do Programa de Transição, por outro lado, não vemos ainda desenhar-se os verdadeiros contornos da verdadeira Internacional reconstruída, que só poderá ser erguida com base no Programa da IV Internacional.

Ao movimento ascendente da Revolução Mundial, opõem-se as tentativas permanentes das direções tradicionais de auxiliar seus governos e suas burguesias. Mas, ao mesmo tempo, a contradição entre este movimento ascendente da Revolução e a política das direções tradicionais provoca crises permanentes no seio do movimento operário "oficial".

Nossa Conferência coloca no centro de suas preocupações o combate pela solução da contradição entre o movimento objetivo e a

necessidade subjetiva, ainda não resolvida, da reconstrução da Internacional Revolucionária, a IV Internacional.

Desta maneira, a contradição entre o movimento objetivo e a necessidade subjetiva ainda não resolvida de uma Internacional dos Partidos Revolucionários leva-nos a tomar a iniciativa de colocar na ordem do dia a questão da convocação de uma Conferência Internacional das organizações e partidos que estejam em vias de ruptura, ou já tenham rompido como a burocracia stalinista, com a social democracia e com o nacionalismo burguês.

A tarefa central da nossa época, que cabe ao proletariado, é a tomada do poder

A tomada do poder pelo proletariado só poderá se realizar com base na destruição do aparato de Estado burguês. Nos países onde a burocracia expropriou politicamente o proletariado de suas conquistas revolucionárias, a tomada do poder só poderá se dar com base na destruição do aparato do Estado burocrático. A tomada do poder pelo proletariado é, e continua sendo, a construção da República dos conselhos operários em cada país, no caminho rumo à República universal dos conselhos.

O ascenso revolucionário do proletariado, que continua sua marcha no quadro de uma situação determinada pela crise conjunta do imperialismo e da burocracia do Kremlin, coloca na ordem do dia, como uma necessidade política que deve ser resolvida pela IV Internacional e seus partidos, a questão das relações entre a ditadura do proletariado (Revolução dos Conselhos) e o governo operário e camponês.

Esta questão é central no método do Programa de Transição: "a crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária". E a

"orientação das massas está determinada, de um lado, pelas condições objetivas do imperialismo em decomposição, e do outro, pela política de traição das velhas organizações operárias. Destes dois fatores, o fator decisivo é, evidentemente, o primeiro: as leis da história são mais fortes que os aparelhos burocráticos".

A resolução da crise da direção revolucionária, isto é, a construção da Internacional Revolucionária, a IV Internacional, como Internacional dirigente da revolução socialista mundial, constituída por partidos revolucionários com influência de massas, é a tarefa central da nossa época. Esta tarefa será realizada no terreno do desenvolvimento da luta de classes "mais forte que os aparelhos burocráticos", nas condições de decadência e de decomposição do sistema imperialista e da crise dos regimes burocráticos.

Esta combinação conferiu um conteúdo concreto, rico e diversificado à hipótese do Programa de Transição. "No entanto, não é possível rejeitar categoricamente "a priori" a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação muito excepcional de circunstâncias (guerra, derrota, "crack" financeiro, ofensiva revolucionária das massas, etc.), os partidos pequeno-burgueses, inclusive os stalinistas, possam ir mais longe do que querem na vida da ruptura com a burguesia"; que coloca no primeiro plano da agitação, como meio indispensável de mobilização das massas e para a construção do partido, a palavra-de-ordem de governo operário, expressão superior da tática de frente única.

A resolução do IV Congresso da Internacional Comunista sobre a tática inclui um capítulo sobre o governo operário, que reproduzimos na íntegra:

O governo operário

"O governo operário (eventualmente o governo camponês) deverá ser utilizado por todos como uma PALAVRA-DE-ORDEM DE PROPAGANDA GE-

(continua na pág. 24)

(continuação da pág. 23)

RAL. Porém, como palavra-de-ordem de política atual, o governo operário tem particular importância nos países onde a situação da sociedade burguesa é especialmente pouco segura, onde as relações de força entre os partidos operários e a burguesia colocam na ordem do dia a solução da questão do governo operário como uma necessidade política.

Nestes países, a palavra-de-ordem de "governo operário" é consequência inevitável da táctica de Frente Única.

Os partidos da II Internacional procuram "salvar" a situação nos seus países, proclamando e realizando a coalizão entre os burgueses e os social-democratas. As tentativas mais recentes de alguns partidos da II Internacional (por exemplo, na Alemanha), recusando-se abertamente a participar de um governo de coalizão — para fazê-lo de maneira disfarçada —, são somente uma manobra visando acalmar as massas que protestam contra estas coalizões, são um narcótico requintado para as massas operárias. Contra a coalizão aberta ou mascarada da burguesia e da social-democracia, os comunistas opõem a frente única de todos os operários, e a coalizão política e econômica de todos os partidos operários contra o poder burguês, para derrotá-lo definitivamente. Na luta comum de todos os operários contra a burguesia, todo o aparelho do Estado deverá passar às mãos do governo operário, o que reforçará as posições da classe operária.

O programa mais elementar de um governo operário deverá consistir em armar o proletariado, em desarmar as organizações burguesas contra-revolucionárias, em instaurar o controle da produção, em jogar para os ricos o maior peso dos impostos e em quebrar a resistência da burguesia contra-revolucionária.

Tal governo só será possível se surge na luta das próprias massas, e se se sustenta nos órgãos operários aptos para o combate e criados pelas camadas mais amplas das massas oprimidas. Um governo operário que resulte de uma combinação parlamentar também poderia oferecer uma oportunidade de reanimação do movimento operário revolucionário.

Não é preciso dizer que o surgimento de um governo verdadeiramente operário e a manutenção de um governo que aplique uma política revolucionária devem levar à luta mais encarniçada e, eventualmente, à guerra civil contra a burguesia. A simples tentativa do proletariado de constituir um governo operário deverá enfrentar, logo no início, a mais violenta resistência da burguesia. A palavra-de-ordem de governo operário é, portanto, capaz de concentrar e desencadear lutas revolucionárias.

Em determinadas circunstâncias, os comunistas deverão se declarar dispostos a formar um governo com partidos e organizações operários não comunistas. Mas só poderão agir desta forma se tiverem todas as garantias de que estes governos realizarão uma verdadeira luta contra a burguesia no sentido indicado mais acima. Neste caso, as condições naturais de participação dos comunistas no governo serão as seguintes:

— 1º A participação no governo operário só poderá se dar com a aprovação da Internacional Comunista.

— 2º Os membros comunistas do governo operário estarão submetidos ao mais estrito controle do seu partido.

— 3º Os membros comunistas do governo deverão manter um contato estreito com as organizações revolucionárias das massas.

— 4º O partido Comunista mantém totalmente a sua fisionomia e completa independência na agitação.

Apesar das suas grandes vantagens, a palavra-de-ordem de governo operário tem também seus perigos, do mesmo modo que qualquer táctica de frente única. Para enfrentar esses perigos, os partidos comunistas não podem perder de vista que, se todo governo burguês é um governo capitalista, no entanto, não é verdade que todo governo operário seja um governo verdadeiramente proletário, isto é, um instrumento revolucionário de poder do proletariado.

A Internacional Comunista deve prever as seguintes eventualidades:

1º) Um governo operário liberal. Já existe um semelhante na Austrália, e é possível que, no futuro próximo, se forme outro na Inglaterra.

2º) Um governo operário social-democrata (Alemanha)

3º) Um governo dos operários e camponeses. Esta eventualidade é previsível nos Balcãs, na Tchecoslováquia, etc.

4º) Um governo operário com a participação dos comunistas.

5º) Um verdadeiro governo operário proletário que, na sua forma mais pura, só poderá estar integrado por um Partido Comunista.

Os dois primeiros tipos de governo operário não são governos operários revolucionários, mas governos disfarçados de coalizão entre a burguesia e os dirigentes operários contrarrevolucionários. Estes "governos Operários" são tolerados nos períodos, críticos pela burguesia debilitada, para enganar ao proletariado sobre o verdadeiro caráter de classe do Estado, e inclusive desviar o ataque revolucionário do proletariado e ganhar tempo com a ajuda dos dirigentes operários corruptos. Os comunistas não deverão participar de tais governos. Pelo contrário, deverão desmascarar impiedosamente diante das massas o verdadeiro caráter destes falsos "governos operários". No período de decadência do

capitalismo, quando a tarefa principal consiste em ganhar para a revolução a maioria do proletariado, estes governos podem, objetivamente, contribuir para precipitar o processo de decomposição do regime burguês.

Os comunistas estão prontos para marchar com os operários social-democratas, cristãos, sem partido, etc... que ainda não reconheceram a necessidade da ditadura do proletariado. Da mesma forma, os comunistas estão dispostos, em determinadas condições, e, com determinadas garantias, a apoiar um governo não comunista. Mas os comunistas deverão, a qualquer preço, explicar à classe operária que a sua libertação só estará assegurada pela ditadura do proletariado.

Os outros dois tipos de governo operário nos quais os comunistas podem participar não são ainda a ditadura do proletariado, não constituem ainda uma forma de transição necessária para a ditadura, mas podem constituir um ponto de partida para a conquista desta ditadura.

A ditadura completa do proletariado só pode ser realizada através de um governo operário composto de comunistas.

"Uma palavra-de-ordem política atual"

A Internacional Comunista, no seu IV Congresso, coloca assim a questão do "governo operário", cujo conteúdo e forma foram precisados na fórmula "governo operário e camponês". Não é ainda um governo da ditadura do proletariado, afinal só poderá surgir com base na "destruição total do aparelho governamental burguês, na administração, na justiça, no exército, na polícia, substituindo-o pela organização autônoma das massas" (Lenin).

É um governo que "à coalizão burguesa e social-democrata aberta ou mascarada, os comunistas opõem a Frente Única de todos os operários, a coalizão política e econômica de todos os partidos operários contra o poder burguês, pelo derrubá-lo definitivamente. Na luta comum de todos os operários contra a burguesia, todo o aparelho do Estado deverá passar às mãos do governo operário, o que reforçará as posições da classe operária".

A Internacional Comunista considera, então, a "possibilidade de um governo deste tipo", seja como

produto de "luta das próprias massas sustentando-se nos órgãos operários aptos para o combate e criados pelas camadas mais amplas das massas operárias oprimidas", seja como "resultado de uma combinação parlamentar, que pode assim oferecer uma ocasião de reanimação do movimento operário revolucionário".

Resumindo este ponto:

1. O governo operário (ou governo operário e camponês) não pode ser um governo de coalizão dos Partidos operários com os partidos burgueses, governo burguês de colaboração de classes.

2. "Um governo deste tipo" (governo operário e camponês) é, ou bem produto da luta direta das massas, ou precedido da luta direta das massas. A diferença entre um governo de colaboração de classes e um governo de frente popular (que também é um governo de colaboração de classes que se opõe ao governo operário) está dada precisamente pelo conteúdo da situação.

Um governo de colaboração de classes do tipo clássico não é um produto necessário de uma situação revolucionária, nem sequer pré-revolucionária, embora anuncie a possibilidade de tais situações.

O governo burguês de colaboração de classes do tipo frente popular é sempre o produto de uma aliança contra-revolucionária dos partidos operários e da burguesia, numa situação revolucionária ou pré-revolucionária. A palavra-de-ordem do "governo operário e camponês" é considerada por nós como palavra-de-ordem da política atual. A palavra-de-ordem do governo operário (inscreve-se como palavra-de-ordem de ruptura na coalizão da frente popular) é então capaz de concentrar e desencadear lutas revolucionárias." (Resoluções do IVº Congresso).

Os comunistas e o governo operário e camponês

"Em algumas circunstâncias, os comunistas deverão declarar-se dispostos a integrar um governo com partidos e organizações operárias não comunistas." Em nenhum caso, logicamente, será aceitável uma participação nos governos burgueses de colaboração de classes ou em governos burgueses do tipo frente popular.

Quais os casos em que a participação dos comunistas no governo é aceitável do ponto de vista dos princípios? "3. Um governo dos operários e dos camponeses. Esta eventualidade é previsível nos Balcãs, na Tchecoslováquia, etc. 4. Um governo operário com a participação dos comunistas. Estes dois tipos de governo operário nos quais podem participar os comunistas não são ainda a ditadura do proletariado, ainda não constituem uma forma de transição necessária para a ditadura, mas podem constituir um ponto de partida para a conquista desta ditadura."

Temos aqui um ponto capital que esclarece a questão do governo operário e camponês. Primeiro, estes dois tipos de governo nos quais podem participar os comunistas não são equivalentes ao governo da ditadura do proletariado. O que os diferencia? A primeira resposta a este problema deve ser precisada assim:

No processo da luta revolucionária do proletariado para a conquista do poder, são os governos nascidos de uma situação na qual "a destruição total do aparelho governamental burguês, na administra-

ção, na justiça, no exército, na polícia" não foi ainda começada ou acaba de ser iniciada. São dois tipos de governo que exercem o poder como resultado "da luta comum de todos os operários contra a burguesia, todo o aparelho do Estado (deverá) passar às mãos deste governo e as posições da classe operária serão reforçadas".

Ao fim da II Guerra Mundial imperialista, nos países do Leste, assistimos à formação de governos deste tipo, em um processo que foi, de alguma medida, "revertido" por Stalin e a burocracia. Neste processo, apoiando-se de certa maneira na mobilização controlada das massas contra a burguesia, desenvolveu-se uma situação na qual "todo o aparelho do Estado caiu nas mãos do governo operário e camponês", ainda que — repetimos — de uma forma distorcida pela burocracia stalinista.

Em outra etapa, a mobilização controlada das massas que se desenvolveu sob controle da burocracia do Kremlin fez com que este tipo de governo "operário e camponês" constituísse a transição para a expropriação completa dos capitalistas que, pelo fato de estar controlada pela burocracia do Kremlin, não pôde realizar a ditadura do proletariado e gerou governos burocráticos. Voltaremos a este problema em um outro ponto.

Seja como for, o processo que se desenvolveu nos países do Leste europeu confirmou a análise e o método empregados por Leon Trotsky em 1939-1940, em "DEFESA DO MARXISMO".

Sob este ângulo, o governo Fidel Castro, quando, depois da ruptura com Urutia, toma o poder por si só, pode ser considerado como um governo operário e camponês, tal como está definido na resolução do IV Congresso da Internacional Comunista: tomou o controle de "todo o aparelho de Estado" baseando-se na mobilização das massas; uma situação se desenvolve na qual, sob a pressão da ofensiva do imperialismo, a direção castrista foi levada, através da mobilização das massas, a tomar medidas fundamentais de expropriação.

Face a estes governos aos quais dão seu apoio incondicional, a IV Internacional e seus partidos mantêm intacto o princípio da resolução do IV Congresso da Internacional Comunista: "O partido comunista (deverá) manter totalmente sua fisionomia e independência completa na agitação."

Estes governos, não sendo governos da ditadura do proletariado, não "constituem ainda uma forma de transição necessária para a ditadura, mas podem constituir um ponto de partida para a conquista desta ditadura". Depois da II Guerra Mundial, vimos que estes governos não constituem uma forma de transição necessária, mas uma forma de transição para a constituição de governos burocráticos que expulsam as massas do poder.

Governo operário e camponês e governo de colaboração de classes

Antes de analisar em um ponto especial as relações entre governo operário e camponês e a ditadura do proletariado, levando em conta que um informe especial foi dedicado à frente popular, depois de ter assinado que todo governo de frente popular é um governo de colaboração de classes, mas que nem todo governo de colaboração de classes é, necessariamente, um governo bur-



Os delegados do 1º Congresso da Internacional Comunista, em Moscou.

guês de frente popular de colaboração de classes, voltamos para a questão da tática da Internacional Comunista que, no capítulo "governo operário", traz as seguintes considerações:

"Apesar das suas grandes vantagens, a palavra-de-ordem de governo operário tem também seus perigos, do mesmo modo que toda a tática de frente única. Para enfrentar esses perigos, os partidos comunistas não podem perder de vista que, se todo governo burguês é um governo capitalista, no entanto não é verdade que todo governo operário seja um governo verdadeiramente proletário, isto é, um instrumento revolucionário de poder do proletariado."

Este fragmento fundamental da resolução sobre a tática enumera 5 eventualidades sob o "item" governo operário, sendo a quinta, isto é, a ditadura do proletariado, o único e verdadeiro "governo operário", pois é o governo que constitui a transição necessária para o socialismo, a sociedade sem classes e sem Estado.

Antes de continuar, devemos agregar, para os ideólogos de qualquer laia, até que ponto a Internacional Comunista, quando era revolucionária, cuidava de assinalar que qualquer palavra-de-ordem, mesmo justa e adaptada a determinada conjuntura, podia trazer riscos (ver-se transformada no seu contrário).

Como enfrentar estes perigos? Primeiro, armando politicamente o partido e seus militantes contra qualquer ilusão sobre estes "falsos governos operários"; depois, "desmascarando impiedosamente perante as massas o verdadeiro caráter destes falsos governos operários". Tudo isto, sob as formas táticas apropriadas tais como, por exemplo, as que formulava Lênin nas TESIS DE ABRIL para o combate dos bolcheviques contra as ilusões: "É somente combatendo esta credulidade cega, a qual só pode e deve ser combatida no terreno das ideias através de uma persuasão fraternal e invocando a experiência, vivida" (sublinhado por Lênin).

Somente escutando as massas em luta, discutindo democraticamente, sem entraves, através da intervenção política direta na luta de classes, algo que só pode ser feito pelo partido revolucionário, é possível evitar "os perigos" da tática de frente única, e ajustá-la às necessidades da construção do partido revolucionário, indispensável à vitória.

Retomando: as duas primeiras eventualidades, "governo operário liberal" e "governo operário social-democrata" (Alemanha), são governos "disfarçados de coalizão entre a burguesia e os dirigentes operários contra-revolucionários". São governos burgueses "tolerados nos períodos em que a burguesia está debilitada, para enganar o proletariado acerca do verdadeiro caráter de classe do Estado, ou para desviar o ataque revolucionário do proletariado e ganhar tempo, com o auxílio dos dirigentes operários corruptos".

Existe uma diferenciação entre duas situações — a tática sendo sempre condicionada pelas situações concretas estabelecidas a partir das relações de força as classes: de um lado, diferenciação entre uma situação revolucionária onde foi constituído um governo de colaboração de classes "para desviar o ataque revolucionário do proletariado" (frente popular), e do outro, uma situação na qual o governo de classes foi constituído num momento em que a burguesia estava debilitada, para enganar o proletariado. (Trata-se aí, manifestamente, de uma outra situação, onde se prepara "o ataque revolucionário das massas", mas onde esta ofensiva revolucionária das massas ainda não foi empreendida. A situação

ainda não é, então, diretamente revolucionária).

Constatando que nestes dois tipos de governos, "falsos governos operários", "os comunistas não devem participar", falta acrescentar que a resolução indica que "estes governos podem contribuir objetivamente para precipitar o processo de decomposição do regime burguês". Disto se desprende uma tática: "no período de decadência do capitalismo, a tarefa principal (que consiste em) ganhar a maioria do proletariado... os comunistas estão prontos a lutar também com os operários social-democratas, cristãos, sem partido, sindicalistas, etc., que ainda não reconheceram a necessidade da ditadura do proletariado; estando também dispostos (os comunistas), sob algumas condições, e com algumas garantias, a apoiar um governo não comunista".

A necessidade de ruptura com a burguesia

Esta parte da resolução se apresenta como conclusão, de um lado, sobre a atitude dos comunistas face aos "dois primeiros tipos de governo operário", qualificados de "governos disfarçados de coalizão entre a burguesia e os dirigentes operários contra-revolucionários", e do outro, sobre a atitude que deverão tomar os comunistas face aos "dois outros tipos de governo (3º e 4º) operário nos quais os comunistas podem participar", sem que "constituam uma forma de transição necessária para a ditadura do proletariado".

Isto comprova que, no caso dos dois primeiros tipos de governo, trata-se de uma atitude semelhante à que os comunistas tomam com relação aos governos burgueses constituídos por partidos operários; se os comunistas não deveriam, em caso algum, participar em tais governos, eles poderão "em algumas condições, e com algumas garantias", dar-lhes seu apoio.

O fato de que, em determinadas condições, seja possível outorgar o apoio dos comunistas, inclusive aos governos burgueses de colaboração de classes, onde participam partidos burgueses e partidos operários, deve estar relacionado com as situações políticas concretas. Por exemplo, em situações onde estes governos estão em conflito direto com a burguesia, que empreende uma ofensiva para liquidá-los. Esta foi a tática de Lênin frente à insurreição de Kornilov para liquidar o governo Kerenski; retomada por Trotsky com o governo Blum e a frente popular espanhola.

Repetimos: os comunistas não podem, em caso algum, dar seu apoio político — isto é, "confiar" — a um governo de colaboração de classes. Independentemente das formas táticas empregadas, eles devem colocar em primeiro lugar a necessidade de ruptura com a burguesia.

Como Trotsky colocava a questão

Por exemplo, referindo-se ao governo Negrin (em maio, 1937), Trotsky colocava a questão nestes termos:

"1. A diferença entre Negrin e Franco é a diferença entre a democracia burguesa em decomposição e o fascismo.

2. Em toda parte e momento, onde os operários revolucionários não estão suficientemente fortes para derrubar o regime burguês, eles defendem, contra o fascismo, até a democracia burguesa em decomposição, mas sobretudo, defendem suas próprias posições no interior da democracia burguesa.

3. No entanto, os operários não defendem a democracia burguesa

com os métodos da democracia burguesa (Frente Popular, blocos eleitorais, coalizões governamentais, etc.), mas sim com seus próprios métodos: isto é, com os métodos da luta revolucionária de classes; participando da luta militar contra o fascismo, ao mesmo tempo eles continuam defendendo suas próprias organizações, seus direitos e seus interesses contra o governo democrático burguês.

4. A democracia burguesa se decompõe junto com o capitalismo que a gerou. O próprio fato de que uma insurreição fascista contra a democracia burguesa seja possível, é um sinal de que seus dias estão contados. Portanto, a "regeneração" da democracia burguesa não pode figurar no programa do proletariado. A defesa da democracia burguesa contra o fascismo constitui somente um episódio tático subordinado da nossa linha, que é derrotar a democracia burguesa e instaurar a ditadura do proletariado.

5. Uma coligação com a burguesia sob o rótulo de Frente Popular, a participação no governo de Frente Popular, o apoio político a este governo, a renúncia a uma agitação e a uma organização independente, visando a derrubada revolucionária do governo burguês, não podem, no melhor dos casos, senão prolongar

7. Poderiam nos objetar: no curso de uma guerra entre dois estados burgueses, o proletariado, independentemente do regime político do seu país, deve adotar uma posição segundo a qual "a derrota do nosso próprio governo é o mal menor". Mas esta regra não seria aplicável também a uma guerra civil na qual se enfrentam dois governos burgueses? Não é. Em uma guerra entre dois estados burgueses, o objetivo que está em jogo não é a conquista imperialista, não a luta entre a democracia e o fascismo. Na guerra civil espanhola, a questão colocada é: democracia ou fascismo.

Para a classe capitalista, a diferença entre democracia e fascismo não é decisiva. Segundo as circunstâncias, ela utiliza uma ou outra para seus próprios fins. Mas para os agentes pequeno-burgueses do capitalismo — os dirigentes da social-democracia, os stalinistas e os anarquistas — a democracia constitui a própria fonte da sua existência: o fascismo significa para eles a ruína e o extermínio.

O proletariado revolucionário não pode jogar os dois campos em luta em um mesmo saco: deve utilizar seu combate para seus próprios interesses. Não poderá consegui-lo através de uma política de neutralidade, mas sim desferindo golpes

mas sim um ato de solidariedade política. Se podemos votar a favor do orçamento de Negrin, por que não podemos colocar nosso representante no seu governo? Isto também poderia ser interpretado como uma "ajuda material".

"Os stalinistas franceses deram sua confiança ao governo de Frente Popular, mas não participaram oficialmente dele. Esta forma de não-participação é a pior, a mais pernicioso forma de participação. Dar a Blum e a Chautemps os meios que precisam para sua ação, significa participar politicamente do governo de coalizão.

A pergunta de Shachtman: "Como podemos nos recusar a consagrar um milhão de pesetas à compra de fusis para o front?", já nos foi colocada inúmeras vezes, aos marxistas revolucionários, pelos reformistas: "Como vocês podem votar milhões e milhões necessários para as escolas e as estradas, para não falar da defesa nacional?" Nós concordamos com a necessidade das escolas e das estradas, do mesmo modo que concordamos com a necessidade do combate contra Franco. Utilizamos as ferrovias "capitalistas", nossos filhos vão nas escolas "capitalistas", mas nos recusamos a votar a favor do orçamento do governo capitalista.



As milícias operárias em Barcelona (1936)

gar a agonia da democracia burguesa, e facilitar a vitória do fascismo.

Não só a política dos stalinistas e dos socialistas, agentes diretos da contra-revolução, senão também as dos dirigentes da CNT e do POUM, foram e continuam sendo nocivos para os interesses do proletariado.

6. Mas, se é verdade — e é verdade — que tanto o governo de Negrin-Stalin como o de Franco, são ambos cães-de-guarda do capital, se é verdade que a política de Negrin-Stalin leva inevitavelmente à vitória do fascismo, seria contudo totalmente errado concluir que, na luta entre os exércitos de Negrin-Stalin e os de Franco, o proletariado poderia tomar uma posição de neutralidade.

O proletariado espanhol, do mesmo modo que o proletariado mundial, está interessado em: a) a derrota militar de Franco; b) que, no meio da guerra civil, se tenha uma política capaz de provocar sem demora a queda do governo Negrin-Stalin.

militares ao seu inimigo número 1, o fascismo.

8. Franco é, evidentemente, um inimigo mortal direto, odiado pela maioria dos operários e dos camponeses. Negrin, Stalin, Caballero e Companys são inimigos menos evidentes, mais disfarçados, que ainda dirigem a milhões de operários e camponeses. Com Franco, o único combate possível é o combate físico; com Negrin, o combate físico é atualmente impossível, pois os elementos revolucionários estão em minoria e o combate físico — que é inevitável — deve ser preparado politicamente. Os meios de maior importância para esta preparação política consistem na denúncia e no desmascaramento da desastrosa condução da guerra pelo governo, e em explicar às massas que esta é devida ao seu servilismo aos interesses do capital".

Criticando a posição de Shachtman, que preconizava o voto a favor do orçamento de guerra de Negrin, Trotsky afirmava: "Um voto no Parlamento, a favor do orçamento, não constitui uma ajuda "material",

Nenhuma solidariedade política com Kerenski

Durante a luta contra Kornilov, jamais votamos no soviets de forma tal que pudessem ser interpretada como solidariedade política com Kerenski.

Do ponto de vista da agitação, não teríamos hoje, na Espanha, nenhuma dificuldade para explicar nosso voto negativo: "Reclamamos dois milhões para os fusis, e só nos concederam um. Reclamamos a distribuição dos fusis sob controle operário, e nos foi recusada. Como poderíamos, voluntariamente dar nosso dinheiro e nossa confiança a este governo? Qualquer trabalhador compreenderia e aprovaria nossa ação.

Tudo o que o governo Negrin faz é sob pretexto das necessidades da

(continua na pág. 26)

(continuação da pág. 25)

guerra. Se aceitarmos uma responsabilidade política na sua própria administração das necessidades de guerra, estariamos votando a favor de todas as posições governamentais sérias. Do mesmo modo, as aprovaríamos na nossa imprensa, nas nossas reuniões. Nos tornaríamos assim um partido governamental ao estilo POUM. Como nos preparar, nestas condições, para derrubar o governo Negrín? Todo o sentido da minha resposta é isto: combateremos militarmente a Franco, apesar da existência de um governo Negrín, e simultaneamente prepararemos a queda do governo Negrín. Se concordarmos com este princípio básico, não poderemos estar em desacordo a respeito das consequências práticas."

Atitude naturalmente diferente da que os comunistas devem ter com um "governo operário" que pôde se transformar em uma transição para a ditadura do proletariado.

Apoiar-se na mobilização das massas

Atitude diferente também (e voltaremos sobre este ponto) da que os comunistas devem ter em um país oprimido (colonial ou semicolonial), onde foi constituído um governo nacionalista revolucionário que leve efetivamente uma luta contra o imperialismo (tendo temporariamente um papel progressivo, o que nunca acontecerá com um governo de frente popular), como foi o caso do governo Cárdenas — ainda que não poderia estar colocada para os comunistas a participação em um governo nacionalista revolucionário deste tipo.

A atitude tática formulada pela IIIª Internacional e por Trotsky está motivada pelo fato de que "os operários social-democratas, cristãos, sem partido, que ainda não reconheceram a necessidade da ditadura do proletariado" vêm a colaboração dos "partidos operários" no governo burguês de colaboração de classes — partidos operários que nós consideramos como partidos operários-burgueses mas que eles consideram como "seus" partidos — vêm o governo do qual estes partidos operários participam como, em alguma medida, "seu" governo. A classe operária considera desta forma este governo burguês de colaboração de classes, pois lhe deu, mais ou menos confusamente, um conteúdo anticapitalista.

Seria errado perdermos em conjecturas e tentarmos prever todas as situações. Mas a resolução do IVº Congresso da Internacional Comunista demonstra que é coerente com os princípios que os partidos revolucionários da IVª Internacional possam, a partir das aspirações anticapitalistas das massas e em determinadas condições, dar seu apoio a estes governos, no caso em que sejam vítimas de uma ofensiva da burguesia.

Mas, por um lado, esta tática deve apoiar-se sempre na mobilização das massas, a partir das aspirações revolucionárias, para, na luta de classes, ajudar as massas a se livrarem das suas ilusões, através da sua própria experiência; e do outro deverá estar garantida pelo nosso próprio dever de "a qualquer preço, explicar à classe operária que sua libertação só estará assegurada pela ditadura do proletariado".

Isto é, em quaisquer circunstâncias, o combate pela independência de classe do proletariado continua sendo uma (premissa) "absoluta". Esta tática justifica que se possa chamar a votar no "Labour Party", ou na social democracia alemã, ou

que tenhamos chamado a votar em Mitterrand no primeiro turno das eleições presidenciais.

Com relação ao governo Blum, Trotsky definia claramente o conteúdo da nossa estratégia diante dos dois primeiros tipos de governos burgueses de colaboração de classes. "Devemos compreender claramente que a próxima greve será, verdadeiramente, dirigida não contra o governo Blum, mas CONTRA OS INIMIGOS DESTA GOVERNO: as 200 famílias, os radicais, o Senado, a alta burocracia, o Estado maior, etc. A arte da estratégia consiste em orientar a vanguarda em direção desta nova luta encarnada contra os inimigos do proletariado fora da frente popular, e também nas fileiras desta.

Trata-se, em suma, de preparar a nova greve; ainda que seja só para assegurar as primeiras conquistas parciais, sem falar das conquistas mais importantes. Não jogamos Leon Blum no mesmo saco que os De Wendel, e de la Rocque. Acusamos Blum de não compreender a formidável resistência dos De Wendel. Repetimos que, a despeito da nossa irreductível oposição ao governo Blum, os operários não acharão na primeira fila no combate contra os seus inimigos imperialistas. Esta é uma nuance muito importante, até mesmo decisiva, para o período que começa."

A frente única antiimperialista

As tarefas do combate proletário que resultam da luta pela frente única antiimperialista nos países oprimidos foram levantadas pela primeira vez no movimento operário mundial nas teses gerais sobre a questão do Oriente, no IVº Congresso Internacional Comunista. Embora estas teses não formulem explicitamente a palavra-de-ordem do governo operário e camponês, permitem, pelo menos, uma aproximação.

Constatando em primeiro lugar "o despertar do movimento operário em todos os países do Oriente", a resolução afirma: "Os fatos aconecidos constituem um índice da modificação operada na base social do movimento revolucionário nas colônias: esta modificação provoca uma intensificação da luta anti-imperialista, cuja direção já não pertence exclusivamente aos elementos feudais e à burguesia nacional, que estão dispostos a estabelecer compromissos com o imperialismo."

Assim, já no primeiro ponto, as Teses se apóiam fundamentalmente na REVOLUÇÃO PERMANENTE, segundo a qual na época do imperialismo, a burguesia nacional, "disposta a fazer compromissos com o imperialismo", será impotente para cumprir as tarefas não resolvidas pela revolução burguesa (nacional-democrática). A referência implícita à revolução permanente é reforçada no ponto 2.

As "classes dirigentes" temem a mobilização revolucionária das massas e sempre estarão dispostas a fazer compromissos com o imperialismo. Se, em qualquer circunstância, devemos apoiar "Qualquer movimento nacional revolucionário dirigido contra o imperialismo", jamais devemos "perder de vista, ao mesmo tempo", que o partido revolucionário, que deve em todas as circunstâncias lutar pela mobilização revolucionária das massas (encarnada no seu programa de reivindicações sociais), luta ativamente pela ruptura incondicional com os partidários da colaboração com o imperialismo, pois "existe uma ligação entre a burguesia indígena, os elementos feudais reacionários e o imperialismo".

Precisando o conteúdo da frente única antiimperialista, a resolução do IVº Congresso estabelece um

paralelo entre a frente única proletária e o fato de que é "indispensável, no momento atual, lançar a palavra-de-ordem da frente única antiimperialista. Sua oportunidade está condicionada pela perspectiva de uma luta (...) que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias (...)" A resolução precisa a importância da palavra-de-ordem de frente única antiimperialista:

"Do mesmo modo que, no Ocidente, esta palavra-de-ordem de frente proletária única contribuiu para desmascarar a traição dos interesses do proletariado pelos social-democratas, também a palavra-de-ordem de frente única antiimperialista contribuirá para desmascarar as vacilações e incertezas dos diferentes grupos do nacionalismo burguês."

Porém, "o movimento operário dos países coloniais e semicoloniais deve, antes de mais nada, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo, na frente única anti-imperialista comum. Só reconhecendo sua importância autônoma, e conservando sua independência política plena é que os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis!"

Não continuaremos aprofundando a questão da frente única anti-imperialista, sendo que foi submetida para a discussão nesta conferência mundial uma resolução especial sobre esta questão. A frente única operária, assim como a frente única antiimperialista colocam, obviamente, o problema do governo. No que se refere à atitude do proletariado para com os governos nacionalistas burgueses, a resolução estabelece o marco do apoio que os comunistas devem dar a quaisquer medidas, inclusive parciais, de ruptura com o imperialismo.

"Admitindo que os compromissos parciais e provisórios são admissíveis e indispensáveis, quando se trata de obter uma trégua na luta pela emancipação revolucionária dirigida contra o imperialismo, a classe operária deve, com intransigência, se opor a qualquer tentativa de partilha entre o imperialismo e as classes dirigentes indígenas."

Uma vez estabelecido este quadro, Trotsky afirma que um partido revolucionário não poderia ter representação em um governo burguês nacionalista, pois "um partido com representação no governo é responsável por toda a política deste governo no seu conjunto".

O governo nacionalista burguês ao qual devemos dar nosso apoio contra o imperialismo não é um governo operário e camponês.

O caso do governo Cárdenas

O caso do governo mexicano do general Cárdenas — governo nacionalista revolucionário que devia receber, contra o imperialismo e a reação, o apoio do proletariado, ao tempo em que este mantinha sua independência — constitui uma referência clássica para o nosso movimento, mas insuficientemente assimilada no aspecto relativo ao "apoio revolucionário" que Trotsky deu a este governo burguês e à luta pelo governo operário e camponês. Polemizando com uma fração da organização trotskista mexicana, que reprovava o apoio ao governo burguês e criticava seu pretenso abandono da revolução permanente, Trotsky explicava:

"Acho que os camaradas do México e de outros países tentam omitir de forma abstrata as etapas em relação ao proletariado, inclusive em relação à história em geral. Eles não procuram pular por cima de certas etapas, mas sim por cima da história, e fundamentalmente, por cima do desenvolvimento do proletariado.

A classe operária no México participa e só deve participar do movimento, da luta pela independência do país, pela democratização das relações agrárias, etc. Desta forma, o proletariado pode tomar o poder antes de que esteja garantida a independência do México, e de que sejam reorganizadas as relações agrárias. Então o governo operário pode se transformar num instrumento para resolver estes problemas.

Isto pode acontecer, e provavelmente acontecerá. Mas é necessário dirigir, guiar os trabalhadores começando pelas tarefas democráticas, até a tomada do poder. Não propondo uma ditadura socialista abstrata, oposta às necessidades e desejos das massas, mas sim a partir das lutas quotidianas, para enfrentar a burguesia nacional com base nas necessidades dos trabalhadores, ganhando a direção dos trabalhadores e tomando o poder." (Leon Trotsky, 4 de novembro, 1939).

Com isto, Trotsky estava apenas reafirmando as Teses da IIIª Internacional sobre a questão do Oriente,

em particular, quando elas afirmam:

"O movimento revolucionário nos países atrasados do Oriente não será coroado de sucesso senão se basear na ação das massas camponesas. Por esta razão, os partidos revolucionários de todos os países de Oriente devem determinar claramente seu programa agrário e exigir a supressão total do feudalismo e de seus resquícios, expressos na grande propriedade fundiária e no imposto fundiário.

Para uma participação ativa das massas camponesas na luta pela libertação nacional, é indispensável operar uma modificação radical do sistema de usufruto da terra. Do mesmo modo, é indispensável obrigar os partidos burgueses nacionalistas e adotarem na maior medida possível este programa agrário-revolucionário."

O problema do governo operário e camponês não pode ser colocado fazendo-se abstração das "etapas necessárias para o desenvolvimento do proletariado" face a existência de um governo burguês em um país oprimido, que, através das condições que opõem a burguesia nacional ao imperialismo, o proletariado e as massas camponesas ao imperialismo e à burguesia nacional, chegou a dar alguns passos limitados no cumprimento da tarefa de libertação do país da dominação imperialista.

Nós, trotskistas, sabemos que um governo deste tipo não poderá realizá-la até o fim, por estar dirigido pela burguesia nacional, diferentemente das direções pequeno-burguesas, que podem ser empurradas a romper com a burguesia.

Ser conseqüentes na defesa de propostas visando a levar até o fim das tarefas democrático-burguesas e nacionais, rivalizar neste terreno com a burguesia nacional pela direção das massas camponesas e também operárias — pois inúmeras vezes elas constituíam a maioria dos aderentes dos partidos burgueses que se reclamam antiimperialistas —, é o que permitirá preparar o terreno para a substituição do governo burguês por um governo operário e camponês que leve até o fim a revolução democrática.

Não existe exemplo melhor do que o método utilizado por Trotsky, em continuidade com Lênin, na análise do "plano mexicano de seis anos", elaborada em 1939 e onde Trotsky afirma sobre o governo:

"Os autores do programa querem construir completamente o capitalismo de Estado, num período de



Reunião plenária da Internacional Comunista. Da esquerda para a direita: Trotsky, Paul Levi, Zinoviev, Kalinine e Radek.



Peru, julho de 1978: encontro nacional pela Assembléia Constituinte Soberana.

seis anos. Mas, uma coisa é nacionalizar as empresas existentes, outra coisa é criar novas empresas com meios limitados e num terreno virgem. A história já conheceu somente um exemplo de uma indústria criada sob a supervisão do Estado: a URSS. Mas foi preciso uma revolução socialista.

— a herança industrial do passado teve um importante papel;
— a dívida pública foi anulada (1.500 milhões por ano)

Apesar de todas estas vantagens, a reconstrução industrial do país começou com certas concessões. Lênin dava grande importância a estas concessões, para o desenvolvimento econômico do país, e para a educação técnica e administrativa do pessoal soviético. No México, não temos uma revolução socialista. A situação internacional não permite nem o pagamento da dívida pública. O país, repetimos, é pobre. Nestas circunstâncias, seria quase um suicídio fechar as portas ao capital estrangeiro. Para construir o capitalismo de Estado, é preciso o capital.

E colocava como conclusão:

"Estas notas podem parecer tingidas de um espírito muito moderado, quase conservador, em comparação com as formulações elevadas mas desgraçadamente ocas do programa. No entanto, achamos que o nosso ponto de vista é mais realista, e ao mesmo tempo mais revolucionário. O eixo central do programa é a questão agrária. É mil vezes mais fácil proclamar no vácuo a coletivização total do que se engajar com mão de ferro na eliminação dos vestígios feudais nos campos. Esta operação de limpeza seria, sem dúvida nenhuma, um excelente programa para os próximos seis anos. O campesinato compreenderia este programa, expresso em dez linhas, e o aceitaria bem mais entusiasmadamente do que uma vaga e pomposa tradução dos documentos oficiais do Kremlin."

O governo burguês do general Cárdenas seria uma exceção? Muitos aspectos do seu governo são sem dúvida excepcionais, mas, na categoria geral que este governo abrange, poderíamos incluir o primeiro governo Perón, o governo de Nasser, e, em menor medida, o próprio governo de Velasco-Alvarado no Peru; além do governo de Ben Bella na Argélia.

A questão da Constituinte...

Na discussão destes problemas, a experiência do combate do POMR e da constituição do FOCEP é

preciosa. Naturalmente, a questão da Constituinte só se coloca nos países oprimidos. Sob formas específicas, a mesma questão está colocada na Polónia. Voltaremos a isto no ponto consagrado à marcha da revolução política.

A questão da Constituinte está colocada em Portugal como palavra-de-ordem transitória (num momento central) da marcha da revolução proletária em Portugal, relacionada diretamente com a questão do governo operário e camponês (a questão da soberania da Constituinte concentrou, num determinado momento, a questão da ruptura com a burguesia).

Sob formas e condições diferentes (pré-revolucionárias) a situação francesa atual demonstra a ligação entre as reivindicações democráticas e a marcha da revolução. A questão do governo operário e camponês — oposto ao governo de frente popular — ou seja, a questão da ruptura com a burguesia, não pode ser colocada ignorando-se a reivindicação da soberania da maioria PS-PCF, diretamente contraditória com o funcionamento das instituições da Vª República e, conseqüentemente, com o conteúdo concreto da colaboração de classes encarnada no atual governo de frente popular.

Mas sabemos que a questão das reivindicações democráticas e nacionais, em relação com a existência de tarefas democráticas não cumpridas (soberania nacional, questão agrária), coloca-se como problema central em todos os países dominados pelo imperialismo (colonias e semicolônias). Constitui também a expressão mais geral e mais fundamental do desenvolvimento desigual e combinado.

No capítulo do Programa de Transição dedicado aos países atrasados, a necessidade de armar os operários com um programa "democrático revolucionário" cujo coroamento seja a palavra-de-ordem de Assembléia Nacional — ou Constituinte — é colocada da seguinte forma:

"É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é preciso que as massas, elas mesmas, superem este programa na luta. A palavra-de-ordem de Assembléia Nacional ou Constituinte conservou todo o seu valor, em países como a China ou a Índia. É preciso, antes de mais nada, armar os operários com este programa democrático. Só eles serão capazes de sublevar e de reunir os camponeses. Na base de um programa democrático revolucionário, é preciso opor os operários à burguesia "nacional".

... e como Trotsky coloca a questão

Em condições específicas, o POMR combateu sobre este eixo estratégico. Antes de retomar alguns aspectos deste combate, devemos ver de que forma Trotsky, em várias ocasiões, colocou a palavra-de-ordem de Assembléia Constituinte, e como lhe dava um caráter transitório em relação com o programa do governo — isto é, segundo o Programa de Transição: "em uma determinada etapa da mobilização das massas, no terreno das palavras-de-ordem da democracia revolucionária, os soviets podem e devem surgir. Seu papel histórico em cada período dado, em particular suas relações com a Assembléia Nacional, está determinado pelo nível político do proletariado, pela ligação entre ele e a classe camponesa, e pelo caráter do partido proletário".

Não é por acaso que na "Internacional Comunista depois de Lênin" — este documento fundamental que analisa os grandes traços da luta de classes internacional, os eixos de uma estratégia revolucionária, retomando e generalizando os ensinamentos do bolchevismo e da revolução russa contra o abandono do marxismo codificado no projeto de programa para o VIº Congresso da Internacional Comunista — Trotsky desenvolve completamente a questão da Assembléia Constituinte.

"Sua força política (a das massas) potencial é devida ao seu número. As palavras-de-ordem da democracia formal conquistam, ou são capazes de conquistar, não as massas pequeno-burguesas, mas também as grandes massas operárias, precisamente porque lhes oferecem a possibilidade — pelo menos aparente — de opor sua vontade à dos generais, dos fidalgos e dos capitalistas.

A vanguarda proletária educa as massas para se servir desta experiência, e as leva à frente. O exemplo da Rússia demonstra que, quando a revolução evolui, o proletariado organizado em soviets, através de uma política justa e dirigida para a conquista do poder, pode arrastar o campesinato levando-o a se confrontar com a democracia formal personificada na Assembléia Constituinte, e orientá-lo num caminho que não somente opõe os soviets à Assembléia Constituinte, mas tam-

bém leva as massas aos soviets, sempre conservando as palavras-de-ordem da democracia formais, até o momento da conquista do poder, e inclusive depois." (A Internacional Comunista depois de Lênin, página 406).

"A luta pela conquista das massas está inevitavelmente ligada à luta contra a violência desferida pela burocracia do Kuomintang contra as organizações de massas, suas reuniões, sua imprensa, etc. No decorrer do próximo período, o Partido Comunista lutará pela liberdade de imprensa, ou deixará esta tarefa para um "terceiro partido"?"

O Partido Comunista limitar-se-á a apresentar reivindicações democráticas isoladas (liberdade de imprensa, de reunião, etc.)? Isto equivaleria a um reformismo liberal; ou levantaria palavras-de-ordem democráticas mais conseqüentes? No plano político, isto significaria a representação popular e o sufrágio universal (...)" (idem, página 422).

"Como sabemos, foi a ditadura do proletariado que cumpriu a revolução democrática na Rússia. Isto é o que a atual direção da Internacional não quer compreender. Mas o nosso partido levou o proletariado à ditadura porque defendeu com energia, conseqüência e devoção, todas as palavras-de-ordem, todas as reivindicações da democracia, inclusive a representação popular baseada no sufrágio universal, a responsabilidade do governo diante dos representantes do povo, etc.

Só uma agitação semelhante permitirá ao partido preservar o proletariado da influência da democracia pequeno-burguesa, e minar a influência que ela tem no campesinato, preparar a aliança de operários e camponeses e ganhar para as suas fileiras os mais resolutos elementos revolucionários." (idem)

Em seu artigo de 1930 sobre a "palavra-de-ordem de Assembléia Nacional na China", Trotsky retoma a questão nos seguintes termos: "A potência das massas oprimidas está no seu número. Quando despertarem, procurarão expressar politicamente esta força numérica, através do sufrágio universal. Os comunistas já sabem que o sufrágio universal é um instrumento do poder burguês e que este só será liquidado pela ditadura do proletariado. Vocês poderão educar o proletariado neste espírito antecipadamente. Mas os milhões que constituem as massas trabalhadoras só serão levados à ditadura do proletariado com base na sua própria experiência política, e a Assembléia Nacional seria um passo progressivo neste sentido. Por esta razão é que nós levantamos em primeiro lugar esta palavra-de-ordem, ligando-a às quatro palavras-de-ordem da revolução democrática: terra para os camponeses pobres, jornada de oito horas, independência da China e autodeterminação das nacionalidades existentes no território chinês."

Numa carta à oposição chinesa, Trotsky explica:

"Não poderemos chegar à ditadura do proletariado rejeitando a priori a democracia. Só lutando pela democracia é que a vanguarda comunista poderá reunir em torno de si a maioria da nação oprimida, e, assim, avançar em direção à ditadura do proletariado, que também criará a transição para uma revolução socialista, inseparavelmente ligada ao movimento do proletariado mundial."

Uma palavra-de-ordem transitória

Estas citações ressaltam o essencial: a palavra-de-ordem de Assembléia Constituinte soberana é uma

palavra-de-ordem derivada historicamente da democracia burguesa (é a expressão política mais elevada no sentido geral da ação revolucionária da burguesia contra o feudalismo), mas, como reivindicação transitória para a ditadura revolucionária do proletariado, responde também hoje à necessidades da mobilização das massas contra a dominação imperialista e contra a burguesia.

Este conteúdo transitório só estará contido na palavra-de-ordem da Constituinte, se ela estiver organicamente ligada a um conjunto de reivindicações transitórias. A reivindicação da Constituinte não deve nunca ser separada do "programa democrático revolucionário" de que fala o Programa de Transição. Por esta razão, no caso da China, Trotsky a liga às palavras-de-ordem principais da revolução democrática, entre as quais se inscreve uma reivindicação social do proletariado: jornada de oito horas.

Com efeito, este programa não pode ser enunciado senão como uma combinação de palavras-de-ordem democráticas, nacionais, camponesas e operárias. A classe operária não pode colocar-se à frente das massas oprimidas (e assegurar sua hegemonia) a não ser levando uma luta pela defesa do conjunto de reivindicações democráticas e nacionais que correspondem às tarefas colocadas, incluindo as suas próprias reivindicações.

A Assembléia Constituinte é uma palavra-de-ordem transitória, uma alavanca da mobilização das massas na via da revolução proletária, e não uma etapa intermediária necessária no caminho da revolução proletária. Independentemente do fato de que esta palavra-de-ordem seja "realizada" (que seja reunida ou não a Assembléia Constituinte), não é um "objetivo". O objetivo perseguido é a "aparição", o desenvolvimento e a centralização dos soviets, pois somente a ditadura do proletariado pode resolver as questões democráticas e nacionais.

Em outros termos, a palavra-de-ordem de Constituinte Soberana expressa precisamente o caráter combinado do desenvolvimento nos países capitalistas atrasados, oprimidos pelo imperialismo. As tarefas democráticas e nacionais não resolvidas (em primeiro lugar, a questão agrária e a libertação do jugo imperialista) colocam a questão de aperfeiçoamento da "constituição" nacional.

A luta contra a dominação imperialista, pela realização das tarefas nacionais e democráticas, implica no combate pela concretização da soberania do povo ("a representação de todo o povo", dizia Trotsky), que se expressa na reivindicação da Constituinte Soberana, isto é, executiva e legislativa, forma democrática mais avançada, destacada (mas pouco realizada) pelas grandes revoluções burguesas.

No entanto, as tarefas democráticas e nacionais só serão cumpridas através da vitória da classe operária, expropriando o capital e destruindo o Estado burguês. A hegemonia do proletariado não constitui somente uma espécie de "resultado final" (a realização da ditadura do proletariado). A hegemonia do proletariado deverá se afirmar (e os revolucionários devem combater para garanti-la), a cada momento da luta pela emancipação nacional.

A experiência peruana...

A experiência peruana ilustra perfeitamente esta combinação. Se no Peru, particularmente a partir de 1977, as reivindicações nacionais e

(continua na pág. 28)

(continuação da pág. 27)

democráticas concretizadas na reivindicação de Constituinte estão em um primeiro plano, não é porque o movimento do proletariado é fraco ou que existiria, de algum modo, uma fase puramente "democrática". Muito pelo contrário.

E a ação do próprio proletariado que leva a se colocar em primeiro plano as reivindicações nacionais e democráticas, a questão da Constituinte. É a preservação da ação de classe do proletariado peruano, de suas organizações de classe, como marco de organização independente, a grande greve dos pescadores de 1976 (que colocou a questão de um "comando político unitário") que levou à greve geral de julho de 1977, é isto que determina as condições nas quais o regime militar será levado a propor seu "plano político".

Em 1978, na greve de Sider-Peru, em Chimbote, surge — prenunciando a de Moquegua — uma primeira Assembléia Popular. O alinhamento do movimento das massas em direção à construção dos seus próprios organismos está na base do combate pela Constituinte Soberana "com poder", oposta à Constituinte outorgada e sem poderes do regime militar.

Na base da formulação do FOCEP, sob impulso dos trotskistas, está a decisão do VIII.º Plenário da Federação dos Mineiros de participar das eleições com uma linha de independência de classe, ligada à necessidade de realizar a unidade sobre uma "plataforma que reflita as aspirações dos diferentes setores explorados e oprimidos", na luta "por uma Assembléia que levante as reivindicações mais sentidas das massas exploradas e oprimidas no caminho traçado pelo proletariado".

Ligado assim às tarefas históricas fundamentais derivadas da dominação imperialista, o conjunto das questões democráticas se impunha como uma necessidade à qual respondia a palavra-de-ordem de Constituinte Soberana.

Assembléia Constituinte para levantar, afirmar, centralizar a vontade antiimperialista e revolucionária do povo trabalhador e oprimido do Peru — vontade que de início enfrentou o obstáculo do governo militar, cada vez mais estreitamente submetido aos ditames do imperialismo. Assembléia Constituinte para levantar e exigir a realização da vontade da esmagadora maioria, de todos aqueles cujos interesses são fundamentalmente opostos ao imperialismo e à burguesia subordinada a ele.

Mantendo a triade: Constituinte Soberana, governo responsável perante ela e por um governo operário e camponês, o POMR definia sua própria política independente expressando, ao mesmo tempo, o caráter transitório desta palavra-de-ordem em relação com a questão do poder.

Este mesmo método será aplicado, numa conjuntura concreta diferente, depois das eleições, através da "Moção Vermelha". A "Moção Vermelha" expressa as reivindicações e a vontade das massas. Ela afirma: é preciso que o governo caia, é preciso que a Assembléia Constituinte tome todos os poderes em suas mãos, para aplicar um plano de emergência, que inclui a ruptura da subordinação ao imperialismo, a reforma agrária, a satisfação das reivindicações operárias, o pleno reestabelecimento das liberdades democráticas.

Ao mesmo tempo em que a maioria da Assembléia, rejeitando a "Moção Vermelha", negava a sua função de "representação de todo o

povo", definindo-se como uma engrenagem a serviço do poder militar, o combate pela realização da unidade das organizações operárias e antiimperialistas tinha necessariamente com eixo central a luta pelo desenvolvimento das Assembléias populares, pela centralização para uma Assembléia Nacional Popular. Esta é a aplicação do método de Trotsky.

Embora as debilidades da vanguarda não permitissem uma ampla e completa agitação sobre a palavra-de-ordem de Assembléia Popular Nacional, o partido da IV.ª Internacional tinha a imperiosa necessidade de unificar o combate por esta palavra-de-ordem com a "Moção Vermelha".

A ligação orgânica entre os diferentes elementos de uma política revolucionária (frente única antiimperialista, Constituinte Soberana, Soviets) estava dada pelo movimento prático das massas.

... E a da Nicarágua

"A retirada do governo dos representantes da burguesia constitui uma vitória indiscutível dos operários e dos camponeses da Nicarágua. Expressa o fracasso da política do FSLN, que visou desviar, durante meses, o desenvolvimento da revolução proletária, respeitando os limites da aliança com a burguesia, e evitando o enfrentamento entre as classes."

Esta citação da declaração do "Comitê Paritário" de 2 de Maio de 1980 demonstra que já havíamos estabelecido perfeitamente a questão chave do desenvolvimento da luta de classes na Nicarágua, depois da queda de Somoza. No entanto, temos que reconhecer, não tiramos todas as conclusões possíveis desta análise, e suas conseqüências no que diz respeito à caracterização do que era o novo governo. A partir daquela data, tratava-se de um governo do FSLN unicamente, correspondente à palavra-de-ordem que levantávamos desde a queda de Somoza, contra a aliança com Chamorro e Robelo.

Se a manutenção da propriedade privada, a não expropriação da burguesia, demonstram claramente que, na Nicarágua, estamos diante de um Estado burguês, evidentemente desmantelado, é indiscutível, no entanto, que o governo de FSLN, produto da vitória das massas contra a burguesia, "contribui para precipitar o processo de decomposição do regime burguês".

Este governo "não constitui ainda a ditadura do proletariado, não constitui ainda uma forma de transição necessária para a ditadura do proletariado, mas pode constituir um ponto de partida para a conquista desta ditadura".

No entanto, a FSLN é, claramente, por sua origem e seu programa, uma organização pequeno-burguesa em um país semicolonial. A questão que enfrentamos (pela segunda vez depois de Cuba logo após a derrubada de Batista) é o surgimento de um governo que, em processo de ruptura com a burguesia e o imperialismo, corresponde à categoria de governo operário e camponês "ao qual os comunistas também estão dispostos, em algumas condições e com determinadas garantias, a apoiar", no qual, "os comunistas podem participar" e que "não é ainda a ditadura do proletariado", "nem constitui ainda uma forma de transição necessária para a ditadura".

Obviamente, a participação do partido revolucionário da IV.ª Internacional é somente uma suposi-

ção. Se existisse semelhante partido revolucionário — o que não é o caso, devemos construí-lo — candidato à participação no governo do FSLN, isto indicaria que este governo operário e camponês entraria na categoria dos governos operários e camponeses que podem constituir um ponto de apoio para a ditadura do proletariado, porém, em condições onde esta transição estaria consideravelmente facilitada.

A natureza do governo da FSLN

Seja como for, esta suposição permite discernir melhor a questão da natureza do governo da FSLN, que devemos considerar como um governo operário e camponês, compreendendo que tal definição de "categoria" não é suficiente para descrever a realidade viva da luta de classes. Contudo, esta definição ganha toda a sua importância, na medida em que permite distinguir o governo da FSLN do governo de unidade nacional do tipo frente popular constituído após a queda de Somoza. Repetimos, se para apre-

procurando permitir que o imperialismo se fortaleça na Nicarágua diretamente através de um governo burguês, que liquidaria de uma forma ou de outra o governo da FSLN.

Com o governo da FSLN, estamos diante de um governo dirigido por uma organização pequeno-burguesa antiimperialista, com a qual a realização da frente única antiimperialista era, antes da queda de Somoza, e é, ainda hoje, uma necessidade contra o imperialismo, que deriva do caráter semicolonial do país e das tarefas da revolução (fusão da revolução democrática com a revolução proletária).

Na Tese XXIII adotada pela Conferência mundial constitutiva da IV.ª Internacional (Comitê Internacional) coloca o seguinte a este respeito: "A existência, nos países coloniais e semicoloniais, de tarefas nacionais, democráticas e antiimperialistas, com relação ao papel contra-revolucionário do stalinismo e à crise da IV.ª Internacional, criaram uma situação em que existem numerosas organizações nacionalistas pequeno-burguesas que desempenham um ativo papel na luta contra as ditaduras e o imperialismo (BPR, FAPU, etc. em El Salvador; a FSLN na luta contra Somoza; o MIR venezuelano, etc.).



Julho de 1979: cai a ditadura de Somoza. A FSLN entra em Manágua.

ciar fatos e acontecimentos do ponto de vista do marxismo, é necessário utilizar "categorias", seria totalmente errado considerar a "categoria" "governo operário e camponês" por si.

A resolução da Internacional Comunista já menciona 5 casos, para os quais define a posição de princípio dos comunistas. Porém, a partir destes cinco casos, a história abre à análise infinitas situações intermediárias, transitórias. O marxismo não é um dogma, mas sim um guia para a ação. Devemos assimilar que, quando a Internacional Comunista estabelece que este governo "não constitui ainda uma forma de transição necessária para a ditadura", está-se dizendo que este tipo de governo, apoiado por nós incondicionalmente, pode não constituir esta transição "necessária".

Não só por ter à sua frente o imperialismo, mas também em função da pressão exercida pela burocracia stalinista contra-revolucionária através de Cuba — com as burocracias stalinista e cubana

É nosso dever lutar sistematicamente pela realização da frente única antiimperialista com estas organizações, na base de um programa de independência de classe, com o objetivo de fazer progredir a luta das massas, e exigindo sistematicamente que estas organizações se apoiem nos operários e camponeses, que rompam com a burguesia e se engajem na via do governo operário e camponês".

O surgimento de governos operários e camponeses constituídos por partidos pequeno-burgueses

Esta questão do surgimento de governos operários e camponeses constituídos por partidos ou organizações revolucionários e antiimpe-

rialistas de natureza pequeno-burguesa, coloca um outro problema com o qual se confrontam os trotskistas, em particular após a revolução cubana.

As formas do Estado operário podem ser muito diversas, como assinala Trotsky, incluindo a forma de Estado operário degenerado ou burocrático. Segundo quais processos sociais e políticos o Estado operário burocrático de Cuba se constitui? Pela insurreição das massas desmantelando parcialmente o Estado burguês, a mobilização antiimperialista, a fragilidade da burguesia e a agressão americana, que levaram à direção castrista a romper com a burguesia.

A questão de saber se um governo revolucionário dirigido por um partido do pequeno burguês nacionalista revolucionário pode constituir um Estado operário, a resposta é sim, e o caso de Cuba o demonstra.

Num sentido geral, esta hipótese está contida no "Programa de Transição" ("É entretanto impossível negar categoricamente por antecipação a possibilidade teórica de que, sob influência de uma combinação inteiramente excepcional de circunstâncias (...), partidos pequeno-burgueses, incluindo os stalinistas, possam ir mais longe do que desejam na via da ruptura com a burguesia..."). Isto, ainda que o aparelho

stalinista seja a principal força contra-revolucionária em escala internacional.

No caso de Cuba, o aparelho stalinista desempenhou até o fim o seu papel contra-revolucionário. Depois de ter-se alinhado no terreno de Batista, conseguiu, graças à fusão com a corrente castrista, impedir o desenvolvimento das organizações soviéticas e constituir uma burocracia contra-revolucionária subordinada ao Kremlin, ainda que repleta de contradições. O papel do PC cubano foi inteiramente destinado a combater o caráter antiimperialista e revolucionário do Movimento 26 de julho, que foi o instrumento das massas para a expropriação do capital em 1960-1962.

As teses programáticas adotadas pela Conferência Mundial estabeleceram que no imperialismo (reação em toda a linha), a tendência à realização da barbárie se aprofundou, como testemunharam as injeções crescentes de créditos militares na economia e as suas conseqüências, o extraordinário

desperdício e a destruição das forças produtivas acumuladas no período anterior, a extensão do parasitismo econômico e social. (por exemplo, o extraordinário crescimento da burocracia de Estado), etc, que constituem no conjunto uma ameaça terrível à sobrevivência da civilização humana.

Mas, no interior deste mesmo movimento, o proletariado, através de sua luta de classe, arrancou, os nos países adiantados, conquistas sociais que foram mais importantes do que as conquistas no período ascendente do capitalismo. Nos países atrasados e dominados, chegou-se à independência política — que também constituiu uma conquista mas que, para culminar numa verdadeira independência nacional, deve ser ultrapassada pela revolução que exproprie as posições do capital financeiro.

O imperialismo é a reação em toda linha, mas a revolução mundial arrancou a expropriação nos países do Leste europeu, na Iugoslávia, na China, no Vietnã, em Cuba...

A perspectiva geral da história

Toda a marcha da história confirma a premissa fundamental da revolução mundial: as forças produtivas estão sufocadas pela camisa de força da propriedade privada e dos Estados nacionais. Mas o instrumento não menos fundamental da vitória da revolução universal, a IV^ª Internacional, sofreu durante o mesmo período crises atrás de crises. Não há ainda um verdadeiro partido revolucionário com influência de massa em nenhum país.

Trotsky já o constatava: a construção do partido revolucionário não avança tão rapidamente "quanto esperávamos". Lênin, por antecipação, deu uma resposta a esta questão. Em um discurso pronunciado durante o VII Congresso do Partido (1918), quando da discussão sobre o programa do partido, Lênin estabelecia a necessidade de manter no novo programa os elementos do antigo programa concernentes à evolução do capitalismo "acrescentando uma definição do imperialismo e do início da revolução social".

Ele explicava: "Quaisquer que possam ser os destinos de nossa revolução, de nosso destacamento do exército proletário internacional, quaisquer que possam vir a ser as peripécias ulteriores à revolução; a situação dos estados imperialistas... em todo caso, encontra-se objetivamente sem saída. Várias etapas transitórias são ainda possíveis, com destruições massivas de valores culturais e meios de produção, mas

isto só pode resultar um impulso das massas trabalhadoras, da classe operária, e a passagem da vanguarda a uma situação em que esta classe tomará o poder para forjar uma sociedade socialista."

Sob o ponto de vista de Lênin

Vareando as elocubrações teóricas de Kautsky a respeito do imperialismo (elocubrações retomadas hoje para justificar o revisionismo através de "teorias" sobre o "capitalismo monopolista" de Estado, o neocapitalismo ou o nascimento de novos imperialismos: Irã, Brasil!), Lênin continuava: "Quaisquer que possam vir a ser as peripécias ulteriores da luta, por mais numerosas que possam vir a ser os ziguezagues que teremos que dar (e haverá muitos, pois vemos por experiência) própria quantas viradas gigantescas faz a história de uma revolução, e isto somente aqui por enquanto, já que os acontecimentos serão ainda mais complicados assim que a revolução se torne europeia (e mundial-N da R), é necessário, para que não nos percamos nesses ziguezagues e nessas viradas da história, para preservarmos a perspectiva geral e percebermos o fio condutor que atravessa tanto o desenvolvimento capitalista quanto o caminho rumo ao socialismo (caminho que nos parece naturalmente retilíneo e que devemos representar enquanto tal), para que possamos ver o seu começo, meio e fim — enquanto na realidade esse caminho não será jamais retilíneo, mas sim de uma complexidade inverossímil — é necessário, para que não nos percamos nas viradas, para que não nos desorientemos nos períodos de recuo, de retração, de derrota momentânea, quando a história ou o inimigo nos jogarem para trás, o que importa, na minha opinião (e esta seria a única atitude teoricamente justa), é não abandonar nosso antigo programa fundamental. Pois na Rússia, estamos apenas vivendo a primeira etapa de transição do capitalismo ao socialismo".

É do ponto de vista de Lênin, do ponto de vista da fidelidade ao programa da IV Internacional, que resguardou os "antigos programas", o "Manifesto do Partido Comunista", as "teses e Resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista", é do ponto de vista da marcha da "história universal" que devemos considerar como "retílineo" o caminho (o qual, porém, conhece e conhecerá incontáveis viradas) através do qual combatemos pela instauração da ditadura do proletariado, indispensável ao cumprimento das tarefas históricas

do proletariado. E é partindo deste ponto de vista que devemos abordar o processo de conjunto — internacional — da revolução mundial. Deste ponto de vista, a organização, os direitos, as liberdades, as conquistas sociais que constituem o proletariado enquanto classe independente representam e materializam as "instituições" operárias. As "instituições" desenvolvidas do proletariado internacional são: o Estado operário, a ditadura do proletariado, que, pela revolução, modifica "qualitativamente" a posição social da classe operária.

O imperialismo acomodou-se às "instituições" operárias sujeitando os aparelhos, que "qualitativamente" tornaram-se desde logo órgãos, aparelhos burgueses controlando as "instituições" operárias — as quais continuam sendo entretanto, instituições que constituem a classe operária como classe independente. Na União Soviética, pode-se escrever com Trotsky, o imperialismo sujeitou, no interior do processo de degenerescência do Estado operário, o órgão burguês que constitui a burocracia soviética. Mas as conquistas da revolução de outubro subsistem. A expropriação da burguesia, "a nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e das trocas (continua a formar) as bases da sociedade soviética. E esta aquisição da revolução proletária, a nosso ver, define a URSS como um Estado proletário" (A Revolução Traída).

A tendência irreversível da sociedade burguesa na época do imperialismo é a barbárie, que se afirma na tendência à liquidação de todas as aquisições anteriores da civilização, na tendência à liquidação dos direitos, garantias, organizações, liberdades, na vontade do imperialismo de liquidar as conquistas da revolução de Outubro, todos eles elementos constituintes do combate emancipador do proletariado que devemos considerar, como ensina Lênin, como um processo de conjunto, a fim de conservar "o fio condutor que atravessa tanto o desenvolvimento capitalista quanto o caminho rumo ao socialismo, caminho que nos parece naturalmente retilíneo, e que devemos representar enquanto tal, para que possamos ver o seu começo, meio e fim".

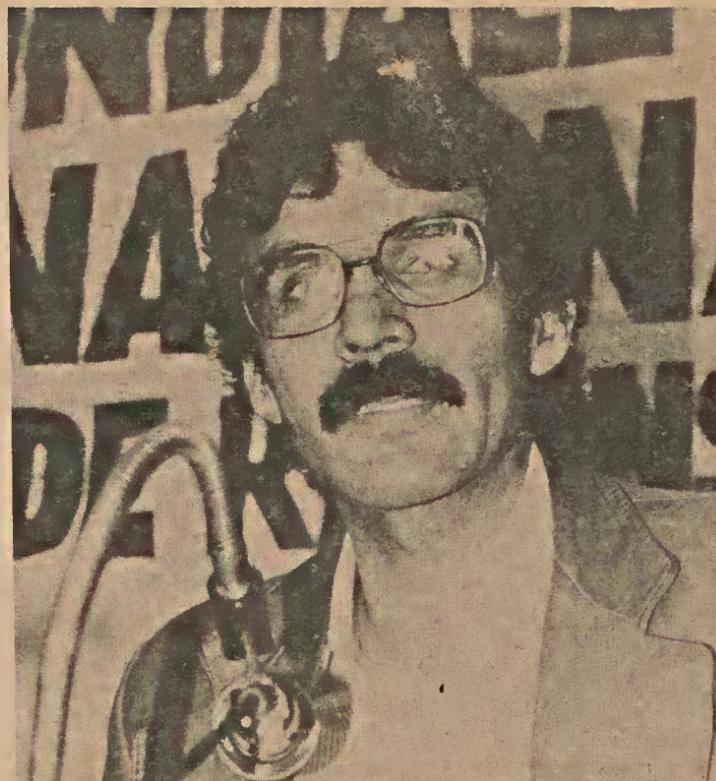
Neste processo de conjunto, o proletariado internacional — única classe historicamente progressiva, ameaçada em sua sobrevivência pela própria manutenção do imperialismo, época do apodrecimento do capitalismo — aumentou sua densidade social e política. Os combates revolucionários do proletariado aprofundaram a crise do sistema imperialista. O imperialismo, para se defender da revolução, corrompe os órgãos dirigentes das "instituições" da classe operária internacional, que, através da luta revolucionária, arrancou novas conquistas sociais, incluindo as conquistas qualitativamente superiores representadas pela expropriação nos países do Leste europeu, a China, o Vietnã, Cuba...

Por um lado, as conquistas sociais geradas, controladas pelo aparelho burgueses, estão ameaçadas, porque as direções tradicionais se recusam "a separar-se do semicadáver político da burguesia".

Por outro lado, estas conquistas sociais aprofundam a crise do imperialismo e, por conseguinte, dos aparelhos-órgãos burgueses.

A extensão de "combinações inteiramente excepcionais de circunstâncias"

É no quadro desta análise que deve ser apreciada a possibilidade teórica levantada pelo "Programa de



Camarada Camilo Gonzales, delegado da "Convergência Socialista" (Colômbia) na conferência mundial.

Transição" de que, sob influência de uma combinação inteiramente excepcional de circunstâncias (guerra, derrota, Krack financeiro, ofensiva revolucionária das massas, etc.), partidos pequeno-burgueses, incluindo os stalinistas, possam ir mais longe do que desejariam na via da ruptura com a burguesia.

As "combinações inteiramente excepcionais de circunstâncias" ocorreram em larga escala após o fim da Segunda Guerra Mundial. A tendência das direções pequeno-burguesas de, sob o peso das "combinações de circunstâncias" (que é essencial na análise de Leon Trotsky), irem mais longe do que queriam na via da ruptura com a burguesia materializou-se diversas vezes. O programa materializou esta tendência através da linha "de luta pelo governo operário e camponês" e pela tática que dela decorre, formulada pela "exigência" dirigida pela IV Internacional, a "todos os partidos e organizações que se apóiam nos operários e camponeses e que falam em seu nome", no sentido de "romperem politicamente com a burguesia".

Analisamos nos pontos precedentes esta tendência que transformou, em toda uma série de países, o prognóstico teórico em realidade política. O fato de que esta "variante" tenha sido considerada por Leon Trotsky como "pouco verossímil" enfraquece tão pouco o "Programa de Transição" quanto outras variantes consideradas por Marx, Engels ou Lênin como possíveis para a Inglaterra, por exemplo.

Só podem recolocar o marxismo em questão os dogmáticos e os sectários que não compreendem que "o trabalho teórico e o trabalho prático não (devem somar) mais que um", como escrevia Lênin, desde 1894, acrescentando: "Através desta forma de conceber sua tarefa, a social-democracia se guarda contra... o dogmatismo e o sectarismo. Não pode haver dogmatismo onde o critério supremo e único da doutrina encontra-se na sua correspondência com o processo real do desenvolvimento econômico e social; não pode haver sectarismo quando se trata de contribuir com a organização do proletariado".

As conquistas sociais, inclusive as mais desenvolvidas nos países onde o imperialismo foi enxotado, a propriedade privada expropriada, são igualmente posições para realizar as tarefas históricas, pela ditadura do proletariado. Tais tarefas históricas não podem ser resolvidas senão em escala internacional. E elas são insolúveis no quadro da pseudo teoria do "socialismo num só país" e da "coexistência pacífica", camuflagem da defesa dos privilégios burocráticos.

Um mesmo movimento unifica o curso da revolução mundial: as conquistas e posições arrancadas ao imperialismo nos países adiantados não poderiam ser garantidas de forma "durável" sem a vitória da revolução proletária. As conquistas sociais de outubro de 1917, preservadas pela luta de classe internacional do proletariado, são posições, conquistas sociais da revolução mundial, a única que pode salvá-las.

Neste sentido, a luta de classe contra os governos burgueses nos países capitalistas concentra não só a luta de classes em defesa das suas aquisições, mas também em defesa das conquistas da revolução de Outubro. Tanto que os aparelhos burgueses, nos países adiantados, na URSS e nos países onde o capital financeiro foi expropriado, combatem, deformam, traem as posições operárias, defendendo assim a ordem do imperialismo mundial.

Em função de que, para as massas, é uma necessidade imediata e urgente defender estas aquisições, o combate da IV Internacional para ajudar as massas na linha do governo operário e camponês, o governo de frente única operária, torna-se para a IV Internacional uma necessidade imediata e urgente. Assim, cada passo à frente na luta efetiva contra a burguesia, representa, ao mesmo tempo, um passo à frente no combate contra os aparelhos burgueses que dominam o movimento operário, contra a burocracia do Kremlin que usurpa as conquistas de Outubro, num mesmo processo unificado integrando a revolução socialista e a revolução política.

Cada passo à frente na luta efetiva contra as burguesias, portanto contra as direções tradicionais submetidas ao imperialismo, exige que se coloque a palavra-de-ordem transitória do governo operário e camponês, a qual expressa as necessidades imediatas e históricas das amplas massas, que se devem convencer, através de sua própria experiência e pela intervenção das organizações da IV Internacional construindo o partido revolucionário, da necessidade da ditadura do proletariado.

Nos países onde, de maneiras as mais desnaturadas, a luta de classes se desenvolveu ao longo dos caminhos conturbados de que fala Lênin, através da "luta comum de todos os operários contra a burguesia, com

(continua na pág. 30)



F. Castro, com Salvador Allende.

(continuação da pág. 29)

todo o aparelho de Estado (estando nas mãos do governo operário", o governo operário e camponês não pôde e nem poderia constituir uma etapa histórica prolongada. A expropriação do capital financeiro, a destruição dos Estados burgueses confirmaram, sob formas que iremos analisar, que o estabelecimento "de um governo operário não representou senão um curto episódio na via da expropriação do capital".

A marcha concreta da revolução política

No plano das "tarefas concretas e políticas" que Trotsky considerava como decisivas para apreciar corretamente a defesa da URSS, a marcha dos acontecimentos revolucionários, desde Berlim Oriental (1953) até a greve geral polonesa de 1980, forneceu uma comprovação explosiva do programa da revolução política proposto na "Revolução Traída" e no "Programa de Transição".

"A IV Internacional — escreve Leon Trotsky em "A URSS na guerra" — reconheceu desde há muito a necessidade de derrubar a burocracia por uma insurreição revolucionária dos trabalhadores (...) o objetivo da derrubada da burocracia ser o restabelecimento do poder dos povos, de onde a atual burocracia será expulsa (...). A derrubada da burocracia supõe, portanto, que sejam preservadas a propriedade de Estado e a economia planificada.

A degenerescência do primeiro Estado operário (...) pode indicar com mais força o que deve ser um Estado operário, o que ele pode ser e o que será em condições históricas determinadas.

A contradição entre o fato histórico e a norma (programática) nos obrigou não a negar a norma, mas, pelo contrário, a lutar por ela pela via revolucionária. O programa da revolução na URSS é definido, por um lado, pela nossa apreciação da URSS como fato histórico objetivo, e por outro, pela norma que constitui o Estado operário... Indicamos claramente quais são os elementos do Estado operário que podem, num estágio determinado, ser preservados, mantidos e desenvolvidos."

A marcha concreta da revolução política confirma:

1) O combate pelo poder dos conselhos está diretamente oposto ao poder da burocracia, pela sua derrubada: Polônia-Hungria 1956, Tchecoslováquia 1968, comitê central de greve de Szczecin 1970-1971 na Polônia, Polônia 1980 (sob um aspecto particular em relação à constituição do Solidariedade).

2) O combate para tirar o monopólio do poder dos partidos stalinistas se confunde com o "restabelecimento da liberdade dos partidos soviéticos". Este movimento leva ao combate pela destruição dos "partidos" oficiais, do partido único. A via da "reforma" do partido stalinista (Gomulka 1956, Dubcek 1968) demonstrou rapidamente que conduzia ao impasse e ao restabelecimento do partido stalinista em todas as suas prerrogativas.

Destruição do partido stalinista...

A marcha da revolução política na Tchecoslováquia estabeleceu claramente, com o XIV Congresso do PC tchecoslovaco, que para tirar o poder da burocracia, para "derrubar" o poder da burocracia, as massas tinham diante de si uma única possibilidade: destruir o partido stalinista. A construção de partidos

na Polônia desde 1980 mostrou que estes partidos mantiveram em seus programas (por mais diferentes que fosse e, em alguns casos, bastante distantes na formulação do programa socialista) a defesa da propriedade social como ponto central.

...e construção de partidos e sindicatos independentes

3) tendo sido já apresentado um informe especial sobre a revolução política na Polônia, nos limitaremos a examinar os ensinamentos do combate pela liberdade sindical, pela substituição dos sindicatos oficiais, órgãos do poder da burocracia, por sindicatos independentes. De um ponto de vista teórico, a palavra-de-ordem "Todo poder ao Solidariedade" poderia se justificar.

É preciso lembrar, no entanto, que o desenvolvimento concreto da revolução política na Polônia em suas relações complexas, em particular com a burocracia do Kremlin e a Igreja, permitiu que fossem destacadas uma linha e palavras-de-ordem mais adequadas. A partir do Solidariedade, o combate pela constituição de comitês operários, conselhos, e sua centralização, permite deprender a relação entre Estado Operário e sindicato.

"Afinal, o Estado operário é um sindicato que tomou o poder", observa Leon Trotsky; o que não significa absolutamente que haja identidade entre poder dos conselhos operários e sindicatos. Ainda mais considerando-se o fato de que, na Polônia, um dos mais poderosos fatores na base do movimento foi, e continua sendo, o ódio feroz dos trabalhadores poloneses (e em geral em todos os países onde a propriedade privada foi expropriada) contra os sindicatos-órgãos do Estado burocrático, o ódio contra os sindicatos verticais, órgãos do poder totalitário da burocracia.

Não levar em consideração, a profunda aspiração dos trabalhadores poloneses à constituição de sindicatos independentes do "partido" e do Estado burocrático teria sido mais do que um erro. Não esqueçamos que, quando da discussão sobre os sindicatos em 1921, Lênin estimava com justeza que os operários organizados nos sindicatos deviam poder lutar contra o seu próprio Estado.

"O Solidariedade é a sociedade", dizem milhões de operários, camponeses, jovens, intelectuais. Ou, dito de outra forma, para as massas trabalhadoras, o Solidariedade é considerado como um instrumento de renovação de toda a sociedade. Portanto, de certo modo, como sua representação política.

O congresso do Solidariedade esclareceu perfeitamente esta relação complexa inserida em "O Solidariedade é a sociedade".

Isto foi expresso pelas resoluções adotadas, particularmente pela resolução relativa à exigência de "eleições livres", exigência que não é outra coisa senão uma reivindicação de poder. Sob este ângulo, o congresso do Solidariedade, o congresso dos sindicatos independentes do Estado estava, perfeitamente, no direito de apresentar ao povo trabalhador um programa de "poder", que, de nossa parte, formulamos como segue:

"O congresso do Solidariedade deve chamar os trabalhadores, operários, intelectuais, jovens, camponeses a constituir em todo país, comitês, conselhos operários. Para salvar o país da catástrofe econômica que o governo do POUPO organiza, o Solidariedade deve convocar um congresso dos comitês e conselhos operários.

O chamado do Solidariedade às eleições livres deve tornar-se um chamado pela Constituinte polonesa, por um governo dos trabalhadores responsável perante a Constituinte, por um governo operário responsável perante o Congresso dos Conselhos operários."

É necessário que precisemos as relações entre a palavra-de-ordem da Constituinte e a revolução política.

A questão da constituinte na revolução política

Lênin escreve em 1920: "O marxismo adquiriu uma importância histórica enquanto ideologia do proletariado revolucionário devido ao fato de que, longe de rejeitar as maiores conquistas da época burguesa, muito pelo contrário, assimilou e repensou tudo o que havia de precioso no pensamento e na cultura acumulado pela humanidade em mais de dois milênios."

E o sufrágio universal é precisamente uma das grandes conquistas da época burguesa. Não esqueçamos que a primeira organização revolucionária de massa, o movimento cartista na Inglaterra, inscreveu sobre sua bandeira, com o apoio de Marx e Engels, a reivindicação do sufrágio universal.

Consideramos que esta palavra-de-ordem, de conteúdo transitório, não era em nada contrária aos princípios — a não ser que se transforme o marxismo em dogma. E com um pensamento dogmático, acaba-se sendo levado a não compreender o significado real do período de transição entre o capitalismo e o socialismo. O Estado operário, escreveu Lênin em "O Estado e a revolução", deve ser considerado como um "Estado burguês sem burguesia". Caracterização fundamental, que constitui a chave teórica maior para compreender a degenerescência do Estado operário.

Com a expropriação do capital constituindo o fundamento das novas relações sociais de produção edificadas pela revolução proletária, o instrumento para a edificação do socialismo, do comunismo — sociedades em classes e sem Estado — o Estado operário deve ser considerado como "Estado burguês sem burguesia". As categorias políticas provindas da sociedade burguesa, ainda que mudem de conteúdo (a burguesia tendo sido expropriada), subsistem para "murchar" na construção do socialismo.

Assim, no que se refere à palavra-de-ordem da Constituinte, devemos considerar o que Lênin declarou na discussão sobre a revisão do programa do partido depois da tomada do poder: "A privação dos direitos políticos e quaisquer restrições à

ção do sindicato estudantil e do Solidariedade camponês atestam o isolamento da clique burocrática.

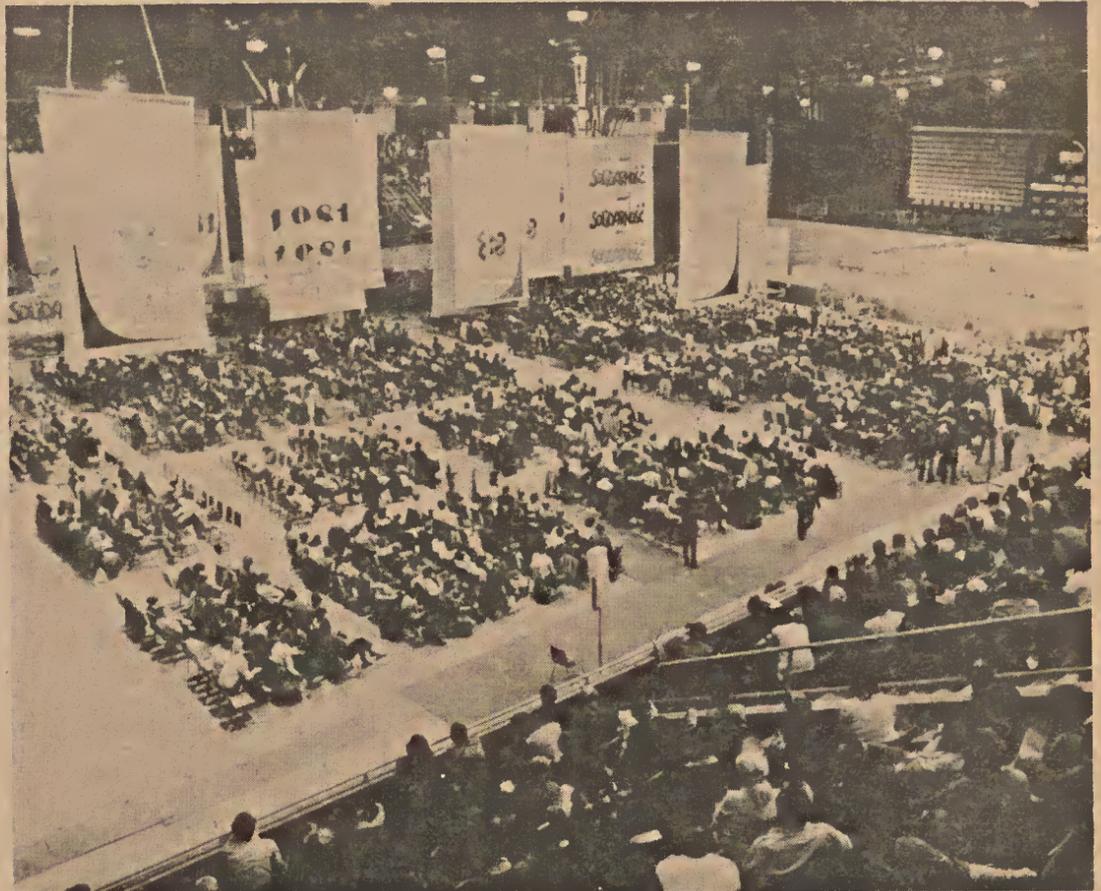
Na Polônia, a propriedade privada capitalista foi abolida há mais de 35 anos. A burocracia parasitária tornou-se aos olhos de todos o órgão que questiona a "propriedade social". A constituição do Solidariedade, organização de classe, atesta claramente a hegemonia do proletariado na revolução política.

Nestas circunstâncias, a "igualdade dos direitos políticos" que os sufrágio universal supõe não pode, por si só, colocar em perigo as relações sociais da produção.

Ao contrário, é a manutenção da burocracia no poder que representa a mais mortal das ameaças contra o fundamento socialista da economia. Nesse quadro, com a palavra-de-ordem da constituinte, trata-se de utilizar o sufrágio universal, num país onde o capital foi expropriado, como reivindicação transitória no interior do combate para que o poder político passe das mãos da burocracia às dos operários, camponeses e estudantes.

As relações entre a palavra-de-ordem "transitória" da Constituinte e a ditadura do proletariado foram aliás claramente expostas em um artigo redigido por Trotsky em 08 de janeiro de 1930. Este texto dá a clareza suficiente à questão:

"Depois da insurreição vitoriosa",



O Congresso do Solidariedade

É claro que para os marxistas, não poderia tratar-se de considerar o sufrágio universal como meio de transformação social. Lênin precisa em 1919: "O sufrágio universal atesta o grau de maturidade das diversas classes na compreensão de suas respectivas tarefas. Mostra como as diversas classes se dispuseram a cumprir suas tarefas. A própria solução destas tarefas é determinada não pelo voto mas por todas as formas da luta de classes, incluindo-se a guerra civil."

Sem dar à palavra-de-ordem da Constituinte um valor "universal" em todas as circunstâncias para os países onde a propriedade privada foi expropriada, consideramos que ela deveria fornecer à Alemanha (Constituinte para toda a Alemanha) e à Polónia uma alavanca como palavra-de-ordem transitória

para a marcha rumo à revolução política. liberdade se impõem apenas enquanto medidas provisórias". É por isso que Lênin se insurgiu contra Kautsky, para quem a dissolução da Constituinte em 1918 tinha para os bolcheviques uma importância geral, universal. Lênin justificava esta decisão tomada pelo Partido Bolchevique em relação a circunstâncias precisas. Ele se recusava a lhe dar um valor para todas as circunstâncias e todos os países.

A hegemonia do proletariado na revolução política

Na Polónia, a constituição do sindicato Solidariedade reconhecido por 10 milhões de trabalhadores, e no mesmo movimento, a constitui-

ção do documento que citamos, "uma ditadura proletária poderia ser instaurada e, neste caso, uma Assembleia Nacional não seria convocada". Também aqui, a questão está exageradamente simplificada. Em que momento a insurreição acontecerá e sob quais palavras-de-ordem? Se o proletariado conseguisse a união do campesinato sob as palavras-de-ordem da democracia (a terra, Assembleia Nacional, etc) e, num assalto conjunto, derrubasse a ditadura militar da burguesia, então, uma vez no poder, o proletariado deveria convocar uma Assembleia Nacional com o objetivo de não provocar a desconfiança do campesinato e de não alimentar a demagogia burguesa.

Mesmo após a insurreição de Outubro, os bolcheviques tiveram que convocar a Assembleia Constituinte. Por que deveriam concluir



Petrogrado, outubro de 1917.

que tal variante é impossível para a China? O campesinato não se desenvolve no mesmo ritmo que o proletariado. O proletariado pode muito bem antecipar as coisas, mas o campesinato só aprenderá após ter vivido os fatos. Pode ser que o campesinato chinês tenha necessidade de passar pela experiência viva de uma Assembléia Nacional.

Como a burguesia da Rússia retardara durante muito tempo a convocação da Assembléia Constituinte, e os bolcheviques a haviam denunciado, foram obrigados, depois de terem tomado o poder, a convocar rapidamente a Assembléia Constituinte, na base dos velhos resultados eleitorais, o que os deixou em minoria. A Assembléia Constituinte entrou em conflito com os soviets aos olhos de todo o povo e foi dissolvida.

Na China, podemos conceber uma outra variante. Depois de tomar o poder, o proletariado poderia, sob certas condições, retardar a convocação da Assembléia nacional por vários meses, desenvolvendo uma ampla agitação no campo, e assegurando uma maioria comunista na Assembléia nacional. A vantagem seria que o sistema soviético seria formalmente sancionado (ou confirmado) pela Assembléia nacional, o que tiraria da burguesia, imediatamente, uma palavra-de-ordem popular na guerra civil.

Naturalmente, trata-se da relação entre a palavra-de-ordem da Constituinte e os soviets num país onde as tarefas nacionais e democráticas devem ser cumpridas pela revolução proletária. Mas a análise efetuada anteriormente deve nos permitir levantar essa palavra-de-ordem, dando-lhe um conteúdo transitório no interior da marcha rumo à revolução política contra a burocracia totalitária.

Na Polônia, a "sociedade", durante a marcha da revolução política, rejeita a burocracia. Uma geração profundamente estruturada sobre a propriedade social, para quem "a revolução social traída pelo partido governante vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores" (Leon Trotsky). Uma geração para quem é uma questão de vida ou de morte a manutenção da propriedade social; a destruição desta propriedade social significa que centenas de milhares e milhões de trabalhadores estariam fadados à decadência.

No interior de tal movimento e de tal conjuntura, a vantagem do combate pela Constituinte em relação ao combate pelos conselhos não pode ser contestada.

A URSS de 1917 e a URSS de 1982

É uma banalidade constatar a diferença fundamental entre o Estado edificado em 1917 como resultado da revolução de outubro e o Estado que ele se tornou com a degeneração da União Soviética. A URSS de 1917 e a URSS de 1982, sob o ponto de vista de formas políticas, não têm nada em comum. E, no entanto, a expropriação do capital continua sendo a base comum. Com Trotsky, justificamos a defesa da URSS contra o imperialismo a partir dessa base comum:

"Um regime", escreve Trotsky, "que preserva a propriedade expropriada e nacionalizada contra o imperialismo, isto é, independentemente das formas políticas, a ditadura do proletariado".

Portanto, identificar, sob o ângulo das relações de produção, a URSS de 1917 à URSS de 1982 é indispensável. Mas a URSS de 1917 e a URSS de 1982 não podem ser identificadas por suas formas políticas. Como consequência, contra a burocracia usurpadora, pela defesa da propriedade social, levantamos a bandeira da derrubada revolucionária da burocracia.

Deter-se unicamente, ainda que isso seja indispensável para não perder o ponto de vista da "história universal" de que fala Lênin, deter-se unicamente na identificação da URSS de 1917 à URSS de 1982 a partir das bases sociais, este é, em última análise, o ponto de vista do revisionismo da IV Internacional.

No plano das relações de produção, devemos considerar que não há mudança qualitativa, apesar da burocracia e do imperialismo, que golpeiam a propriedade expropriada e nacionalizada (cf. Hungria, Polónia, Iugoslávia).

Observemos contudo que já Trotsky afirmava que "as tendências burguesas no interior do Estado operário se desenvolveram a tal ponto em detrimento das tendências socialistas, que ameaçam explodir a propriedade nacionalizada e a economia planificada".

Depois disso, tais tendências

burguesas se desenvolveram consideravelmente. Não recolocaram a discussão da natureza da URSS. Se não conseguiram "explodir a propriedade nacionalizada e a economia planificada", isto se deve exclusivamente aos ascensos revolucionários desde 1943, analisados nas teses da conferência mundial que constituiu a "IV Internacional (Comitê Internacional)". Deve-se exclusivamente à atividade revolucionária do proletariado mundial. Mas no plano das formas políticas, há mudança qualitativa.

A burocracia, "órgão da pressão do imperialismo"

"O órgão da dominação do proletariado tornou-se o órgão da pressão do imperialismo" (Leon Trotsky). Defender a propriedade social contra o imperialismo é pois não apenas lutar contra o imperialismo, mas também combater pela derrubada revolucionária da burocracia.

Se o conjunto das relações de produção que forma a estrutura econômica da sociedade, na URSS (e nos países onde o capital foi expropriado) continua embasado sobre a propriedade expropriada e nacionalizada, para que a propriedade social seja preservada, o edifício jurídico e político edificado pela burocracia (que expropriou as massas do poder político) deve ser derrubado pela revolução política.

Para o marxismo, a ditadura do proletariado é o resultado do movimento histórico, não o produto de um "conceito" que isolaria um de seus componentes. Não se pode isolar a expropriação da propriedade (pela qual se expressa a dominação da classe operária sobre a sociedade) da burocracia que, para expropriar o proletariado do poder político, destruiu os soviets.

Pelo fato de que o conteúdo fundamental da ditadura do proletariado continua sendo a expropriação, é unicamente por isto, dentro deste limite da defesa da propriedade social, que se verifica sua plena validade como ditadura do proletariado.

Mas o Estado operário edificado pela Revolução de Outubro se degenerou. É unicamente a partir da degeneração do Estado operário que se pode compreender a estrutura e as relações sociais e políticas de todos os Estados (Europa do Leste, China, Cuba, Vietnã) onde o capital foi expropriado. Sobre a base da ação revolucionária das massas, nas condições concretas analisadas nos pontos precedentes, os Estados constituídos nesses países após a Segunda Guerra Mundial, o foram como Estados burocráticos.

Todas as superestruturas jurídicas, políticas dos sistemas burocráticos, edificados sobre a base da expropriação, devem ser derrubadas pela revolução política a fim de que seja restabelecido o poder operário que "encontra sua expressão no fato de que o poder de Estado supremo é assegurado pelos soviets constituídos pelos representantes do povo trabalhador (operário, soldados, camponeses) livremente eleitos e revogáveis a qualquer momento pelas massas até então submetidas à opressão do capital". (Lênin)

Para coordenar suas tarefas, a atual direção do SWP "isola" da necessidade do combate pela revolução política a necessária defesa da propriedade social em Cuba contra o imperialismo, quando apenas a República dos Conselhos Operários, substituindo-se ao Estado

burocrático edificado por Castro, pode "validar" Cuba como Estado operário.

Em Cuba, a defesa da propriedade social é inseparável da derrubada da burocracia. Questionar esta tarefa é entender "a defesa da URSS (como) uma reaproximação à burocracia do Kremlin, a aceitação de sua política". (Leon Trotsky).

O que une a burocracia cubana à burocracia do Kremlin (que tiram seu poder daquilo que ambas expropriaram politicamente: as massas e suas conquistas revolucionárias) é e continua sendo a política contra-revolucionária de coexistência pacífica que, erguendo-se contra a revolução mundial, ergue-se contra a essência internacional da ditadura do proletariado.

"A defesa da URSS se confunde com a preparação da revolução"

"A defesa da URSS (de Cuba-NDLR) para nós confunde-se com a preparação da revolução internacional. Só são admissíveis os métodos que não sejam contraditórios com os interesses da revolução. A defesa da URSS (de Cuba-NDLR) tem com a revolução socialista internacional a relação que liga uma tarefa tática a uma tarefa estratégica. A tática está subordinada ao objetivo estratégico e não pode, em caso algum, opor-se a ele... Para nós, o critério político essencial não é a transformação das relações de propriedade nesta ou naquela região, por mais importantes que sejam em si, mas a mudança a ser operada na consciência e na organização do proletariado mundial, o crescimento de sua capacidade de defender suas conquistas anteriores e de realizar outras. Por este único ponto de vista decisivo, a política de Moscou (e dos Castrismo-NDLR), considerada globalmente, conserva inteiramente seu caráter reacionário e permanece sendo o principal obstáculo sobre a via da revolução internacional." (Leon Trotsky).

Assim, o conteúdo fundamental da ditadura do proletariado, a expropriação, é válido sempre. Mas este conteúdo deve estar ligado a uma situação política "como produto de condições históricas que lhes dão sua plena validade dentro desse limite". (Leon Trotsky).

A revolução de Outubro edificou a ditadura do proletariado. A degeneração do Estado operário, resultado de condições históricas, permite compreender a estrutura social e as relações políticas de todos os Estados onde o capital foi expropriado, onde a expropriação foi resultado da expropriação revolucionária das massas (sob diversas formas), as quais foram expropriadas de seu poder político pela burocracia.

As relações de produção edificadas sobre a propriedade social (os trabalhadores poloneses retomaram uma das denominações da propriedade de Estado, uma formulação de Marx definindo o sistema de propriedade instaurado pela expropriação como propriedade social) são contraditórias com todas as instituições da burocracia parasitária.

Como Trotsky, condenamos os ideólogos da burocracia e do imperialismo que pretendem ligar as novas relações sociais de produção ao sistema burocrático como um reflexo.

As tarefas da revolução política constituirão em recolocar as relações jurídicas e políticas em contato com as relações de produção. A ditadura revolucionária do proletariado é o instrumento indispensável e necessário para a edificação da sociedade sem classes e sem Estado.

Tendo o poder escapado às mãos do proletariado, a ditadura da burocracia parasitária (se ela não fosse derrubada pela revolução política) tornar-se-ia uma "transição" rumo à barbarie imperialista.

Relações entre a revolução política, a revolução social e a revolução socialista

Assim definidos o conteúdo da revolução política, as relações jurídicas e políticas, as instituições, como não sendo um simples reflexo das relações de produção, é necessário que precisemos as relações entre a revolução política, a revolução social e a revolução socialista.

Trotsky nos ensinou que a revolução política, derrubando a burocracia e suas instituições totalitárias, não precisaria recorrer à medidas revolucionárias em matéria de propriedade. A revolução política não deverá "mudar as bases econômicas da sociedade. Trocar uma forma de propriedade por outra". (Leon Trotsky).

Disso Trotsky conclui que o proletariado soviético não terá que realizar uma revolução social. Sob esse ângulo, a análise e as tarefas que Trotsky designou à IV Internacional permanecem inteiramente válidas. "Revolução social" e "Revolução socialista" são equivalentes quando são postas em relação com a questão central de toda revolução, ou seja, o sistema de propriedade. Mas, do ponto de vista político, pode-se, e deve-se, aplicar-se uma correção.

Polemizando com um jornal burguês durante a revolução russa, Lênin dá a chave para a solução deste problema. Este jornal burguês, em um editorial de 17 de maio de 1917, tinha publicado um artigo onde afirmava: "A revolução política, tão desejada e tão esperada por todos, reveste-se da forma de uma revolução social sem precedente."

Lênin responde, a 1º de junho de 1917, nas páginas do Pravda: "Agrada-vos batizar de 'revolução social', a passagem do controle da indústria às mãos dos operários. Fazendo isso, cometeis três enormes erros. Em primeiro lugar, a revolução de fevereiro de 1917 foi também uma revolução social. Toda revolução política que não se reduza a uma simples mudança entre companheiros é uma revolução social; trata-se somente de saber de que classe. A revolução de fevereiro de 1917 fez passar o poder dos feudais, da propriedade fundiária, com Nicolau II à cabeça, para a burguesia. Esta foi uma revolução social da burguesia. Usando uma terminologia inábil, confundindo 'revolução social' e 'revolução política' (o editorialista) procura ocultar o fato evidente de que os operários e os camponeses não podem se contentar com a tomada de poder pela burguesia."

Estas precisões feitas por Lênin permitem avaliar a amplitude da revolução política que, distinta de uma revolução socialista, não implica em menos do que ela nem se reduzirá a uma "simples mudança entre companheiros".

A revolução política fará passar o poder da casta burocrática — tornada o órgão da pressão imperialista — às mãos dos operários e camponeses. A expropriação política da casta burocrática significará a destruição revolucionária, por inteiro, de todas as instituições da burocracia, isto para preservar a propriedade expropriada e nacionalizada.

Assim se a "revolução social" é considerada como "revolução socialista", o que escreveu

(continua na pag. 32)

(continuação da pág. 31)

Leon Trotsky permanece inteiramente, completamente, integralmente válida: "Com a revolução política, após a derrubada da burocracia, o proletariado não terá que fazer uma nova revolução social, a revolução política não terá que substituir uma forma de propriedade por outra".

Da mesma forma, a justificativa da defesa da União Soviética, de Cuba e dos outros Estados, onde a propriedade privada dos meios de produção foi abolida permanece a defesa de um "regime que preserva a propriedade expropriada e nacionalizada contra o imperialismo, (e) isto, independentemente das formas políticas, é a ditadura do proletariado".

Mas para respeitar os princípios defendidos por Leon Trotsky, o Estado burocrático e suas instituições totalitárias deverão desaparecer para dar lugar a um novo poder político oriundo das massas organizadas nos conselhos, nos sindicatos livres e independentes do Estado. A defesa da propriedade social exige a destruição revolucionária de todas as instituições políticas da burocracia.

Governo operário e camponês e ditadura revolucionária do proletariado

O combate pelo governo operário e camponês só pode ser colocado dentro da perspectiva da revolução mundial, como transição em direção à ditadura do proletariado ("nacional na sua forma, internacional no seu conteúdo" — Leon Trotsky).

O destino da propriedade social também só pode ser resolvido dentro da perspectiva da revolução mundial, para restabelecer ou estabelecer, pela revolução política, a ditadura revolucionária do proletariado. Esse combate é dirigido não apenas contra o imperialismo mundial, mas também contra as burocracias contra-revolucionárias, isto porque "no terreno da defesa do regime burguês, a burocracia defende o regime da propriedade privada, (sendo) um instrumento da classe burguesa, no sentido mais amplo do termo, e não um instrumento da revolução (Leon Trotsky).

O fato de que governos operários e camponeses dos tipos 3 e 4 não fossem considerados pela Internacional Comunista como "transições necessárias em direção à ditadura do proletariado" significa que eles podem dar lugar a governos da contra-revolução burguesa, ou a governos da ditadura do proletariado.

Sob este ângulo, os governos instituídos após a Segunda Guerra Mundial na Europa do Leste, e ainda mais o governo de Castro que teve um conteúdo mais desenvolvido de governo operário e camponês, constituíram efetivamente apenas um "curto episódio" na via da expropriação, que contudo não conduziu à ditadura revolucionária do proletariado, cuja "essência consiste em que a base constante e única de todo o poder governamental é a organização (autônoma) das massas" (Lênin), mas à ditadura de governos burocráticos que não poderiam ser considerados governos operários e camponeses.

As burocracias contra-revolucionárias opõem-se com todas as suas forças à realização das tarefas revolucionárias do proletariado. Mas todos os acontecimentos da política mundial confirmam a imensa capacidade de organização das massas: o combate sobre a palavra-de-ordem do governo operário e camponês é o instrumento da mobilização das massas, organicamente integrado à marcha da revolução política.

É desta forma que a mobilização

das massas em curso exerce uma concreta influência, uma influência decisiva sobre a política mundial. E a mobilização revolucionária das massas em curso levanta a questão central a resolver da reconstrução da IV Internacional, a questão central da construção dos partidos da IV Internacional, de sua completa independência de classes.

Papel e lugar do partido e da Internacional

Assim, para avaliar o verdadeiro valor da palavra-de-ordem do governo operário e camponês, é preciso ter uma concepção geral do lugar e do papel do partido e da Internacional no combate pela revolução mundial (a República internacional dos soviets), de quem o combate pela revolução política em cada país (ditadura do proletariado) é parte integrante.

revolucionário do "socialismo em um só país", e seu corolário, a "coexistência pacífica".

Os governos burocráticos bartram, em defesa de seus privilégios, o caminho à intensificação da luta de classes do proletariado.

Eles temem sobretudo o movimento revolucionário das massas. Eles não têm nem a capacidade, nem o desejo, nem a vontade de lutar pela ditadura do proletariado. Defendendo incondicionalmente contra o imperialismo a expropriação do capital, devemos considerar que os governos burocráticos não são em nada (ao contrário do que o pablismo em 1950 procurava fazer admitir à IV Internacional) a transição necessária em direção à ditadura do proletariado.

Eles são seu inimigo mortal. A defesa incondicional contra o imperialismo nos países que realizaram a expropriação do capital é considerada por nós como o ponto de partida para a conquista da ditadura do proletariado através da revolução política.

De maneira alguma poder-se-ia colocar corretamente, do ponto de vista das tarefas do proletariado, a

nacional, é preciso não esquecer que a dispersão das forças que se reivindicam da IV Internacional em escala mundial torna mais difícil a utilização do tanto que se desprende da crise conjunta do imperialismo mundial e da burocracia stalinista.

Sem dúvida, houve as imensas dificuldades do pré-guerra, onde o stalinismo triunfava sobre a base das derrotas do proletariado mundial combinadas à exterminação dos velhos bolcheviques, dificuldades que se prolongaram no imediato pós-guerra dados a juventude e a fraqueza dos quadros da IV Internacional.

Na atual situação, ao lado de sucessos reais alcançados em tal ou tal etapa de tal ou tal país no combate pela reconstrução dos partidos revolucionários, a crise de dispersão vem juntar-se às antigas dificuldades parcialmente superadas.

A crise de dispersão da IV Internacional e as dificuldades que ela desencadeia para a construção do partido revolucionário fazem-nos lembrar que esta tarefa, a de construção do partido revolucionário em cada país só pode ser coordenada e

cional combatendo pela revolução com base no centralismo democrático.

Mas essas dificuldades são precisamente colocadas a partir do avanço da revolução e debilitam nossas possibilidades de usufruir as vantagens da situação mundial, com o proletariado, as massas trabalhadoras revolucionárias em fermentação e em movimento.

Resolver a crise da direção revolucionária

Daí a imperiosa necessidade de resolver "a crise histórica da humanidade (que) se reduz à crise da direção revolucionária". É impossível compreender realmente, como marxistas, qualquer acontecimento da política mundial e de cada país sem partir do combate para resolver, através das soluções concretas dadas pelo Programa de Transição, a crise da IV Internacional.

Superar a crise da direção revolucionária é a condição para resolver a crise histórica da humanidade. Consequentemente, precisamos integrar a crise de dispersão da IV Internacional nas dificuldades que surgem, quando em vários países já temos a ultrapassar o quadro de organizações de propaganda.

Para superar essas dificuldades, ou até para atenuá-las, é indispensável nunca perder de vista o combate pela reconstrução da IV Internacional. A reconstrução da IV Internacional representa, do ponto de vista da revolução mundial, uma necessidade absoluta, contra a qual se ergue a pressão do imperialismo, da social-democracia, do stalinismo, do castrismo, das diversas variantes de centrismo e do revisionismo.

Se propuséssemos a construção de seções nacionais sem delimitar claramente o campo da reconstrução da IV Internacional, ergueríamos obstáculos maiores ao desenvolvimento de nossas seções. Resolver a crise da IV Internacional é, para a conferência mundial, fornecer a todas as seções os meios de construir partidos revolucionários que só podem ser construídos de fato como partidos da unidade mundial da luta de classes que a IV Internacional e seu programa exprimem.

O marxismo, enquanto teoria e prática da revolução proletária que a ditadura do proletariado encarna, procede da Internacional considerada não como a simples soma de suas seções nacionais mas enquanto uma necessidade criada pela marcha da revolução mundial e em cada país.

Isto, respeitando sempre a atividade própria das seções nacionais. Repetamos: nós o admitimos, a crise de dispersão da IV Internacional não poderia ser resolvida no quadro da conferência mundial!

Somos realistas: não propomos chegar com a conclusão destes trabalhos à proclamação da IV Internacional reconstruída. Afirmamos todavia que, combatendo pela continuidade da IV Internacional proclamada em 1938, reconstituída em 1943-1946, dispersada em 1950-1953, o objetivo que nos propomos é de buscar os melhores ritmos para avançar em direção à solução da crise da IV Internacional.

Nosso objetivo deve ser o de avançar na capacidade de dirigir a construção de partidos nacionais na linha geral que toma o movimento revolucionário das massas, colocando o problema do poder.

Desse ponto de vista, as tarefas de todas as organizações e partidos que se reivindicam da IV Internacional só podem estar orientadas sobre uma mesma direção — é claro, adaptadas às conjunturas e situações nacionais concretas — sempre orientadas sobre os problemas do poder.



"Tirem as patas de cima dos trabalhadores poloneses! São eles que defendem o socialismo!". E "Junto com os povos de El Salvador e Nicarágua, apoio à FSLN e a FMLN!"

Nós sabemos que a tomada de poder pelo proletariado internacional não pode ser um ato único e simultâneo. Mas as tarefas objetivas da revolução em cada país ultrapassam o quadro nacional. Sua vitória decisiva é incompatível com a dominação do imperialismo mundial e de burocracia stalinista.

A revolução mundial realizou avanços consideráveis. Mas estes avanços do proletariado internacional ainda não cumpriram definitivamente as tarefas que lhes cabem. Em nenhum país onde o capital foi expropriado, o proletariado está no poder; em nenhum desses países o proletariado exerce politicamente a sua ditadura.

Pois a ditadura do proletariado num país, como transição em direção ao socialismo, não poderia ser exercida no quadro político contra-

luta revolucionária pela ditadura do proletariado (integrando o combate sob a palavra-de-ordem do governo operário e camponês) sem colocar previamente a luta pela Internacional dos partidos revolucionários, que é, para nós, equivalente ao combate pela reconstrução da IV Internacional e a construção de partidos revolucionários da IV Internacional em cada país.

Construção do partido e reconstrução da VI Internacional

Para compreender direito tudo o que se passa dentro da IV Inter-

harmonizada, na luta pelo poder em cada país, com base nas tarefas do combate pela reconstrução da IV Internacional.

Em outras palavras, a atual crise da dispersão da IV Internacional representa algo de diferente das crises infantis de nosso passado.

A construção do partido revolucionário está ligada e subordinada à reconstrução da IV Internacional, da qual não podemos, em cada país, nos desligar. É desta forma que o ponto fraco do combate pela construção de partidos revolucionários nacionais, independentemente das dificuldades erguidas pelos aparelhos no caminho das massas, reside na crise de dispersão da IV Internacional.

Isto quer dizer que, em cada país, não dispomos dos recursos políticos que representaria uma IV Interna-